



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

XIII Legislatura

Número: 35

I Sessão Legislativa

Horta, quinta-feira, 12 de dezembro de 2024

(Diário revisto e aguardando aprovação em plenário)

Presidente: *Deputado Luís Garcia*

Secretários: *Deputada Nídia Inácio, substituída no decorrer da sessão pelo Deputado Paulo Gomes e Deputado Lubélio Mendonça*

Sumário

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 08 minutos.

Após a chamada dos/as Srs./as Deputados/as e, no âmbito do PTAP (Período de Tratamento de Assuntos Políticos), foram presentes vários votos assinalados abaixo: [Voto de Congratulação a Assunção Melo pela Conquista do Prémio EMEL- História dos Caminhos, Percursos e Mobilidade](#), apresentado pelo Sr. Deputado José Toste (PS).

Interveio a Sra. Deputada Nídia Inácio (PSD).

I Sessão Legislativa

Horta, quinta-feira, 12 de dezembro de 2024

O Voto foi aprovado por unanimidade.

[Voto de Congratulação - Distinção dos queijos da ilha do Faial](#), apresentado pela Sra. Deputada Salomé Matos (*PSD*).

Interveio o Sr. Deputado Lúcio Rodrigues (*PS*).

O Voto foi aprovado por maioria.

[Voto de Congratulação - Pela conquista da Medalha de Bronze do Queijo "O Morro" na sua primeira participação no prestigiado WORLD CHEESE AWARDS](#), apresentado pelo Sr. Deputado Nuno Barata (*IL*).

Intervieram os Srs. Deputados: José Pacheco (*CH*) e Lúcio Rodrigues (*PS*).

O Voto foi aprovado por maioria.

[Voto de Saudação - Pelo Centenário de Mário Soares](#), apresentado pela Sra. Deputada Marta Matos (*PS*).

Intervieram os/as Srs./Sras. Deputados/as: Paulo Simões (*PSD*), Hélia Cardoso (*CH*), António Lima (*BE*), Pedro Neves (*PAN*), Paulo Margato (*PPM*) e Pedro Pinto (*CDS-PP*).

O Voto foi aprovado por maioria.

[Voto de Saudação - 50.º Aniversário da Banda do Sagrado Coração de Jesus de Toronto](#), apresentado pelo Sr. Deputado Joaquim Machado (*PSD*).

Interveio a Sra. Deputada Edite Preto (*PS*).

O Voto foi aprovado por unanimidade

[Voto de Protesto - Ao Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana](#), apresentado pelo Sr. Deputado Francisco Lima (*CH*).

Intervieram os/as Srs./Sras. Deputados/as: Sandra Costa Dias (*PS*), Luís Raposo (*PSD*), António Lima (*BE*), Pedro Neves (*PAN*).

O Voto rejeitado.

[Voto de Pesar - Falecimento de Eduardo Caetano de Sousa](#), apresentado pela Sra. Deputada Salomé Matos (*PSD*).

O Voto foi aprovado por unanimidade.

[Voto de Pesar - Professor Humberto de Brum Ferreira](#), apresentado pelo Sr. Deputado Jaime Vieira (PSD).

Interveio o Sr. Deputado Carlos Silva (PS).

O Voto foi aprovado por unanimidade.

Terminado este período dedicado à apresentação de votos, e ainda no âmbito do PTAP, teve lugar uma [Declaração Política sobre o Turismo nos Açores](#), apresentada pelo Sr. Deputado Rubén Cabral.

Intervieram as/os seguintes Sras./Srs. Deputadas/os: José Pacheco (CH), Carlos Silva (PS), Pedro Pinto (CDS-PP), António Lima (BE), Paulo Margato (PPM), Nuno Barata (IL) e ainda a Sra. Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (Berta Cabral).

De seguida foi apresentada mais uma [Declaração Política sobre a grave problemática do consumo de substâncias psicoativas na Região Autónoma dos Açores](#), apresentada pelo Sr. Deputado Russell Sousa (PS).

Intervieram as/os seguintes Sras./Srs. Deputadas/os: José Pacheco (CH), Jaime Vieira (PSD), Pedro Pinto (CDS-PP), Paulo Margato (PPM), António Lima (BE) e também a Sra. Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi).

Seguiu-se o debate e votação da - [Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 5/XIII – “Primeira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 6/2022/A, de 22 de março, pelo qual foi criado o Instituto do Vinho e da Vinha dos Açores, IPRA, abreviadamente designado por IVV Açores, IPRA”](#), apresentado pelo Sr. Secretário Regional da Agricultura e Alimentação (António Ventura).

Intervieram as/os seguintes Sras./Srs. Deputadas/os: Ana Jorge (PSD), Marta Matos (PS), Pedro Neves (PAN), Francisco Lima (CH), Nuno Barata (IL), Carlos Freitas (PSD), Paulo Margato (PPM), António Lima (BE), Pedro Pinto (CDS-PP), João Bruto da Costa (PSD) e Mário Tomé (PS).

A Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 5/XIII – “Primeira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 6/2022/A, de 22 de março, pelo qual foi criado o

I Sessão Legislativa

Horta, quinta-feira, 12 de dezembro de 2024

Instituto do Vinho e da Vinha dos Açores, IPRA, abreviadamente designado por IVV Açores, IPRA”, foi aprovada por maioria em Votação Final Global.

Para declarações de voto intervieram os/as Srs./Sras. Deputados/as: Mário Tomé (*PS*), Ana Jorge (*PSD*), Nuno Barata (*IL*) e António Lima (*BE*).

Posteriormente deu-se o debate sobre - [Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 18/XIII – “Aprova o regime de dedicação plena no Serviço Regional de Saúde da Região Autónoma dos Açores”](#), apresentada pela Sra. Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (*Mónica Seidi*).

Intervieram os /as Srs./Sras. Deputados/as: Pedro Pinto (*CDS-PP*), Paulo Margato (*PPM*), José Toste (*PS*), Hélia Cardoso (*CH*), António Lima (*BE*), Salomé Matos (*PSD*), João Bruto da Costa (*PSD*), Pedro Neves (*PAN*), Sandra Costa Dias (*PS*) e Lúcio Rodrigues (*PS*).

A Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 18/XIII – “Aprova o regime de dedicação plena no Serviço Regional de Saúde da Região Autónoma dos Açores” foi aprovada por maioria em Votação Final Global.

A Proposta de Resolução n.º 5/XIII foi aprovada por maioria.

De seguida deu-se a apresentação e discussão da [Petição n.º 63/XII – “Assistente Operacional, Assistente Técnico e Técnico Superior da Administração Pública Regional dos Açores”](#), apresentada por Jorge Carlos Bettencourt da Terra na [qualidade de primeiro subscritor](#). Fez a leitura do relatório a Sra. Deputada Isabel Teixeira (*PS*).

Intervieram os /as Srs./Sras. Deputados/as: Olivéria Santos (*CH*), Jorge Paiva (*CDS-PP*), Paulo Margato (*PPM*), Sabrina Furtado (*PSD*), João Vasco Costa (*PS*) e António Lima (*BE*).

Presidente: Muito bom dia, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Secretários Regionais. Vamos iniciar os nossos trabalhos com a chamada, faz favor, Sr. Secretário.

Secretário: Obrigado, Sr. Presidente. Bom dia, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Secretários Regionais.

Partido Social Democrata (PSD)

Adolfo Nuno Gregório **Vasconcelos**

Ana Maria dos Santos Silva e **Jorge**

Carlos Eduardo da Cunha **Freitas**

Carlos Henrique Lopes **Rodrigues**

Cecília Maria Soares **Estácio**

Délia Maria **Melo**

Flávio da Silva **Soares**

Francisco Manuel Raposo **Gaspar**

Jaime Luís Melo **Vieira**

João Luís **Bruto** da Costa Machado **da Costa**

José **Joaquim** Ferreira **Machado**

José Manuel Resendes **Leal**

Luís Carlos Correia **Garcia**

Luís Miguel Teixeira **Raposo**

Luís Carlos Cota **Soares**

Paulo Rui Paiva Ferreira **Chaves**

I Sessão Legislativa

Horta, quinta-feira, 12 de dezembro de 2024

Paulo Duarte Gomes

Paulo Alberto Bettencourt da Silveira

Paulo José da Cunha Simões

Rúben Filipe Rebelo Cabral

Sabrina Marília Coutinho Furtado

Maria Salomé Dias de Matos

Partido Socialista (PS)

Andreia Martins Cardoso da Costa

Berto José Branco Messias

Carlos Emanuel Rego Silva

Dora Maria Coelho de Castro e Câmara Freitas Valadão

Edite Souto Freitas Preto

Flávio Miguel da Ponte Pacheco

Gualberto Costa Rita

Inês Soares de Oliveira e Sá

Joana Sousa Pombo Tavares

João Vasco do Monte Ferreira Pereira da Costa

José Manuel Gregório de Ávila

José Gabriel Freitas Eduardo

José Miguel de Freitas Toste

Lubélio de Fraga Mendonça

Lúcio Manuel da Silva Rodrigues

Luís Miguel Vieira Leal

Maria Isabel Góis Teixeira

I Sessão Legislativa

Horta, quinta-feira, 12 de dezembro de 2024

Mário José Dinis **Tomé**

Marlene Andrea Martins Oliveira **Damião** de Medeiros

Marta Ávila **Matos**

Patrícia Maria Melo **Miranda**

Russell Michael **Sousa**

Vasco Ilídio Alves **Cordeiro**

CHEGA (*CH*)

Francisco Gabriel Meneses de **Lima**

Hélia Maria Pinheiro **Cardoso**

José Eduardo Cunha **Pacheco**

José Paulo Machado de **Sousa**

Olivéria de Lurdes Cabral dos **Santos**

Partido Popular (*CDS/PP*)

Jorge Paiva

Pedro Gabriel Correia Nunes Teixeira **Pinto**

Partido Popular Monárquico (*PPM*)

Paulo Jorge Faim **Margato**

Bloco de Esquerda (*BE*)

António Manuel Raposo **Lima**

Iniciativa Liberal (*IL*)

Nuno Alberto **Barata** Almeida Sousa

Partido pelos Animais e pela Natureza (PAN)**Pedro Miguel Vicente Neves**

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário. Estão presentes 56 Sras. e Srs. Deputados, o que significa que temos quórum, declaro aberta a Sessão, pode entrar o público, vamos dar início aos nossos trabalhos.

Conforme definiu a Conferência de Líderes para um Período de Tratamento de Assuntos Políticos (PTAP) cujos temas já estão espelhados nos nossos ecrãs.

O Governo tem para esta manhã de PTAP 20 minutos, o PSD e o PS 40 minutos, o CHEGA 18 minutos, o CDS 12 minutos e as Representações Parlamentares do PPM, do Bloco de Esquerda, da Iniciativa Liberal e do PAN 10 minutos cada.

O primeiro voto de congratulação que deu entrada e que vai ser apresentado é um **Voto de Congratulação apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista a Assunção Melo**, tem a palavra o Sr. Deputado José Miguel Toste.

Deputado José Toste (PS): Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo

VOTO DE CONGRATULAÇÃO**A Assunção Melo pela Conquista do Prémio EMEL – História dos Caminhos, Percursos e Mobilidade**

No passado dia 4 de dezembro, na Academia Portuguesa da História, em Lisboa, a historiadora açoriana Assunção Melo foi galardoada com o Prémio EMEL – História dos Caminhos, Percursos e Mobilidade pelo seu recente livro “Altares da Memória: O Advento das Micro-Histórias na Periferia das Periferias”.

I Sessão Legislativa

Horta, quinta-feira, 12 de dezembro de 2024

Assunção Melo é investigadora do Centro de Humanidades da Universidade dos Açores – CHAM – Açores, natural da freguesia dos Altares, em Angra do Heroísmo e a sua obra dá-nos a conhecer o passado daquela povoação.

O convite para escrever o livro "Altares da Memória" partiu da junta de freguesia e retrata, sem qualquer amarra, todas as facetas daquele povo bem como a resiliência de uma população que foi para aquele lugar, com o objetivo muito específico de cultivo do pastel e do trigo e que por lá se foi mantendo e fazendo a sua vida.

Não abandonou aquele sítio, como não foram abandonados muitos outros lugares rurais das nossas ilhas.

Este prémio tem como objetivo gratificar uma obra de reconhecido mérito em qualquer época da História de Portugal, sendo a sua atribuição uma honra e prestígio para os Altares, para Angra do Heroísmo e para os Açores.

Assunção Melo junta-se assim à restrita lista de distinguidos anualmente pela Academia Portuguesa da História, de onde constam nomes como Irene Pimentel, José António Falcão ou José d'Encarnação, sendo este prémio o reflexo da qualidade e genuinidade da obra e da autora, que projeta a freguesia dos Altares e o concelho de Angra do Heroísmo no panorama nacional.

Assim, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, ao abrigo das disposições regimentais e estatutárias aplicáveis, na reunião plenária da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, realizada a 12 de dezembro de 2024, propõe a aprovação de um Voto de Congratulação a Assunção Melo pela conquista do Prémio EMEL – História dos Caminhos, Percursos e Mobilidade.

Do presente voto, deverá ser dado conhecimento à própria, ao Centro de Humanidades da Universidade dos Açores (UAc), à Assembleia de Freguesia dos Altares e ao Município de Angra do Heroísmo. Disse.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Está apresentado o voto, tem a palavra a Sra. Deputada Nídia Inácio.

(*) **Deputada Nídia Inácio (PSD):** Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, Sr. Secretário, Sra. Secretária.

É com muito gosto que o Grupo Parlamentar do PSD, associa-se a este Voto à jovem historiadora e investigadora Assunção Melo, uma jovem com muita garra, com muito amor à sua freguesia dos Altares, como foi dito, não abandonou a sua freguesia e continua a investigar a sua freguesia, a trabalhar para a sua freguesia, mas não só, também trabalha muito na ilha Terceira e nos Açores, portanto, faz investigação nestas áreas, este livro foi um reconhecimento do grande trabalho dela e do empenho que ela tem pela sua freguesia, pela ilha Terceira e pelos Açores.

Portanto, o Grupo Parlamentar do PSD está com este Voto de Congratulação, muito justo à Doutora Assunção Melo. Disse.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada, pergunto se há mais inscrições? Vamos passar à votação deste Voto de Congratulação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manterem como estão.

Secretário: O Voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Neste momento a Deputada Nídia Inácio retoma o seu lugar na Mesa

Presidente: O próximo **Voto de Congratulação é apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD à Distinção dos Queijos da Ilha do Faial**, tem a palavra a Sra. Deputada Salomé Matos.

Deputada Salomé Matos (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

Distinção dos Queijos da Ilha do Faial

O Queijo da ilha do Faial é reconhecido pelas suas características de sabor, aroma e textura, tendo sido recentemente distinguido na maior competição do mundo, num universo de 4.500 produtos inscritos.

O “*World Cheese Awards*” é o evento maior, em que produtores singram pela apresentação do produto de maior qualidade e esperam o reconhecimento equivalente ao esforço do quotidiano, de todos os dias do ano, de quem só trabalha no campo conhece.

Nesse sentido, foi com reconhecido empenho que o Queijo "O Morro", da empresa "O Morro Fabricação dos Queijos, Lda." recebeu a medalha de Bronze desta competição, num atestado ao maravilhoso queijo artesanal, amanteigado de pasta mole, aliando técnicas inovadoras ao saber artesanal da produção de queijo feito a partir de leite de vaca, suave, com textura ligeira.

Do mesmo modo, foram reconhecidos com o Prémio “*Great Taste*” o Queijo Ilha Azul, o Queijo Moledo e o Queijo dos Capelinhos, da Lactaçoeres UCRL.

Vencer prêmios desta categoria é mais do que ostentar medalhas. É reconhecer a qualidade dos produtos, a qualidade do bem-fazer, o empenho e a dedicação de todos os profissionais do setor.

Assim, nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do PSD/Açores, propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em sessão plenária no mês de dezembro de 2024, a aprovação de um Voto de Congratulação pela Distinção dos Queijos da Ilha do Faial.

Do presente voto, deverá ser dado conhecimento à O Morro Fabricação dos Queijos, Lda., à Lactaçoeres UCRL, à Federação Agrícola dos Açores, à Cooperativa Agrícola de Laticínios da Ilha do Faial e ao Conselho de ilha do Faial.

Deputado Flávio Soares (PS): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada. Estão abertas as inscrições. Sr. Deputado Lúcio Rodrigues, faça favor tem a palavra.

(*) **Deputado Lúcio Rodrigues (PS):** Bom dia, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Peço a palavra para naturalmente o Partido Socialista se associar a este Voto de Congratulação apresentado pelo Partido Social Democrata, naturalmente, porque na verdade, os queijos da Cooperativa e também o queijo, neste caso do Morro, que também terei oportunidade de falar no voto apresentado pela Iniciativa Liberal e nesse sentido, gostava de associar o Partido Socialista a este voto, e, naturalmente, também valorizando o trabalho que a Cooperativa de Laticínios da ilha do Faial tem na economia faialense e também tivemos a oportunidade bem recentemente de reunir com os seus órgãos sociais e de perceber as dificuldades que a Cooperativa atravessa, e, neste sentido, também é importante, não só valorizar quando os prémios acontecem e valorizar aquilo que efetivamente é ou são os profissionais que trabalham nessa área, mas também nesse sentido, também alertar, aproveitar essas oportunidades para alertar no sentido de valorizar aquela equipa jovem que quer fazer acontecer também, quer fazer mais pela zona norte aqui da ilha do Faial, e nesse sentido, também é importante alertar que é preciso olhar para a Cooperativa de Laticínios da ilha do Faial com outros olhos e naturalmente apoiá-los no sentido deles fazerem a transição para aquilo que são os tempos de hoje. Disse.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado, pergunto se há mais inscrições? Vamos passar à votação deste Voto de Congratulação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manterem como estão.

O Sr. Deputado que vota contra, faça favor de se sentar.

Secretária: O Voto de Congratulação de Distinção dos Queijos da Ilha do Faial foi aprovado com 23 votos a favor do PSD, 23 do PS, 5 do CHEGA, 2 do CDS-PP, 1 do PPM, 1 do BE, 1 da IL e com 1 voto contra do PAN.

I Sessão Legislativa

Horta, quinta-feira, 12 de dezembro de 2024

Presidente: O próximo **Voto de Congratulação - pela Conquista da Medalha de Bronze do Queijo "O Morro"**, tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata, da Iniciativa Liberal.

Deputado Nuno Barata (IL): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

Pela conquista da Medalha de Bronze do Queijo "O Morro" na sua primeira participação no prestigiado WORLD CHEESE AWARDS

Nasceu em 2008. Um projeto familiar, corporizado pelos irmãos Rui e Nuno Caldeira. Começaram pela venda de produtos hortícolas.

Em 2012, passaram a dedicar-se ao fabrico de queijo. Nascia a Queijaria "O Morro", na freguesia de Castelo Branco, na ilha do Faial. Recorrendo à utilização de métodos e processos quase artesanais, fabricam um queijo de pasta semi-mole, que já recebeu prestigiadas distinções internacionais.

Começaram com uma cuba manual, pequena; depois foram evoluindo. De 3000 litros diários, a produção regrediu para os 1800 litros aquando da pandemia. Mas o projeto, já a atingir a maioridade, obrigou a novos investimentos.

Apesar da redução da produção, o fabrico do queijo manteve-se. Da cuba de 300 litros inicialmente usada, passaram para uma cuba de 600 litros de leite, o que dá aproximadamente 150 queijos.

Todos os produtos têm na base da sua produção o leite de vaca selecionado, estando as explorações de origem identificadas com modelos de produção sustentáveis do ponto de vista ambiental e bem-estar animal.

Produzem queijo curado, picante e queijo fresco. Mas é o célebre queijo de pasta mole que tem vindo a destacar-se no âmbito internacional. Tanto assim é que, mesmo sem

recorrer aos alegados benefícios da Marca Açores", a conceituada revista "Whine Spectator" classificou o exemplar d'O Morro na categoria de elite. Tal distinção correspondeu à abertura das portas da internacionalização do produto, em 2015. O pasta mole produzido pelos irmãos Caldeira tem entrada garantida nos importantes mercados dos Estados Unidos da América e do Canadá, naturalmente ultrapassadas as exigências desses mercados ao nível dos rótulos e do cumprimento de rigorosos padrões de qualidade.

A gestão da Queijaria d'O Morro reflete a filosofia empreendedora dos seus proprietários, protagonistas de um investimento contínuo, exclusivamente assente em capital próprio e focada na valorização dos produtos agrícolas com origem local. Passo a passo, em 2022, o Queijo d'O Morro alcança a final dos Prémios AHRESP (Associação da Hotelaria e Restauração de Portugal) na categoria de Produto do Ano. No passado mês de novembro, por conta e risco, sem qualquer apoio público para a sua deslocação, a queijaria de Castelo Branco levou o seu famoso pasta mole, pela primeira vez, ao World Cheese Awards.

Na sua primeira presença num evento mundial, em 2024 realizado em Viseu, no continente português, o Queijo "O Morro" conquistou a medalha de bronze, numa competição mundial que reuniu cerca de 4800 queijos que foram testados, avaliados e pontuados por 250 juízes internacionais.

Assim, ao abrigo das disposições estatutárias e regimentais aplicáveis, a Representação Parlamentar da Iniciativa Liberal propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores aprove o seguinte Voto de Congratulação: A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores congratula-se pela conquista da Medalha de Bronze alcançada pelo Queijo "O Morro" no World Cheese Awards 2024, felicitando a capacidade, a tenacidade e a resiliência empreendedora dos proprietários da Queijaria d'O Morro, na freguesia de Castelo Branco, ilha do Faial.

I Sessão Legislativa

Horta, quinta-feira, 12 de dezembro de 2024

Que do presente Voto de Congratulação seja dado conhecimento aos proprietários da Queijaria d'O Morro, à Junta e Assembleia de Freguesia de Castelo Branco, à Câmara e Assembleia Municipal da Horta. Disse.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Pergunto se há inscrições? Sr. Deputado José Pacheco, faça o favor.

(*) **Deputado José Pacheco (CH):** Obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Um bom dia a todos.

O Queijo “O Morro”, sem dúvida, aliás, sou suspeito para falar nisso, porque acho que é um queijo de excelência, dar-lhes também os parabéns, associamo-nos ao voto do IL, e, dizer que, um pouco aquilo que o CHEGA tem dito, que estas pequenas unidades fabris, de maior ou menor dimensão, se calhar são aquilo que os Açores conseguem oferecer ao mundo.

As grandes indústrias que depois mantêm reféns os produtores, estamos a ver que não estão a resultar, apenas fazem o açambarcamento de mercado.

Este é um grande exemplo de um produto de qualidade, como há outros, há imensos, há exemplos nos Açores, que fazem também com que as unidades familiares empreguem mais pessoas, criem mais riqueza, pagando impostos e não criando grandes lutas no mercado como nós temos visto no setor do leite, quanto a preços, quanto a pagamentos, etc., etc.

Muitos parabéns aos irmãos Caldeira e ao Queijo “O Morro”.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Pergunto se há mais inscrições? Sr. Deputado Lúcio Rodrigues, faça favor.

(*) **Deputado Lúcio Rodrigues (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. Secretárias e Secretários Regionais.

Peço a palavra em nome do Partido Socialista, naturalmente para associar o Grupo Parlamentar a este Voto, um Voto de Congratulação pelo excelente resultado do Queijo “O Morro”, é um queijo por todos nós conhecido, já foi dito aqui, mas eu

gostava, neste momento que pedi a palavra, de valorizar acima de tudo a capacidade empreendedora, quer do Rui, quer do Nuno, quem os conhece sabe bem aquilo que para eles significa este queijo toda a sua exploração, sabe bem o que significa para eles o conceito de trabalhar, aliás, eles costumam dizer muitas vezes que não saem de casa para brincar, saem de casa para valorizar a sua Terra, para valorizar o seu produto e nesse sentido, é importante valorizar as pessoas e, neste caso, a capacidade que os irmãos Caldeira tiveram de serem empreendedores e de fazer acontecer, valorizando a sua Terra, valorizando a economia da sua Terra, criando emprego e, neste sentido, também é importante deixar a nota de que são pessoas assim que não se deve colocar areia na engrenagem, no sentido de continuarem a valorizar aquilo que efetivamente tem projetado também a ilha do Faial e o Queijo “O Morro”, naturalmente é um desses produtos.

Aproveitando também para mandar endereçar os parabéns, quer ao Nuno, quer ao Rui, quer às suas famílias, porque efetivamente aquilo é uma empresa familiar onde todos trabalham, todos têm as suas funções, e, neste sentido, fica aqui da parte do Partido Socialista a valorização de todo esse trabalho que tem sido conseguido ao longo dos últimos anos. Disse.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Pergunto se há mais inscrições? Não havendo, vamos avançar para a votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manterem como estão.

O Sr. Deputado que vota contra, faça o favor de se sentar.

Secretária: O Voto de Congratulação - Pela conquista da Medalha de Bronze do Queijo "O Morro" na sua primeira participação no prestigiado WORLD CHEESE AWARDS, foi aprovado com 20 votos a favor do PSD, 23 do PS, 5 do CHEGA, 2 do CDS-PP, 1 do PPM, 1 do BE, 1 da IL e 1 um voto contra do PAN.

Presidente: Encerramos assim os votos de congratulação, passamos aos votos de saudação. O primeiro **Voto de Saudação pelo Centenário de Mário Soares**, tem a

palavra, pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista, a Sra. Deputada Marta Matos faça favor.

Deputada Marta Matos (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

VOTO DE SAUDAÇÃO

Pelo Centenário de Mário Soares

Mário Alberto Nobre Lopes Soares nasceu a 7 de dezembro de 1924, em Lisboa. Estudou Ciências Histórico-Filosóficas e Direito. Casou com Maria de Jesus Barroso, com quem teve dois filhos. Foi preso político e, regressado a Portugal depois da Revolução de Abril, foi Ministro dos Negócios Estrangeiros nos primeiros governos provisórios. Foi Primeiro-Ministro no I, II e IX Governo Constitucionais. Foi Presidente da República entre 1986 e 1996. Foi ainda Eurodeputado.

A verdade, porém, é que as notas biográficas e os cargos ocupados não definem nem descrevem o Homem, cuja vida e cuja história se confundem com a própria história contemporânea de Portugal e com a construção da nossa democracia.

Se fosse vivo, Mário Soares teria completado 100 anos. A ausência física não faz desaparecer os exemplos nem os ensinamentos, que permanecem. Não elimina os valores, que perduram.

Na luta contra a ditadura e no exílio, mostrou-nos que a coragem é a principal arma de um homem e a liberdade o principal valor de uma sociedade.

Enquanto Ministro dos Negócios Estrangeiros, esteve envolvido nos processos de descolonização e de reconhecimento da jovem democracia portuguesa, defendendo o diálogo e a igualdade como motores da construção de um Estado.

Liderou e concretizou, enquanto Primeiro-Ministro, o processo da adesão de Portugal à então Comunidade Económica Europeia, cujo pedido de adesão e assinatura do Tratado foram feitos pela mão de dois açorianos, José Medeiros Ferreira e Jaime Gama, respetivamente, entendendo a Europa com a visão atual de um espaço comum

de progresso, um espaço de construção da política social e humanista que defendia, sem deixar que Portugal se fechasse e garantindo, a partir de então, a consolidação das nossas instituições democráticas e o desenvolvimento de uma política social imensa e de um serviço nacional de saúde gratuito.

Decidiu avançar com a candidatura às Presidenciais de 1986 quando as sondagens lhe davam apenas 8% das intenções de voto, acabando por vencer as eleições, e ensinando-nos que, na política, vale a pena lutar honesta e genuinamente pelos projetos em que acreditamos.

Foi o Presidente da República que, com as presidências abertas, nos demonstrou que um país se constrói também na abertura do regime a toda a sociedade e que o poder pertence efetivamente ao povo.

Nem sempre pacífica e escorreita, a sua relação com os Açores não deixou de ser marcante, tendo reconhecido a importância do Arquipélago para o desenvolvimento e unidade do país, valorizando a autonomia regional e o papel das comunidades açorianas na diáspora.

Tinha prazer e paixão pela Política. Vivia-a intensamente. Afirmava-se um “homem de esquerda. Um socialista. Mas antes de ser socialista, um democrata. E, antes ainda, um português”. “Um Estado não deveria ser avaliado pelo dinheiro que tem, mas sim pela sua história e pela sua gente. E, nesse sentido, Portugal nunca poderia ser considerado um país pobre”.

Escreveu todos os seus discursos. Dizia o que pensava e movia-se pelo que acreditava. Assumia-se naturalmente conciliador e, como tal, negociava “com paciência e boa-fé, persistentemente, até sentir que não seria possível avançar mais...Aí, reconhecia: “luto, luto até ao fim, porque sou também um homem de convicções e de carácter, que conhece bem o caminho que deve percorrer.”

Fundador e líder histórico do Partido Socialista, processo em que foi acompanhado pelos açorianos Jaime Gama e Mário Mesquita, Mário Soares deve servir de exemplo

a todos aqueles que servem a causa pública, porque o seu legado é não só atual como é também necessário.

Foi sempre um otimista, um homem de vitalidade plena, que aproveitou a vida e o tempo para ser, essencialmente, feliz. Considerava “a vida sempre curta”. O que era preciso era viver com dignidade e deixar uma memória simpática daquilo que se fez”. A memória de Mário Soares é muito mais do que simpática...

E é por isso que, hoje, assinalando o seu centenário, reafirmamos também o compromisso com o seu legado e com os valores da democracia, da liberdade e da justiça que sempre defendeu.

No caminho que seguimos na vida e na política tomamos como rumo o seu exemplo. Porque, na verdade, na vida e na política, “só é vencido quem desiste de lutar”!

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a aprovação de um Voto de Saudação pelo Centenário de Mário Soares.

Do presente voto deve ser dado conhecimento à sua família e ao Partido Socialista.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada. Estão abertas as inscrições. Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Simões.

(*) **Deputado Paulo Simões (PSD):** Obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

O Grupo Parlamentar do PSD associa-se a este Voto de Saudação pelo Centenário de Mário Soares, uma figura maior na luta contra a ditadura, um defensor acérrimo da liberdade, da democracia.

Provavelmente sem Mário Soares não poderíamos estar como estamos aqui hoje, cada um de nós a dizer o que pensa e o que sente sem qualquer constrangimento.

I Sessão Legislativa

Horta, quinta-feira, 12 de dezembro de 2024

Podemos colocar a questão de se Mário Soares foi consensual? Claramente não, mas as grandes figuras da história de um país, de uma região, raramente são consensuais. Relembrava aqui dois ou três episódios que têm a ver com a relação entre Mário Soares e os Açores.

Desde logo, esta Casa foi inaugurada por Mário Soares, o mais antigo jornal português, com sede na ilha de São Miguel, Açores foi condecorado por Mário Soares e Mota Amaral quando era Presidente do Governo Regional dos Açores, convidou, convite aceite, Mário Soares justamente a vir cá fazer uma Presidência Aberta.

Por tudo isso, associamo-nos a este Voto de Saudação.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Sra. Deputada Hélia Cardoso, faça favor.

(*) **Deputada Hélia Cardoso (CH):** Eu e o CHEGA não me posso associar a este voto. Eu admiro a vossa divinização do Mário Soares, que não subscrevo.

Esse exílio de sofrimento, Mário Soares, o seu pai e o Salazar eram amigos e então o exílio de Mário Soares, em Cabo Verde, foi dar aulas para um liceu, foi este o exílio. O segundo exílio foi para Paris, para o *Quartier Latin*, sustentado pelo pai, não foi um exílio de sofrimento, pelo amor de Deus, não divinizem o que não existiu.

A seguir ao 25 de Abril, feito pelos outros, veio para Portugal, com o caminho feito, associa-se ao Álvaro Cunhal enquanto lhe deu jeito, depois, quando deixou de dar jeito, demarcou-se do Álvaro Cunhal.

Enquanto Primeiro-Ministro, pronto, houve as bancarrotas, as intervenções para que Portugal não ficasse na miséria.

As Presidências abertas eram uma verdadeira corte de um rei só, megalómanas, enfim, eu não subscrevo.

(Aplausos dos Deputados da bancada do CH)

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada. Sr. Deputado António Lima tem a palavra

(*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

O Bloco de Esquerda associa-se este Voto de Saudação pelo Centenário de Mário Soares.

Mário Soares foi uma das grandes figuras da história do século XX português.

Foi lutador antifascista, advogado de presos políticos, lutador anticolonial, lutador pela democracia em suma.

Foi fundador do regime constitucional vigente e esse facto, só por si, como é óbvio, merece a nossa saudação.

Muitas vezes foi contraditório com as suas próprias convicções, lutou pelo socialismo, também liberalizou, privatizou e esteve muitas vezes do lado de certas causas certas e destaco a luta contra a guerra, pela paz, quando, por exemplo, se opôs à criminosa invasão do Iraque que teve nos Açores um dos seus episódios determinantes e que marca tristemente também a nossa história tenebrosa, Cimeira das Lajes.

Já no fim da sua vida não deixou de lutar contra a austeridade, contra a liberalização selvagem, nunca deixando, mesmo no fim da vida, de estar ao lado de quem queria outro futuro para Portugal, que não era o futuro que se preparava e se construía nesse tempo.

Por esses motivos e por muitos outros, apesar de muitas contradições, apesar das áreas políticas que representamos, nem sempre estarem do mesmo lado, o que é certo é que, no essencial, na democracia e nos valores, certamente que Mário Soares representa e o seu percurso representa aspetos fundamentais da democracia portuguesa, que importa não deixar nunca de saudar e de lembrar. Muito obrigado.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado Pedro Neves, faça favor tem a palavra.

(*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

I Sessão Legislativa

Horta, quinta-feira, 12 de dezembro de 2024

O PAN associa-se a este voto, apenas pelo grande homem que Mário Soares foi genuíno, honrado, corajoso, audaz, algo que cada vez mais falta na política e aos políticos, e, por isso associo-me com orgulho, porque conseguiu mudar para melhor Portugal, numa altura em que estávamos mesmo no fosso. Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado Paulo Margato, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Margato (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

O PPM associa-se a este Voto pela pessoa que foi Mário Soares, um pilar da democracia em Portugal, um dos principais motivos para que estamos todos e possamos estar todos aqui reunidos nesta Casa a discutir tão abertamente e tão democraticamente os assuntos todos de Portugal para Portugal, neste caso dos Açores e para os açorianos. Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado Pedro Pinto, faça favor.

(*) **Deputado Pedro Pinto (CDS-PP):** Muito obrigado, Sr. Presidente, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Para sermos justos com a história e sermos justos com a nossa consciência, devemos salientar, obviamente, o que de positivo é feito e fazemos, mas também não podemos esconder o que de menos bom ou menos positivo também é feito e, portanto, relativamente à personalidade de Mário Soares, obviamente que nos associamos a este voto apresentado pelo Partido Socialista, um voto que nos evoca a memória de um grande político de Portugal, de Portugal contemporâneo, da nossa democracia, a atual democracia que vivemos após queda do regime ditatorial.

Em democracia não há inimigos, há sim adversários com ideias diferentes, muitas vezes o objetivo final até pode ser coincidente, mas o caminho proposto muitas vezes é diverso e, portanto, em democracia, repito, não há inimigos, há sim adversários. Reconhecemos que Mário Soares procurou sempre equilíbrios políticos, sobretudo equilíbrios políticos à esquerda, é interessante que no tempo de Mário Soares, o

Partido Socialista, nunca procurou equilíbrios à esquerda ou com a extrema-esquerda e, portanto, isto é algo de muito positivo, é algo de muito positivo e marcante para a atual democracia que vivemos e, portanto, merece ser salientado e recordado.

Mas também não nos esquecemos que houve um processo de descolonização apressado e que deixou milhares de portugueses numa situação muito periclitante, de regresso apressado, de abandono dos seus bens, das suas propriedades, de abandono de uma vida inteira nas antigas colónias e, portanto, isso também faz parte do legado, que nós, no nosso entendimento, é uma das partes mais negativas do seu legado, poderia ter sido alcançada a descolonização, mas talvez de um modo menos apressado e, portanto, acautelando melhor os interesses dos portugueses que viviam nesses territórios e que regressaram, muitos deles regressaram também aqui à Região Autónoma dos Açores.

Mas reconhecemos a importância da ação política de Mário Soares na derrota e no combate ao comunismo e isso é muito positivo e também saudamos.

E, portanto, Mário Soares é uma figura histórica e incontornável de Portugal e da nossa democracia e, portanto, obviamente que nos associamos à evocação da sua memória. Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado. Pergunto se há mais inscrições? Não havendo, aproveito para informar a Câmara que estive na semana passada em representação da Assembleia, na Sessão Solene na Assembleia da República, na Sessão Solene que assinalou o centenário de Mário Soares.

Vamos passar à votação deste Voto de Saudação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manterem como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: O Voto de Saudação pelo Centenário de Mário Soares foi aprovado com 20 votos a favor do PSD, 23 do PS, 2 do CDS-PP, 1 do PPM, 1 do BE, 1 da IL e 1 do PAN e com 5 votos contra do CHEGA.

Presidente: Passamos ao próximo **Voto de Saudação ao 50º Aniversário da Banda do Sagrado Coração de Jesus de Toronto**, tem a palavra o Sr. Deputado? Joaquim Machado, pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional

VOTO DE SAUDAÇÃO

50º Aniversário da Banda do Sagrado Coração de Jesus de Toronto

Em setembro de 1974, um grupo de entusiastas da música na comunidade açoriana da província do Ontário, Canadá, uniu-se com o objetivo de preservar e continuar as tradições de sua terra natal, dando origem à Banda do Sagrado Coração de Jesus, na paróquia de Santa Cruz, em Toronto.

Composta inicialmente por 30 músicos, a banda fez a primeira atuação pública na primavera de 1975, nas festividades do Divino Espírito Santo, na sua paróquia de origem, logo ali granjeando o apreço e apoio da comunidade.

Volvidos três anos, a banda transferiu-se para a paróquia de Santa Helena, onde ainda se mantém, integrada na Sociedade Musical de Santa Helena, e participando em muitos eventos religiosos no seio da comunidade portuguesa da Grande Área de Toronto, assim como em diferentes eventos nas comunidades inglesa e de outras etnias com muita expressão naquela cidade.

Em julho de 1983, a banda foi convidada a participar nas festividades oficiais do Dia do Canadá, realizando um concerto junto à sede do parlamento federal, em Otava. Atuou também na província do Quebeque, nas festas do Senhor Santo Cristo dos Milagres de Montreal e de Kingston, e nas Grandes Festas do Espírito Santo, da Nova Inglaterra, numa dinâmica contínua de reforço dos laços culturais entre as comunidades açorianas e promoção da rica herança musical dos Açores.

I Sessão Legislativa

Horta, quinta-feira, 12 de dezembro de 2024

A sua primeira digressão fora da América do Norte foi para a ilha de São Miguel, em 1988, para participar nas Festas do Senhor Santo Cristo dos Milagres, em Ponta Delgada.

A Sociedade Musical de Santa Helena é membro da ACAPO - Aliança dos Clubes e Associações Portuguesas do Ontário - e já realizou três gravações discográficas, a última em 2002, revertendo os lucros dessa edição para o Instituto de Apoio à Criança, dos Açores.

Atualmente incorpora também uma banda orquestral e uma escola de música, gratuitamente disponibilizada à comunidade portuguesa da província do Ontário. Em meio século de vida, a filarmónica registou inúmeras contribuições de maestros, músicos, presidentes, diretores e voluntários, designadamente, os antigos presidentes Manuel Coelho, Eddie Costa, Pitty Domingos e Américo Rego, bem como os antigos maestros Miguel Domingos, João Soares e Artur Macedo, incluindo José Manuel Resendes, que regeu a filarmónica de 1991 a 2010, e o atual maestro, Sandro Melo, natural da freguesia micalense dos Ginetes.

Assim, nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do PSD/Açores, propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em sessão plenária no mês de dezembro, a aprovação de um voto de saudação pelo 50º Aniversário da Banda do Sagrado Coração de Jesus, que este sábado é festivamente celebrado na nossa comunidade de Toronto.

Deste voto, deverá ser dado conhecimento aos seus órgãos sociais, à ACAPO, ao Consulado Geral de Portugal em Toronto e à Direção Regional das Comunidades.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado. Pergunto se há inscrições? Sra. Deputada Edite Preto, faça favor tem a palavra.

(*) **Deputada Edite Preto (PS):** Muito obrigada, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Uso da palavra para dizer que o Grupo Parlamentar do PS se associa a este voto de saudação e aproveitando este caso da Banda do Sagrado Coração de Jesus, destacar todos aqueles que emigraram em busca de melhores condições, mas quiseram e fazem questão de manter bem vivas as suas raízes e a sua identidade enquanto açorianos.

Destacar também a necessidade de preservar estas condições para o futuro, através da criação de escolas de música e de outras organizações orquestrais, também para chamar os jovens e assegurar que estas tradições se mantêm no futuro.

Por isso, mais uma vez, enaltecemos a dedicação e o empenho de todos os que pertencem a estas instituições, em particular aqueles que mantêm bem viva e dinâmica a Banda do Sagrado Coração dos Jesus de Toronto. Muito obrigada.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada. Pergunto se há mais inscrições? Vamos passar à votação deste Voto de Saudação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manterem como estão.

Secretária: O Voto de Congratulação ao 50º Aniversário da Banda do Sagrado Coração de Jesus de Toronto foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Voto de Protesto ao Instituto de Habitação e de Reabilitação Urbana é apresentado pelo Grupo Parlamentar do CHEGA, tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Lima.

Deputado Francisco Lima (CH): Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo

VOTO DE PROTESTO

Ao Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana – IHRU

I Sessão Legislativa

Horta, quinta-feira, 12 de dezembro de 2024

O Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), a chamada "bazuca" de António Costa, a tal que ia resolver todos os problemas de Portugal, não está a ser cumprido no sector da habitação.

Eram muitos milhões de euros a que as Câmaras Municipais da Região se podem candidatar para colmatar a grave carência habitacional que se vive nos Açores e que tem deixado muitas famílias sem capacidade para aceder a uma habitação condigna. O problema é que, para as autarquias acederem a estes milhões, têm de apresentar candidaturas que têm de passar pelo crivo do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana - IHRU. Esta máquina pesadíssima que está a deixar as Câmaras Municipais dos Açores - e do resto do país - à beira de um ataque de nervos, porque não consegue dar resposta atempada á avaliação das candidaturas.

Quase diariamente o CHEGA tem recebido queixas de atrasos na aprovação de candidaturas à reabilitação urbana, no âmbito do PRR. Algumas dessas queixas chegam das autarquias que, apesar de tudo, sempre vão conseguindo avançar com algumas verbas na expectativa de que as candidaturas irão ser aprovadas.

Mas a grande maioria das queixas vem da parte dos privados que não querem, e muitos não podem, correr o risco de avançar com as obras e não ver a candidatura aprovada, ficando com as contas para pagar, sem apoios que foram criados por Bruxelas para este fim.

Muitas destas candidaturas destinam-se a autoconstrução, que é algo que o CHEGA sempre defendeu e que é uma forma de as famílias também se empenharem em todo o processo, ao seu ritmo. Com ajudas de Bruxelas, a construção seria, na teoria, mais rápida.

Mas a inação do IHRU é gritante e as Câmaras Municipais do Açores - e todos os Açorianos - correm o risco de não poder aceder a estes dinheiros europeus que estão disponíveis para nos ajudar a resolver as necessidades habitacionais urgentes.

Os prazos estão a esgotar-se e os Açores, e Portugal, correm o risco de perder esse dinheiro por inércia de um qualquer Instituto da República.

Aliás, o CHEGA também é contra os institutos e observatórios que nascem quase como deveriam nascer as casas que deveriam usufruir das verbas do PRR.

É frustrante que, numa Região Autónoma, com Governo próprio, com uma Assembleia Legislativa própria e com capacidade legislativa própria, se continue a depender da República para uma "simples" avaliação de uma candidatura, por parte de um Instituto que não conhece as particularidades socioeconómicas e geográficas dos Açores.

O CHEGA vai, por isso, apresentar uma anteproposta de lei para que as candidaturas do PRR, ao nível da habitação para as autarquias, sejam descentralizadas do IHRU e passem a ser avaliadas na Região, para que se acelere todo o processo.

Vamos perder o dinheiro do PRR se assim não acontecer. Não podemos depender da incompetência de um Instituto da República para resolver o nosso problema habitacional. Temos de ser nós, os açorianos, a liderar este processo. E o CHEGA vai contribuir para que isso seja possível.

Por tudo isto, o CHEGA apresenta este voto de protesto pela inação e incompetência deste Instituto que é mais um que não serve para nada.

Por tudo isso, o CHEGA Açores propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, a aprovação de um voto de protesto ao Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana - IHRU, do qual deverá ser dado conhecimento ao próprio IHRU, à Assembleia da República, ao Governo da República, ao Governo Regional dos Açores e à Associação de Municípios da Região Autónoma dos Açores. Disse.

(Aplausos dos Deputados da bancada do CH)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Estão abertas as inscrições. Sra. Deputada Sandra Costa Dias faça favor.

(*) **Deputada Sandra Costa Dias (PS):** Obrigada, Sra. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

A questão da habitação é desde sempre uma questão central na vida das populações, especialmente em regiões onde os níveis de pobreza são maiores e aquela que é a realidade a que temos assistido nos últimos anos de agravamento acentuado de falta de habitação por vários fatores, o aumento significativo da sobrelotação e de todas as implicações que esta sobrelotação trazem, mesmo ao nível da educação, ao nível do bem-estar das famílias, ao nível de problemas sociais gravíssimos que, escuso-me aqui referenciar, é de suma importância todas as matérias que têm a ver com a resolução deste problema.

Os atrasos que se têm verificado na execução das verbas do PRR, nomeadamente aquelas que são através do IHRU para as câmaras municipais possam avançar com os seus projetos são de facto atrasos que merecem o nosso reparo, a nossa preocupação, no entanto, temos que reconhecer aquele que foi, é e será o papel do Instituto de Habitação e, portanto, não podemos nos rever no ataque que aqui é feito ao Instituto, aos processos que são necessários, mas sim a chamada de atenção aos atrasos verificados.

Mas o mesmo acontece em outras matérias que não passam por esse instituto e a execução de verbas do PRR na habitação que vão para além deste problema.

Ao PS preocupa particularmente as expectativas que têm sido geradas nos últimos tempos no que toca à habitação, fazendo querer a muitos açorianos que terão resposta no imediato, quando na verdade isto não se tem verificado.

E, portanto, essas expectativas criadas...

Deputado Flávio Soares (PS): A senhora está a criticar as câmaras socialistas!

A Oradora: ... com anúncios até precoces de que teremos já habitação na freguesia a, b ou c, como se fosse possível ter no imediato, esses atrasos vão muito para além daquilo que é a ação do IHRU, e, aqui volto a frisar a nossa preocupação na resposta às necessidades dos açorianos, não nos revendo, no entanto, naquela que é uma

I Sessão Legislativa

Horta, quinta-feira, 12 de dezembro de 2024

afirmação feita no voto, em que o CHEGA apresenta este voto pela inação e incompetência desse instituto, que é mais um que não serve para nada, como disse também de outros institutos e observatórios e estudos, contrariando aquilo que também já defendeu noutras alturas.

Portanto, reiteramos aqui aquela que é a nossa preocupação com resposta às necessidades dos açorianos

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada. Sr. Deputado Luís Raposo tem a palavra.

(*) **Deputado Luís Raposo (PSD):** Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Quero começar esta minha intervenção por consciencializar a Sra. Deputada Sandra Costa Dias, que a execução do PRR nos Açores, em matéria de habitação, é a melhor do País. Relembrar que o modelo de governação dos Fundos Estruturais do PRR foi desenhado pelo Partido Socialista, cujo Ministro da altura era Pedro Nuno Santos, atualmente Secretário-Geral do Partido Socialista, nós percebemos as críticas aqui trazidas, queremos obviamente acelerar os procedimentos e agora temos uma direção do IHRU que, em poucos meses está a trabalhar com afinco para dar resposta a todos com a maior celeridade possível.

E neste momento e neste curto período, já desbloquearam centenas de candidaturas para os Açores.

Não podemos estar contra quem trabalha, devemos sim relembrar e castigar a incompetência das direções anteriores nomeadas pelo Partido Socialista, e, nunca esquecer, Sra. Deputada, que foi o Partido Socialista que em 2020 esqueceu as câmaras municipais na preparação do PRR.

I Sessão Legislativa

Horta, quinta-feira, 12 de dezembro de 2024

As ações da atual direção já mereceram o devido reconhecimento das associações de municípios. Muito obrigado.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado António Lima, faça favor tem a palavra.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Quando se criou o PRR e se atribuíram diferentes competências, era de certo modo previsível, pela centralização excessiva que este programa tem, que pudessem ocorrer problemas em várias áreas e na habitação esses problemas são por demais evidentes, acontece com o Instituto para a Habitação e Reabilitação Urbana, acontece também, na verdade, a demora na sua aplicação com o Governo Regional.

Por isso, feito este enquadramento, é preciso olhar para este voto que pretende protestar contra um instituto, um instituto, a questão que se coloca é, quem é que decide as competências do Instituto, as suas atribuições, os seus recursos financeiros e humanos? É ele próprio ou é o Governo? Aquilo que se deveria avaliar, neste contexto, não é a atuação do Instituto, e, do ponto de vista político, pode ser avaliado do ponto de vista administrativo, do ponto de vista político, aquilo que o Parlamento, este Parlamento e qualquer outro e a Assembleia da República, a Assembleia da Madeira, o que devem fazer é avaliar, acima de tudo, as decisões políticas.

Aquilo que o CHEGA nos pede é um voto de protesto contra um instituto, ou seja, contra quem executa, contra a administração e não diz uma palavra sobre a política, não diz uma palavra sobre o Governo da República, este ou o anterior, que foram quem decidiu, quem decide os recursos, as atribuições, as competências do IHRU.

Por isso, o voto está desfasado do seu objetivo, não responde à questão central.

Em segundo lugar, é um voto que este Parlamento não pode aprovar, um voto que diz o seguinte, que “este Instituto é mais um instituto que não serve para nada”, ...

Deputado Francisco Lima (CH): É verdade.

O Orador: ... não pode ser aprovado por este Parlamento, então este Parlamento acha que o IHRU não serve para nada?

Da parte do Bloco de Esquerda, o Bloco de Esquerda considera que o IHRU é importante, tem problemas, pode ser melhorado, pode ser desenvolvido, pode ter mais recursos e pode ser profundamente alterado, aquilo que nós não queremos é uma espécie de distinção de um dos institutos mais importantes para o desenvolvimento da habitação pública em Portugal, nós não queremos acabar com o IHRU, ao contrário do que o CHEGA está aqui a propor e a defender que é o fim do Instituto para Habitação e Reabilitação Urbana. Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Pergunto se há mais inscrições? Sr. Deputado Pedro Neves faz favor.

(*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

Eu apenas não vou votar a favor deste voto, porque para o PAN, isto não é um voto, isto é uma declaração política misturada com uma apresentação de uma iniciativa.

E que também começou a existir esse aproveitamento também da parte do PSD porque já estava um bocado a não perceber se isto era uma declaração política ou se era um voto de protesto e usou-se essa ferramenta do qual eu vou votar contra, apesar e, tenho que ser honesto, já o fiz no passado, mas foi na legislatura passada, esta legislatura não irei fazer. Obrigado.

Presidente: Muito obrigado. Pergunto se há mais inscrições? Vamos então passar à votação deste voto de protesto.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manterem como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: O Voto de Protesto ao Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana foi rejeitado com 23 votos contra do PS, 1 do BE e 1 do PAN e com 23 votos de abstenção do PSD, 2 do CDS-PP, 1 do PPM e a favor 5 votos do CHEGA e 1 voto da IL.

Presidente: Passamos aos **votos de pesar, o primeiro apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD pelo Falecimento do Sr. Eduardo Caetano de Sousa**, tem a palavra a Sra. Deputada Salomé Matos.

Deputada Salomé Matos (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

VOTO DE PESAR

Pelo Falecimento de Eduardo Caetano de Sousa

Eduardo Caetano de Sousa nasceu a 23 de fevereiro de 1940 na ilha do Faial.

Fez o 5.º Ano do Curso Geral dos Liceus, como aluno do ensino particular, tendo realizado o exame da Secção de Ciências no Liceu Nacional da Horta e da Secção de Letras no Liceu Nacional de Angra do Heroísmo.

Entrou para os Serviços Agrícolas da ex. - Junta Geral do Distrito Autónomo da Horta em fevereiro de 1956, como assalariado eventual.

A partir de fevereiro de 1960 foi contratado para Fiel de Armazém, acumulando com as funções de responsável pelo Posto de Sanidade Vegetal de Ilha do Faial.

Em julho de 1961 ingressou na Escola Prática de Infantaria em Mafra onde frequentou o 1.º ciclo do curso de Sargentos Milicianos de Infantaria tendo de seguida completado o 2.º ciclo do Curso de Sargentos Milicianos de Infantaria.

Ingressou posteriormente na função pública como Escriturário de 2.ª classe da Secretaria da ex. Junta Geral do Distrito Autónomo da Horta e depois como Aspirante

I Sessão Legislativa

Horta, quinta-feira, 12 de dezembro de 2024

Estagiário, na Caixa Geral de Depósitos em Lisboa, tendo sido promovido a 3.º oficial em outubro de 1967.

Em 1968 foi transferido da 2.ª Repartição da Caixa Económica Portuguesa para a Filial na Horta, tendo ao longo dos anos seguintes sido sucessivas vezes promovido por mérito profissional nos quadros da Caixa Geral de Depósitos, onde também desenvolveu a atividade sindical.

No passado dia 3 de dezembro, Eduardo Caetano de Sousa deixou-nos um legado de participação cívica exemplar que importa assinalar.

Fundou a empresa E. Caetano de Sousa a 10 de dezembro de 1970 e como armazenista e distribuidor de produtos farmacêuticos desenvolveu a sua atividade na área da Higiene e Saúde, fornecendo os seus clientes nas diferentes ilhas do Arquipélago dos Açores. Foi cofundador do PPD/PSD no Faial em 1974 e militante do PPD/PSD nacional em 1975, membro da Comissão Política, foi Vereador da Câmara Municipal da Horta, tendo sido Vice-Presidente entre 1 de janeiro de 1977 e 31 de dezembro de 1979.

Foi eleito suplente dos representantes da Região Autónoma dos Açores no Conselho Económico e Social, Secretário-geral da Associação de Futebol da Horta entre 1966 e 1967 e Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Associação de Desportos da Ilha do Faial, de 1980 a 2017.

Foi admitido como Rotário em 1988 e foi Presidente do Rotary Club da Horta no ano 1999/2000, Coordenador Regional dos Açores, Presidente da Assembleia dos Clubes Rotários Portugueses dos Distritos 1960 e 1970, na Fundação Rotária Portuguesa, e assumiu as mais elevadas funções de Governador do Distrito 1960, do Rotary International, tendo sido o primeiro e até agora único dos Açores.

Enquanto cidadão ativo e empenhado distinguiu-se sobretudo na área social tendo sido dirigente voluntário durante 40 anos, 35 dos quais como Provedor da Santa Casa da Misericórdia da Horta.

I Sessão Legislativa

Horta, quinta-feira, 12 de dezembro de 2024

Foi cofundador da Cozinha Paroquial da freguesia das Angústias em 1965, cofundador da Rede Europeia Anti-Pobreza em Portugal, membro da União das Misericórdias Portuguesas nos Açores, do Conselho Fiscal da União das Instituições Particulares de Solidariedade Social e da União Regional das Misericórdias dos Açores.

Eduardo Caetano de Sousa foi vice-presidente do Lar de São Francisco e seu presidente de 1975 a 1980 e foi responsável pela remodelação e ampliação do Lar de São Francisco em 1989.

Entre 1980 e 2014 foi provedor da Santa Casa da Misericórdia da Horta e presidiu à Assembleia Geral de 2018 a 2021.

Com a sua visão de futuro, em 2004 fundou a Escola Profissional da Horta.

Em 2006, tomou a iniciativa da sua ampliação e requalificação das suas instalações no Palacete de Sant'Ana. Foi seu Diretor-Geral desde a sua criação até ao ano de 2015. Durante a sua gestão da Santa Casa da Misericórdia da Horta, colocou em funcionamento o Serviço de Apoio Domiciliário, o Centro de Dia, os Centros de Atividades de Tempos Livres, os Centros de Atividades Ocupacionais entretanto transformados em Centro de Atividades de Capacitação para a Inclusão, e o Centro de Cuidados Geriátricos que são atualmente a Unidade de Cuidados Continuados Integrados e a Rede de Centros Comunitários do Faial, valências que se mantêm à data de hoje.

Nas comemorações dos 500 anos da fundação da Misericórdia da Horta, em 2022, recebeu o título de Provedor honorário como reconhecimento pelas mais de quatro décadas ao serviço da Santa Casa da Misericórdia da Horta.

Ao longo da sua vida, recebeu diversos louvores, reconhecimentos e distinções regionais, nacionais e internacionais das quais se destaca no ano de 2010 no dia da Cidade da Horta, a Medalha de Mérito Municipal Dourada e em 2015 por ocasião do Dia da Região Autónoma dos Açores a insígnia autonómica de dedicação, pretendendo-se desta forma reconhecer os relevantes serviços prestados sendo um

exemplo a seguir. Assim, com um sentimento de pesar ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do PSD propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a aprovação de um voto de pesar pelo falecimento de Eduardo Caetano de Sousa do qual deve ser dado conhecimento formal à sua família, à Câmara Municipal da Horta, à Assembleia Municipal da Horta, ao Rotary Club da Horta, à Associação de Futebol da Horta, à Comissão Política de Ilha do PSD/Faial e à Mesa Administrativa da Santa Casa da Misericórdia da Horta.

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada, pergunto se há inscrições? Não havendo vamos passar à votação deste voto de pesar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manterem como estão.

Secretária: O Voto de Pesar pelo Falecimento de Eduardo Caetano de Sousa foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O Grupo Parlamentar do PSD também apresenta um Voto de Pesar pelo Falecimento do Professor Humberto de Brum Ferreira, tem a palavra o Sr. Deputado Jaime Vieira para a sua apresentação.

Deputado Jaime Vieira (PSD): Exmo. Sr. Presidente da Assembleia, Exmas. Sras. e Srs. Deputados, Exmos. Srs. Membros do Governo.

VOTO DE PESAR

Professor Humberto de Brum Ferreira

Faleceu em Toronto o Professor Humberto de Brum Ferreira, natural de Rabo de Peixe, com 86 anos de idade.

Professor muito estimado de muitas gerações, diplomou-se na Escola do Magistério Primário de Ponta Delgada, em 1957 e depois da docência em São Miguel, durante 12 anos, emigrou em 1969 para o Canadá, acompanhando a família.

I Sessão Legislativa

Horta, quinta-feira, 12 de dezembro de 2024

Para além de Secretário e Presidente da Cantina escolar de Rabo de Peixe, o Professor Humberto foi sócio fundador e Presidente da Assembleia Geral do Sporting Clube Mira-Mar, de Rabo de Peixe, entre 1965 e 1967, e ainda autarca, exercendo o cargo de Secretário da Junta de Freguesia de Rabo de Peixe, entre 1967 e 1969. Foi ainda Tesoureiro da Liga Escolar Católica.

Em Toronto, exerceu com proficiência e admiração geral, vários cargos de docência, tendo sido Secretário da Administração Escolar do *The First Portuguese Canadian Cultural Centre*, desde 1970, membro do Conselho Escolar e Membro do júri dos primeiros exames da quarta classe realizados em Toronto, em 1970.

Foi membro destacado da comunidade açoriana de Ontário, tendo sido funcionário do Rádio Clube Português, Professor de Línguas Internacionais e do 2.º Ciclo do Ensino Básico.

O Professor Humberto recebeu muitos elogios e prémios em reconhecimento pela sua contribuição para com os alunos, dedicação ao ensino e valorização da língua e cultura portuguesas em Portugal e no Canadá.

O Professor Humberto Ferreira foi condecorado pelo Governo Português com a Medalha de Mérito das Comunidades Portuguesas, em 13 de junho de 1991, e recebeu ainda várias medalhas de mérito de instituições de Ontário e do Ministro da Cultura do Governo Provincial de Ontário, em reconhecimento pelo seu ininterrupto e meritório trabalho em prol da divulgação da língua e cultura portuguesas, de que se destacam os prémios "*Mestre de Gerações*", "*Homem do Ano*", "*Medalha de Mérito das Comunidades Portuguesas*", "*Professor Pioneiro*", entre outros.

Foi reconhecido também por muitas associações e dignitários públicos, incluindo "*The FIRST PORTUGUESE Canadian Cultural Centre*", "*Casa dos Açores*", programa de televisão "*Gente da Nossa*", "*Ontário Ministry of Citizenship*", "*Province of Ontário - Premier's Office*", "*Toronto's City Council*", "*Mayor of Toronto's Office*", "*Toronto District School Board*", entre muitos outros.

I Sessão Legislativa

Horta, quinta-feira, 12 de dezembro de 2024

O Professor Humberto passou muitos anos a trabalhar formalmente no “Primeiro Centro Cultural Canadense Português” e muitos mais ainda como colaborador em inúmeras atividades literárias de autores portugueses.

Foi ainda colaborador de vários jornais locais, tendo editado um livro sobre os 25 anos da história do “*The First Portuguese Canadian Cultural Centre*”.

Humberto Ferreira recebeu um voto de louvor da Assembleia Municipal da Ribeira Grande em 1991 e foi homenageado pelo “*The First Portuguese Canadian Cultural Centre*”, pelos 25 anos de docência.

O Professor Humberto Ferreira deixou profundas raízes em Rabo de Peixe, onde foi um dos grandes dinamizadores das associações lúdico-culturais como a “*Casa da Folha*”, o “*Clube dos Ardidos*” e a “*Estelística*”, de grande relevo nesta sua terra natal, e que ficaram na memória coletiva, permanecendo até ao fim da vida com a alcunha do “*Teacher*”.

O Grupo Parlamentar do PSD/Açores propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a aprovação de um voto de pesar pelo falecimento do Professor Humberto Ferreira.

Do presente voto, deve ser dado conhecimento à Junta de Freguesia de Rabo de Peixe, Câmara Municipal da Ribeira Grande, Sporting Clube Mira-Mar, Casa do Açores de Toronto e à família.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Pergunto se há inscrições? Sr. Deputado Carlos Silva, faça favor.

(*) **Deputado Carlos Silva (PS):** Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista associa-se naturalmente e manifesta o seu pesar pelo falecimento do Professor Humberto de Brum Ferreira, natural de Rabo de Peixe, professor que era estimado e destacou-se também ao nível da docência, mas também pela importância que teve na comunidade de Rabo de Peixe ao nível

I Sessão Legislativa

Horta, quinta-feira, 12 de dezembro de 2024

desportivo, ao nível associativo e a importância que teve obviamente nas comunidades e, portanto, associamo-nos e manifestamos o nosso pesar.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Pergunto se há mais inscrições? Não havendo vamos passar à votação deste voto pesar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manterem como estão.

Secretária: O Voto de Pesar pelo falecimento do Professor Humberto de Brum Ferreira foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Encerramos a apresentação dos votos. Vamos fazer um intervalo antes de passarmos às declarações políticas, regressamos às 11h40.

Eram 11 horas e 22 minutos.

Eram 11 horas e 42 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos continuar os nossos trabalhos, então, com as declarações políticas, o próximo a fazer a declaração política é o Grupo Parlamentar do PSD, tem a palavra o Sr. Deputado Rubén Cabral.

Deputado Rubén Cabral (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

A declaração política que o Partido Social Democrata traz hoje a esta Câmara tem no Turismo dos Açores o seu tema, aliás, esta Câmara tem vindo ao longo dos anos a debater o tema, a produzir legislação, a apreciar a execução desta legislação por parte dos sucessivos governos regionais e a emitir recomendações e tudo o que faz parte do âmbito da nossa ação enquanto Deputados.

Que há muito tempo que a possibilidade de o setor do Turismo assumir uma importância maior no global da nossa atividade económica é uma evidência indesmentível.

Deputado Jaime Vieira (PSD): Muito bem!

O Orador: Os nossos antecessores e os governos por eles politicamente sustentados, tiveram como missão a criação das condições para que os Açores se tornassem um destino conhecido e que a inquestionável beleza do nosso destino fosse o chamariz nos mercados e bolsas internacionais de viagens e turismo de lazer.

E por motivos de natureza muito diversa que agora nos vamos abster de referir por imperativos de tempo as medidas do passado raramente obtiveram os resultados a que se propuseram.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: O ano de 2015 foi por isso o ponto de viragem neste setor pelas mãos de um Governo nacional de coligação PSD e CDS, o espaço aéreo dos Açores foi parcialmente liberalizado e duas novas companhias aéreas revelaram ao mundo este paraíso chamado Açores.

Deputada Délia Melo (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

O Orador: Enquanto alguns dos intervenientes neste processo continuarem a ser agentes políticos ativos e insistirem em fábulas acerca deste processo de liberalização, sentimo-nos obrigados a sublinhar este facto, Governo nacional do PSD e CDS, em 2015, foi o responsável por hoje termos parte do nosso espaço aéreo liberalizado, mesmo contra a vontade do Partido Socialista dos Açores.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

O Orador: Naquele momento em que os partidos políticos foram obrigados a pronunciar-se, o PS não pôde invocar incerteza sobre a matéria, porque já existiam, há mais de uma década, estudos que indicavam a chegada das companhias denominadas de *low cost*, como determinantes para o aumento do número de turistas, para facilitação da entrada em novos mercados e no impacto direto no aumento das receitas nas economias locais.

O PS/Açores além de ignorar o saber das ciências económicas, ignorou também que era socialista, porque preferiu defender um *status quo* de quase monopólio estatal, ignorando os benefícios que este modelo traria para os Açores e para os açorianos.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Mas pelas mãos de uma visão social-democrata da economia, uma nova era começou nos Açores.

Deputado Carlos Silva (PS): De glifosato!

O Orador: Não temos a menor dúvida que daqui a muitos anos estes tempos serão recordados na nossa história, como o princípio de uma nova era de desenvolvimento dos Açores, tal como aconteceu noutros tempos, como, por exemplo, a exportação de citrinos.

Esta nova era alterou também o paradigma da nossa ação como órgão legislativo e também a ação do próprio Governo, se no passado tínhamos como missão primordial dar a conhecer o destino Açores, hoje a nossa missão primordial é a gestão dos fluxos de visitantes, a criação de rotas eficazes e eficientes, a qualidade e conforto do alojamento, as infraestruturas de apoio e tudo o que promova a qualidade e consequente rentabilidade do setor.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: A liberalização fez dos curiosos, visitantes, a beleza do nosso destino fez dos visitantes, admiradores, e, a hospitalidade das nossas gentes fez dos admiradores, amigos.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

O Orador: Cabe-nos agora a nós todos, legisladores, governantes, agentes do setor e de mais intervenientes nesta cadeia de valor, perguntarmos a nós mesmos, com frequência, se estamos a tratar bem e de forma justa estes nossos novos amigos.

Estou aqui, em nome do Partido Social Democrata dos Açores, para afirmar que sem dúvida que sim, que apesar das previsões catastrofistas do Partido Socialista, o Turismo dos Açores está no caminho certo e está por isso de parabéns.

Vozes de alguns deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Governo:
Muito bem!

O Orador: E quando o Partido Socialista dizia que o Turismo dos Açores estava em retrocesso, a realidade dos números desmentiu sempre este catastrofismo e os indicadores são claros e vou por exemplo referir, o número de hóspedes que comparando o Verão IATA 2023 e 2019, há um aumento de 19 % ...

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: ... e comparando 2024 com 2019 há um aumento de 28 % e comparando até o Inverno IATA de 2023 e 2024 com o Inverno IATA 2018/2019 há um aumento de 35 %.

Vozes de alguns deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Nas dormidas, Sras. e Srs. Deputados, que comparando o Verão IATA de 2023 e 2019 há um aumento de 23 % e comparando 2024 com 2019 há um aumento de 35 % e comparando até o Inverno IATA de 2023/2024 com o Inverno IATA 2018/2019 há um aumento de 39 %.

Deputado Jaime Vieira (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

O Orador: E isto também, porque nunca o nosso destino teve tantas ligações e tantas companhias aéreas a voar para cá, em que em 2019 eram 5, em 2024 já são 14.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

O Orador: Como se vê, os números desmentem as previsões catastrofistas do Partido Socialista, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: ... como, por exemplo, ainda há um recorde absoluto de receitas geradas pelo setor, que em 2024 estão já a ascender a cerca de mil milhões de euros, com um peso de 17 % nunca este setor contribuiu tanto para o PIB regional como contribui agora, tal como para o valor acrescentado bruto em que são já quase 20 % e não esquecer do emprego, Sras. e Srs. Deputados em que o setor contribui já com 17 %, aliás, contribui para uma nova realidade do emprego dos Açores em que estamos numa fase de pleno emprego.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: De facto, Sras. e Srs. Deputados, os números têm vindo a desmentir as previsões catastrofistas do Partido Socialista.

Vozes de alguns deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Governo:
Muito bem! Muito bem!

O Orador: Mas nem tudo são números, Sras. e Srs. Deputados, e, por isso não posso-vos deixar de referir a gestão de fluxos, através de serviços e infraestruturas, por exemplo, na Lagoa do Fogo e nas Sete Cidades, a manutenção da Tarifa Açores, o alargamento da Rede de Áreas Marinhas Protegidas dos Açores e, por exemplo,

sermos agora a primeira região do País com a via verde de acidentes de mergulho, o que torna o nosso destino mais seguro e mais apetecível a quem pratica esta atividade.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Bem lembrado.

O Orador: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo, estamos realmente convictos e sem com isto querer retirar nenhum mérito a quem diariamente opera direta ou indiretamente no setor que o facto de termos hoje um Governo com uma ideia clara e um programa estruturado para o Turismo na Região, é um fator essencial para estes resultados que são crescentemente positivos.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

O Orador: E esta intervenção tem como objetivo fazer disso mesmo, uma declaração pública do Partido Social Democrata dos Açores e garantir aos Srs. Membros do Governo que, da nossa parte, da parte da nossa bancada, tudo faremos para colaborar com V. Exas. para que esta nova era da economia dos Açores seja uma era de prosperidade para todos os açorianos.

Vozes de alguns deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Governo:
Muito bem!

O Orador: Apesar da novidade destes novos tempos poder ser até similar à de outros tempos como anteriormente referimos, existe uma diferença radical, se no passado tínhamos produtos para vender e o lucro dependia da qualidade destes produtos, hoje com o Turismo dos Açores, o lucro não vem tanto do que temos, mas sobretudo do que somos e da experiência daqueles que nos visitam em experienciar em ser açoriano connosco, desfrutando como Srs. deste paraíso.

E tal como nas verdadeiras relações de amizade que só perduram se os benefícios forem recíprocos, também o Turismo só perdurará se formos a lucrar, visitantes e visitados e por isso, o sucesso futuro do Turismo dependerá em muito também da

capacidade de desenvolvimento integral da Região e, por isso, estamos também convictos de que a índole reformista do Presidente José Manuel Bolieiro, que tem imprimido aos seus Governos é para todos nós, garantia de prosperidade nos anos vindouros, disse.

Deputado Jaime Vieira (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Estão abertas as inscrições. Está inscrito o Sr. Deputado José Pacheco, a quem dou a palavra faça favor.

(*) **Deputado José Pacheco (CH):** Obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Sem dúvida que o Turismo é um setor fundamental nos Açores, é um setor que não é novo, mas que ganhou nos últimos anos com as ligações aéreas de várias companhias aéreas, ganhou uma nova dinâmica, uma nova força e que fez surgir novos negócios que que não existiam, os AL's são relativamente recentes, os Transportes, as Excursões, etc.

Isto é tudo bem e está tudo muito certo e é muito importante, nós não podemos é cair no novo ou no velho erro da monocultura, como já fizemos com a Agricultura ou com a Lavoura, fizemos com a Lavoura e não com a Agricultura, matamos a Agricultura e fomos para a Lavoura, nós não podemos fazer isso, nós temos que continuar a coexistir todos os setores, ainda ontem falávamos de Pescas e as Pescas podem ser também uma atração turística, podem ser uma mais-valia, enquanto também um paralelo de economia de sustentabilidade económica, nós não podemos é continuar a matar setores para poder aparecer novos setores. Também temos a forte convicção e temos dito várias vezes que também o Estado não tem tido muito a ver com o estado

do Turismo que temos hoje, mas sim as paisagens, as características, as nossas gentes aqui nos Açores.

Os fundamentalismos, como eu oiço nos apartes dos glifosatos, não é isto que mata o Turismo, antes pelo contrário, se nós tivermos uma Terra mal cuidada, isto leva-nos a uma coisa que é, se nós temos paisagens bonitas, cuidadas, que são postais ilustrados aos nossos lavadores, se deve, são eles que vão cuidando desta paisagem, mas também, em contrapartida, cada vez temos menos oferta de produtos genuínos, ainda há pouco falávamos nisso, nós temos que saber fazer esse equilíbrio caso contrário, caímos na monocultura novamente e qual é o futuro dos açorianos? Serem criadagem dos turistas e isto não pode acontecer, na nossa casa visitam-nos as pessoas com muito agrado, nós mostramos o bom que temos, seja cultural, seja paisagístico, mas não estamos aqui para ser serviçais de ninguém. Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do CH)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado. Continuam abertas as inscrições. Sr. Deputado Carlos Silva, faça favor.

(*) **Deputado Carlos Silva (PS):** Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Sr. Deputado Rubén Cabral, obrigado por trazer aqui para debate o Turismo, os desafios que o Turismo enfrenta, mas lamento que tenha tentado reescrever a história.

Deputado Joaquim Machado (PSD): A história é o presente e o futuro.

O Orador: O Sr. Deputado tentou reescrever a história, quando, por exemplo, vem referir que a liberalização do espaço aéreo se deveu apenas ao trabalho do Governo da República do PSD.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): E foi!

O Orador: Posso continuar?

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos reparar numa coisa, há bocadinho o Sr. Deputado aqui da tribuna fez a sua declaração política, a sala ouviu, agora os Srs. outros Deputados estão a fazer as suas intervenções eu agradeço que da mesma forma sejam ouvidos, porque é assim a democracia. Faz favor Sr. Deputado.

O Orador: Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Deputado Rubén Cabral, referia que tentou reescrever a história quando faz a alusão de que a liberalização só aconteceu graças ao trabalho do PSD do Governo da República, quando foi o próprio Primeiro-Ministro, Pedro Passos Coelho e antigo Presidente do PSD, que referiu e, cito que, realçou numa visita aqui aos Açores, “que resultou de um trabalho conjunto entre um Governo nacional do PSD/CDS e o Governo Regional Socialista, ...

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

O Orador: ... apesar de estar nos Açores (e continuo a citar) como líder partidário, o também Primeiro-Ministro, disse: “não poder deixar de sublinhar a colaboração muito próxima que o executivo nacional teve com o Governo Regional” e, portanto, reescrever a história não fica bem a ninguém e, portanto, se quer falar a verdade, convém que seja rigoroso naquilo que refere.

Outro aspeto que também é relevante e que não foi referido por si, tem a ver com o Galardão de Turismo Sustentável que a Região em 2019 foi certificada como o primeiro Arquipélago Sustentável no Mundo...

Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (Berta Cabral): Já vai em mais quatro.

O Orador: ... e isso também obviamente que se deveu ao trabalho que era realizado na altura pelo Governo Regional do Partido Socialista e que bem, a Sra. Secretária Regional Berta Cabral aproveitou e continuou a desenvolver esse trabalho e hoje tem uma Certificação de Ouro e isso é muito positivo, Sra. Secretária, portanto, não temos qualquer problema em reconhecer...

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

I Sessão Legislativa

Horta, quinta-feira, 12 de dezembro de 2024

O Orador: ... quando o trabalho é bem feito e há um trabalho de continuidade com aquilo que estava a ser feito, agora vejo com muita preocupação, Sra. Secretária, que ontem tenha sido aprovado aqui nesta Assembleia, um retrocesso...

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: ... do ponto de vista ambiental e que pode colocar em causa aquela que é a certificação como Destino Sustentável e isso é lamentável, é lamentável que o Governo e a coligação compactue com esse retrocesso ao nível ambiental.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (Paulo Estevão): Isso é falso.

O Orador: E porque falar em Turismo é também reconhecer que a atividade económica cresce e isso é positivo, o contexto económico é favorável e a Região tem aproveitado isso, há um aumento de dormidas, é verdade, mas não cresce de forma equilibrada em toda a Região, ...

Deputado Joaquim Machado (PSD): O PS nem equilibrado, nem desequilibrado!

O Orador: ... há ilhas que crescem de forma mais reduzida e é preciso ter uma atenção particular com a Graciosa, Santa Maria, entre outras e, portanto, falar do Turismo é reconhecer, obviamente que há uma redução da taxa de desemprego, há um aumento do número de empregados, há um aumento do número de dormidas, mas também há desafios e é também um momento importante para falarmos desses desafios e gostaria a esse respeito de destacar pelo menos quatro desafios que no nosso entender são muito importantes.

Nós, neste momento, estamos a sentir na atividade turística, na atividade económica, o peso da redução da atividade da Ryanair da operação da Ryanair, isso é sentido, é sentido pelos empresários do setor turístico que reclamam a diferença significativa, obviamente, entre a época alta e a época baixa, mas, Sra. Secretária, apesar dos anúncios que tem feito e do aumento esporádico dos voos e das frequências da TAP e da SATA, não compensa a redução brutal da atividade da Ryanair nos Açores.

Deputada Sabrina Furtado (PSD): O que é que vocês fizeram quando foi a Delta?!

O Orador: E isso deve servir para refletirmos sobre o futuro e sobre o impacto que a Ryanair tem efetivamente no setor turístico, não apenas na questão turística, mas sobretudo na mobilidade dos açorianos, também é relevante e contribui decisivamente para a mobilidade dos açorianos e nós devemos refletir se queremos ou não queremos fazer todos os esforços para retomar a operação que a Ryanair tinha no passado e o impacto que tem no combate à sazonalidade.

Há também um desafio que se relaciona com a qualificação da mão-de-obra e com a integração dos imigrantes, apesar da Região ter o seu dispor um dos maiores volumes de Fundos Comunitários para a qualificação profissional, os desafios mantêm-se e as dificuldades são bem evidentes, não consegue haver resposta para aquela que é a procura dos empresários por mão de obra qualificada.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Na altura o PS não tinha resposta para empregar quem estava desempregado!

O Orador: Esse é um problema, há também uma necessidade grande de garantir que quem procura os Açores para obter uma vida melhor também não tenha o seu processo complicado, já falámos aqui da questão do Subsídio Social de Mobilidade é um problema, mas também do ponto de vista administrativo há demasiada burocracia que também tem que ser tido em conta, numa colaboração entre o Governo Regional e o Governo da República.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Paciência.

O Orador: Vai ter que ter paciência, Sr. Deputado Joaquim Machado...

Deputado Joaquim Machado (PSD): O povo é que já não tem paciência para o PS.

O Orador: ... ainda vou demorar mais um bocadinho, não seja arrogante, Sr. Deputado, o Sr. Deputado é demasiado arrogante, oiça, faz bem, oiça.

Falava da qualificação da mão de obra, que é um grande desafio e é reconhecido como um grande entrave ao desenvolvimento económico, sem mão de obra não há crescimento turístico.

Há também uma necessidade de continuar aquele que tem sido um trabalho nos últimos anos, de aumento do rendimento dos profissionais...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: ... do setor turístico, termino em breve, Sr. Presidente.

Obviamente que não concordo com aquela tese que no Turismo paga-se mal a toda a gente, não é verdade, mas há situações em que isso acontece e é preciso também que o Governo encete esforços, do ponto de vista de negociação coletiva, esse é o caminho, mas é preciso continuar, continuar nesse caminho importante e é preciso garantir que...

Deputado Joaquim Machado (PSD): O Governo é que faz a negociação!

O Orador: ... não, Sr. Deputado, o Governo tem um papel decisivo na mediação, no esforço que é feito para a negociação coletiva e isso é importante porque o Turismo é importante para a atividade económica, mas tem que ser também importante para quem depende dele e para quem colabora diariamente com o setor.

Presidente: Tem que terminar, Sr. Deputado.

O Orador: Termino só referenciando dois aspetos que são relevantes, ordenamento e regulação turística.

Em 2022 foi entregue o POTRAA, uma versão do POTRAA que estava desatualizada, foi retirada à pressa, dois anos passaram e não temos ainda um POTRAA, é fundamental, porque sem o ordenamento do setor, nós podemos colocar em causa até o próprio setor turístico no futuro.

E, portanto, é verdade que há aspetos positivos e nós realçamos com o desenvolvimento turístico, mas há muitos desafios pela frente e nós também temos que nos debruçar sobre eles. Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Pergunto se há inscrições? Sr. Deputado Pedro Pinto, faça favor.

(*) **Deputado Pedro Pinto (CDS-PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Os números do Turismo e o sucesso do setor turístico que nos foi trazido a debate pelo Partido Social Democrata são um importante marco no nosso desenvolvimento. A economia encontrava-se bloqueada e com a eleição desta coligação em 2020 e a governação que iniciamos e todas as medidas reformistas que a coligação PSD, CDS e PPM tomou desde 2020, desbloqueamos a economia açoriana e os resultados do setor do turismo são uma prova disso.

Senão vejamos, há uma receita total de quase mil milhões de euros de valores diretos, indiretos e induzidos pelo Turismo, que representam atualmente cerca de 17 % do emprego, 17 % do PIB e quase 20 % do valor acrescentado bruto da Região.

Isto significa que o setor do Turismo e não estamos a falar apenas de viagens e dormidas, todo ele, já tem um forte impacto na nossa economia, seja nas empresas diretamente, seja no emprego que as empresas geram, seja na restauração, na agricultura, nas pescas.

Portanto, quando falamos de Turismo, falamos efetivamente de tudo, e, era como o nosso colega do Partido Social Democrata dizia, é a experiência que as pessoas levam dos Açores e é essa experiência, é essa vivência que também tem contribuído e alavancado o próprio Turismo.

E, portanto, se em 2016, 9,2 % dos açorianos estava empregue, direta ou indiretamente no Turismo, em 2023 passaram a estar 17 %, ou seja, de 9 mil passamos para perto de 20 mil açorianos e isto é muito significativo e, portanto, nós estamos num momento muito desafiante de viragem, ou seja, tivemos um crescimento, queremos obviamente continuar a crescer, mas esse crescimento tem que começar a ser feito com especialização, ou seja, já não interessa crescer só em número, temos que crescer em qualidade, temos que alcançar outro tipo de turista, que tenha outro

tipo de poder de compra mais elevado e que remunere mais e melhor a experiência que têm quando visitam os Açores, seja das nossas paisagens, seja dos nossos produtos endógenos, os queijos, o peixe, a carne, toda a gastronomia, os nossos museus, a nossa cultura, porque nós felizmente, felizmente, podemos oferecer nos 365 dias do ano 365 experiências diferentes, experiências com sol, com calor, com frio, com humidade, com nevoeiro, porque também há clientes para todas essas vivências diferentes, temos é que saber fazer a promoção certa para cada uma destas nossas especificidades que obviamente serão distribuídas ao longo do ano.

Felizmente que a nossa sazonalidade, porque eu recorde-me de neste Parlamento antes da Pandemia, quando se falava em Turismo, falava-se sempre da sazonalidade, deixou de se falar da sazonalidade...

Deputada Joana Pombo Tavares (PS): Isso não é verdade.

O Orador: ... e isso é muito positivo, isso significa que o investimento que as famílias estão a fazer, por exemplo, no alojamento local, é um investimento que lhes pode trazer retorno o ano inteiro e o alojamento local representa já 50 % de todas as camas disponíveis, e, portanto, não podemos, não podemos ter atitudes fundamentalistas contra o alojamento local nos Açores.

O dinheiro do alojamento local é dinheiro que fica nos açorianos, nas famílias proprietárias, nos açorianos que são contratados por essas famílias para a limpeza, para as inúmeras empresas que já surgiram para prestar serviço ao alojamento local ao nível do acolhimento, da receção, do transporte privado mais VIP do aeroporto para o alojamento local, dos passeios das voltas às ilhas, tudo isto, são várias centenas de açorianos empreendedores que têm o seu rendimento ligado ao Turismo e, portanto, não estamos só a falar de companhias aéreas, não estamos só a falar de hotéis...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: ... ou de grandes cadeias hoteleiras, estamos a falar naquilo que mexe na economia de cada família e, portanto, aprez-nos verificar que com as políticas e as

medidas concretas que estão a ser implementadas por este Governo, com o apoio e o voto favorável dos partidos da coligação e de alguns partidos da oposição, estamos a ter sucesso no setor do Turismo, temos é que saber orientar, orientar esse sucesso para continuarmos a ter sucesso. Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado António Lima tem a palavra.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

A declaração política do PSD sobre Turismo tenta pintar um quadro que é demasiado idílico para os Açores, infelizmente.

É evidente e é inegável o crescimento que tem existido, mas crescimento não significa só por si que tudo esteja melhor, que haja redistribuição e que haja também melhor qualidade ambiental nesta área.

Os selos, valem na minha opinião, muito menos do que aquilo que se diz, porque principalmente quando se olha para a realidade em concreto no terreno.

É fundamental que, em primeiro lugar, a nossa economia não dependa só do Turismo, ele tem um lugar importante e deve ter um lugar importante na nossa economia, mas é preciso ter muito cuidado com o excessivo peso que pode ter na economia, pelos riscos a que o Turismo está associado e à influência de fatores externos e até também alguns endógenos.

Os mil milhões de euros que se aqui fala de receitas do Turismo também não são distribuídos de forma equitativa, os trabalhadores do Turismo e Restauração, por exemplo, têm salários 297 euros abaixo do salário médio da Região.

Deputado Joaquim Machado (PSD): E se não fosse o turismo, recebiam o subsídio de desemprego e o RSI.

O Orador: Um trabalhador médio, no Turismo e Restauração, segundo dados do Instituto Nacional de Estatística mais recentes, recebem 880 euros por mês, isso são 19 euros acima do salário mínimo.

Ou seja, este crescimento, o que está a significar para a maior parte dos trabalhadores é manutenção de baixos salários, de uma vida de carestia, uma vida difícil em que o salário não chega ao fim do mês, é isso que se trata os mil milhões de euros de receitas não são de modo algum distribuídos equitativamente por todos.

Também não posso deixar de aqui dizer que, quando se quer dizer que se tem um Turismo sustentável e amigo do ambiente, é preciso que a prática conduza com a propaganda e o marketing e não se adequa, muito menos com as decisões políticas que têm sido tomadas esta semana, fim de restrições ou exceções em Zonas Marinhas Protegidas, retrocesso ao nível de utilização de herbicidas no espaço público e sinceramente, Sra. Secretária, já agora, também achava muito bem que o Governo olhasse para aquilo que acontece em áreas simbólicas que são bandeira dos Açores a nível de Turismo, quando se está num sítio tão paradisíaco como as Sete Cidades e se passa um dia inteiro a ouvir Moto4 e camiões a passear com turistas, isso é tudo menos sustentável...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O senhor vai pelas nuvens até às Sete Cidades.

O Orador: ... e tudo menos digno de um selo dourado ou prateado ou qualquer que seja.

Por isso, é preciso olhar para o Turismo de outra forma, não é um turismo que se copia de locais que já passaram por este processo e já evoluíram, mas é um turismo efetivamente que devia ser um turismo à açoriana que não devia ser compatível com essas práticas. Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado Sr. Deputado Paulo Margato, faça favor.

Deputado Paulo Margato (PPM): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

Os Açores atravessam um período económico muito positivo e isso é um facto. Não é o Deputado da Representação Parlamentar do PPM que o diz, são os números que o dizem e sustentam essa afirmação.

Entre setembro de 2019 e 2024, verificou-se um aumento de 37 % no número de passageiros desembarcados e de 23 % nas operações de voo, enquanto o número de companhias aéreas a operar na nossa Região cresceu de 5 para 14.

Segundo o Estudo Macro Económico do Turismo dos Açores, realizado por uma das maiores empresas de contabilidade do mundo - *Ernst & Young Global Limited*, o setor turístico dos Açores têm uma receita total de cerca de mil milhões de euros, representando 17 % do emprego e 17 % do PIB, da nossa Região.

Desta forma, fica evidenciado o papel fulcral que o setor do Turismo tem desempenhado no desenvolvimento económico dos Açores, já que é o setor que mais alavanca o crescimento de todos os outros setores produtivos.

No ano transato, foram batidos todos os recordes neste setor e no corrente ano as expectativas são extremamente positivas. É, de facto, o melhor período no setor do Turismo que a nossa Região atravessa.

Não obstante, os resultados económicos extremamente favoráveis, a estratégia para o setor assentou num pilar de sustentabilidade e, efetivamente, é assim que deve de ser. Concordo plenamente com as palavras da Sra. Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas, Dra. Berta Cabral, quando afirmou que “o turismo só é bom enquanto for bom para os residentes”.

A verdade, é que o turismo açoriano tem percorrido um caminho de sustentação, consolidando-se num destino de referência para o turismo responsável, na defesa das boas práticas, contribuindo para a preservação do património natural e cultural que caracteriza a Região.

Este ano, ganhámos o Prémio de Melhor Stand Nacional e o Prémio Sustentabilidade da Bolsa de Turismo de Lisboa, no maior evento de turismo nacional. No entanto, a valorização do turismo da nossa Região vai além-fronteiras.

Os Açores são o primeiro arquipélago do mundo com o Nível Ouro da Certificação de “Destino Sustentável” da *Earth Check*”.

Os Açores foram eleitos o “Melhor Destino e Aventura da Europa” nos anos de 2020, 2021 e 2022. Em 2023 e 2024 os Açores foram considerados o “Melhor Destino de Aventura do Mundo”. Repito, do mundo!

Acredito, convictamente, que estes prémios são recebidos por todos os açorianos com muito orgulho e não poderia ser de outra forma.

O XIV Governo dos Açores está a trilhar um futuro de sucesso para a nossa Região. Todos as ilhas contam, todos os setores contam e o Turismo é uma prova inequívoca disso mesmo. E mais, quero deixar uma pequena nota, dando aqui continuidade ao que disse o Sr. Deputado Pacheco, nós não podemos estar fixados somente no turismo, e, os Açores, de facto, não estão, temos o exemplo das Canárias, as Canárias ficaram refém do próprio turismo, mas é verdade...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: ... é verdade que os Açores estão a crescer também na área das pescas e da agricultura, disse.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado Nuno Barata, faça favor.

(*) Deputado Nuno Barata (IL): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

O assunto que aqui nos trouxe o PSD é, de facto, daqueles que, pela positiva, tem estado na ordem do dia da política açoriana.

Temos outros que infelizmente se têm vindo sucessivamente à ordem do dia pelas piores razões.

Mas, devo salientar que, quer das palavras do Sr. Deputado Rubén Cabral, quer das palavras do Sr. Deputado Carlos Silva, realça a apologia do liberalismo, são todos contra o pensamento da Iniciativa Liberal. são todos contra o liberalismo, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Olhe que não.

O Orador: ..., mas quando o liberalismo funciona, querem todos ser donos do liberalismo, é extraordinário.

De facto, a liberalização do espaço aéreo, do qual muitos eram contra funcionou, pôs o distinto turístico Açores no mapa em 2015, a partir de 2015, isto é inegável, a Iniciativa Liberal ainda não existia nessa altura, foi fundada em 2018, mas na verdade, fica claro que as medidas liberais funcionam e fazem falta aos Açores.

Em relação à sustentabilidade, é importante também realçar aqui nesta Câmara, para que os açorianos não se esqueçam, que a Iniciativa Liberal trouxe aqui um Projeto de Resolução, que até foi muito contestado por ser demasiado específico, demasiado complexo, que condicionava demasiado o Governo na sua aplicação e que tem a ver com o serviço de *shuttle* para a Lagoa do Fogo, ora não só foi um enorme sucesso, apesar de mal implementado, não só foi um enorme sucesso, não só contribuiu enormemente para a proteção daquela zona, como o Governo Regional dos Açores agora o utiliza para promover a sustentabilidade da Região Autónoma dos Açores.

E, aliás, nesse aspeto, devo dizer aos responsáveis pelo marketing e pelo turismo que a utilização que fizeram de uma fotografia daquele *shuttle*, por exemplo, para levar à ITB a Berlim, não é propriamente o melhor exemplo de fotografia para promover uma Região sustentável, um autocarro com uma fila enorme de pessoas à espera não é de certeza absoluta um bom cartaz turístico para os Açores.

Mas não posso deixar de dizer ainda nesta minha intervenção duas notas, uma para o CHEGA e outra para o Bloco de Esquerda, o CHEGA, um pouco na esteira do

I Sessão Legislativa

Horta, quinta-feira, 12 de dezembro de 2024

pensamento de Jorge Rita diz que os agricultores são os jardineiros dos Açores, pois eu convido o Sr. Deputado José Pacheco...

Deputado José Pacheco (CH): Eu já ouvi o senhor dizer isso, várias vezes.

O Orador: ... e os restantes Deputados da bancada do CHEGA a acompanharem-me ao interior das nossas ilhas, especialmente na ilha de São Miguel, que é aquela que neste momento capta mais turistas para os Açores, para verem a forma descuidada, desmazelada como os nossos agricultores tratam as nossas...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: ... vias terrestres, as nossas linhas de água e abandonam lixo por todo o lado.

Em relação ao Bloco de Esquerda, já sabia que ia ser esse o discurso, é sempre o mesmo, muda um pouco, mas acaba sempre da mesma maneira, o Bloco de Esquerda não queria os açorianos a trabalhar no turismo, preferia no Rendimento Social de Inserção.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Pergunto se há mais inscrições? Sra. Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas, faça favor tem a palavra.

(*) Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (Berta Cabral): Muito obrigada, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Devo dizer que depois deste debate, sinto cada vez mais motivação para avançarmos com o nosso Turismo de mãos dadas com os nossos empresários, foi isto que faltou dizer aqui, foi isto que faltou dizer aqui!

Vozes de alguns deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Governo:
Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

A Oradora: Quero sublinhar a intervenção do Sr. Deputado Rubén Cabral e agradecer, dá-nos a oportunidade de debatermos um dos setores, senão talvez o setor mais importante da atividade económica dos Açores neste preciso momento, muito importante porque alavanca todos os outros e, portanto, as questões das monoculturas não se colocam quando é o turismo a puxar pela economia, porque o turismo é população que nos visita, são pessoas que vêm consumir aquilo que é nosso, aquilo que nós produzimos e, portanto, nós temos que produzir cada vez mais para termos cada vez mais capacidade de oferecer aos nossos turistas aquilo que nós produzimos. É assim que nós vemos esse ciclo virtuoso do desenvolvimento turístico, alavancando e puxando por toda a economia e por todos os outros setores produtivos, mas fazemo-lo com os empresários e isto é que é preciso dizer, aqui fazemo-lo com as políticas certas, isso é verdade, e aqui eu sublinho, nós temos um plano estratégico e de marketing dos Açores, feito já por este Governo Regional, que tem sido a matriz do nosso desenvolvimento turístico nos Açores, Natureza - Mar, Natureza - Terra, Natureza -Humana.

Colocámos a Natureza Humana no centro da nossa estratégia, porque, como dizia e bem o Sr. Deputado, que agora aqui não está na sala, do PPM, o Turismo só é bom se for bom para quem nos visita e se for bom para os residentes.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: E tem sido assim, tem sido assim com desafios, sem dúvida, mas qual é o setor que não tem desafios e que graça teria se não houvesse desafios? Mas os desafios é aquilo que eu chamo a gestão do sucesso, porque é gerindo o sucesso que se desenvolve, porque gerir o insucesso isso é muito mais difícil, mas isso, os Srs. saberão como é que se faz.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

A Oradora: E o nosso penta define, para além destas três grandes orientações, a sustentabilidade como chapéu de chuva para todo o nosso desenvolvimento turístico e, portanto, para todo o desenvolvimento integral até da nossa Região, porque a sustentabilidade já extravasa qualquer setor, já tem que ir a todos os setores e essa sustentabilidade tem sido testemunhada como prova de trabalho feito porque os selos e os reconhecimentos e os galardões não vêm antes, vêm depois, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Ora aí está!

A Oradora: ...são o reconhecimento do trabalho feito, depois das auditorias, depois de muito trabalho concertado no mesmo sentido, e, isso leva-nos a dizer que hoje estamos a viver um momento de ouro, um momento de ouro do nosso Turismo nos Açores.

Deputada Ana Jorge (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

A Oradora: Ouro esse certificado pela *Earthcheck*, ...

Deputado António Lima (BE): Pode dizer à *Earthcheck* que usa glifosato.

A Oradora: ... depois de em 2019 sermos certificados no primeiro nível prata, nós já passámos o segundo, o terceiro, o quarto e já estamos no primeiro nível ouro, e, isto é, com muito trabalho, com trabalho bem feito e concertado para se poder atingir estes galardões, não são selos, mesmo que fossem, há pouco ouvia aqui uma coisa com muita graça, *mais vale sê-lo do que parecê-lo* e nós somos! Somos, certificados!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

I Sessão Legislativa

Horta, quinta-feira, 12 de dezembro de 2024

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

A Oradora: Mas também o nosso penta aponta uma outra realidade que nós estamos prosseguidamente a chegar lá, que é o combate à sazonalidade e o turismo em todas as ilhas, a dispersão dos fluxos por todas as ilhas.

E isso eu costumo sintetizar dizendo, nós queremos e nós já temos turismo todo o ano e em todas as ilhas e por acaso, o Rubén Cabral teve aqui, na ponta final, uma forma bem interessante de representar a redução da sazonalidade, foi comparar o crescimento da época alta agora com a época alta de 2019, e comparar a época baixa de agora com a época baixa de 2019, cresceu muitíssimo mais, o que quer dizer que nós estamos a crescer fundamentalmente na época baixa.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Deputado Carlos Freitas (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

A Oradora: Precisamente, porque estamos a atenuar a sazonalidade e estamos a crescer em sustentabilidade porque estamos a crescer muito mais em proveitos do que em número de dormidas, ou seja, estamos a crescer mais em qualidade do que em quantidade, são dados efetivos, são dados que estão ao dispor de toda a gente, basta trabalhá-los, porque também se não os trabalharem, não se consegue tirar resultados das comparações, basta comparar, basta ver os dados e basta chegar a estas conclusões.

A partir daí, Srs. Deputados, todas as ilhas têm crescimento...

Presidente: Agradeço que termine Sra. Secretária Regional.

I Sessão Legislativa

Horta, quinta-feira, 12 de dezembro de 2024

A Oradora: ...e, devo acrescentar, porque no último Plenário, não tive tempo que os números da Graciosa não estavam completos, apenas tinha as dormidas em hotéis e hoje em dia as dormidas em alojamento local representam o dobro e talvez na Graciosa mais do que isso, em alojamento local...

Deputado José Ávila (PS): Só em agosto, Sra. Secretária!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

A Oradora: ... e, portanto, todas as ilhas e eu tenho-as aqui e tenho gosto de disponibilizar a Graciosa, todas as ilhas cresceram muito...

Deputado José Ávila (PS): Em agosto!

A Oradora: ... e muito em dormidas, as que cresceram mais foram as Flores, a Terceira e a seguir, penso que, a Graciosa subiu 9,4 % até agora, não, não, não, desculpe, olhe eu tenho aqui os dados acumulados até agosto, acumulados!

Portanto, todas as ilhas estão precisamente a crescer e a crescer muito e, principalmente, a atenuar a sazonalidade, que é o que interessa.

A conectividade, já foi aqui falada, já se falou em 14 companhias, apesar de os Srs. terem deixado ir a Delta e ir a EasyJet e agora estão preocupados com a Ryanair...

Deputado Carlos Silva (PS): Não somos só nós, são os açorianos!

A Oradora: ... os resultados dos passageiros transportados subiu 14 % nos territoriais o ano passado e está a subir igualmente este ano com o Ryanair ou sem Ryanair, os turistas, ...

Deputado Carlos Silva (PS): Esta tudo impecável! Não há problemas!

A Oradora: ... quem vem do continente chega cá...

Presidente: Tem de terminar, Sra. Secretária Regional.

A Oradora: ... a TAP e a SATA colmataram as dificuldades de redução, porque a Ryanair continua, enquanto a EasyJet no vosso tempo foi definitivamente e nunca mais voltou.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

A Oradora: Muito haveria a dizer sobre este setor, mas eu quero dizer para terminar, nós estamos conscientes dos desafios e a geri-los com sucesso e o sucesso com sucesso e estamos num momento de ouro do nosso Turismo nos Açores.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Deputado Berto Messias (PS): A Sra. Secretária vá almoçar e jantar fora no Faial e veja os restaurantes! Não coma só no hotel!

Presidente: Obrigado, Sra. Secretária. Pergunto se há mais inscrições para participar nesta declaração política? Não havendo Sr. Deputado Rubén Cabral tem a palavra para encerrar a declaração política.

(*) **Deputado Rubén Cabral (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

É incrível como é que o Partido Socialista é incapaz de reconhecer que as suas previsões catastróficas para o Turismo dos Açores são até ridicularizadas pelos números que nos apresentam mensalmente sobre o Turismo dos Açores.

Acho que até ficava bem ao Partido Socialista pedir desculpa aos açorianos por tentar fazer um cenário negro quando ele é muito mais positivo agora do que era no seu tempo.

E, vou até, Sr. Deputado Carlos Silva, tentar reescrever a história!? Foi isso que você me acusou, de tentar reescrever a história!? Então você está-me a obrigar a ler as declarações do seu Presidente, Francisco Vale César, que diz: “que só, que quero também... estou a citar, peço perdão, “Quero só também referir que qualquer companhia aérea pode voar para os Açores desde que se sujeite às Obrigações de Serviço Público”, e, isto vem confirmar o que eu disse naquela tribuna, que o Partido Socialista preferiu o *status quo* de monopólio estatal sobre o setor e ainda mais, diz Francisco Vale César, “Quero também reafirmar que o modelo que defendo para os transportes aéreos nos Açores passa pelo aperfeiçoamento do atual modelo e nunca pela liberalização.”

Sras. e Srs. Deputados, esta história do Partido Socialista faz-me lembrar aquele relógio avariado, tal como está o Partido Socialista, que aparentemente dá horas certas duas vezes ao dia.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

O Orador: Por fim, Sras. e Srs. Deputados, a declaração política que tive o privilégio de apresentar em nome do Partido Social Democrata teve três aspetos que consideramos importantes.

O primeiro aspeto enaltecer os excelentes resultados a todos os níveis do Turismo dos Açores, resultados objetivos mensuráveis e certificados, o ruído não desmente os resultados.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Ora bem!

O Orador: Segundo aspeto, apoiar o Governo Regional e incentivá-lo a manter o rumo que definiu, porque os resultados comprovam que este é o rumo certo para o Turismo dos Açores.

E terceiro aspeto, Sras. e Srs. Deputados, dizer que estamos aqui para colaborar e fazer parte deste novo rumo de um setor que coloca no centro da atividade aqueles que realmente importam, os empresários e os trabalhadores deste setor.

Sras. e Srs. Deputados, as Sras. e os Srs. Deputados não podem negar os resultados diretos e indiretos do setor e, portanto, o primeiro aspeto que referi não podia impedir nenhum Deputado desta Casa de concordar com este mesmo aspeto.

Às Sras. e Srs. Deputados que se sentiram impedidos de concordar porque não querem apoiar o Governo, gostaria de fazer umas perguntas, mas atenção, as perguntas não se destinam às Sras. e Srs. Deputados que acreditam que estes resultados aparecem de geração espontânea, sem nenhuma ação por parte do Governo, a estes e nesta fase do calendário endereço os meus votos de Boas Festas e agradeço o testemunho de como é bonito ainda acreditar no Pai Natal tantos anos depois.

A pergunta destina-se às Sras. e Srs. Deputados que se focaram num ou noutra aspeto menos positivo a estes pergunto, Sras. e Srs. Deputados: querem voltar a olhar para aqueles que nos visitam como um problema ou como uma oportunidade?

Deputado Jaime Vieira (PSD): Muito bem!

O Orador: Querem voltar a ter um Governo que lançava o “bicho papão” da massificação do turismo sempre que havia um problema de má gestão do território ou preferem um Governo que execute as obras necessárias?

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Querem voltar para um Governo que deixava o rumo do nosso destino ser traçado por terceiros ou preferem um Governo que, mais do que falar faz e o que faz, faz diferente.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Sim, porque o *Shuttle* para a Lagoa do Fogo não é fazer igual, é fazer diferente, os novos miradouros e parques de estacionamento nas Sete Cidades não é fazer igual, é fazer diferente, a criação e manutenção da Tarifa Açores não é fazer igual, Sras. e Srs. Deputados, é fazer diferente, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: ... criar e organizar o *Azores Tourism Summit* não é fazer igual, é fazer diferente, aumentar a Rede de Áreas Marinhas Protegidas dos Açores não é fazer igual, é fazer diferente, obter a certificação de ouro enquanto destino sustentável, não é fazer igual, é fazer diferente, conseguir com que os Açores vençam por dois anos consecutivos a distinção de melhor destino de aventura de mundo, ganhando, por exemplo, a Chile e Costa Rica, expoentes máximos deste segmento, não é fazer igual, Sras. e Srs. Deputados, é fazer diferente.

É, de facto, um Governo que faz diferente porque trouxe um novo paradigma para o Turismo dos Açores, um Governo que faz, que deixa fazer e apoia e valoriza quem faz bem.

Deputado Jaime Vieira (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Está assim encerrada esta declaração política. Avançamos para a próxima declaração política do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, tem a palavra o Sr. Deputado Russell Sousa, faça favor.

Deputado Russell Sousa (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Tomo a palavra nesta tribuna para abordar a grave problemática do consumo de substâncias psicoativas na Região Autónoma dos Açores.

Esta questão afeta diretamente a Saúde, a Educação e a Coesão Social, comprometendo o futuro da nossa juventude e, conseqüentemente, o futuro da nossa Região, os dados são alarmantes.

Nos Açores, o consumo de drogas ilícitas, como cocaína, heroína, alucinógenos e novas substâncias psicoativas é cerca de duas a três vezes superior à média nacional, duas a três vezes superiores à média nacional.

O consumo de tranquilizantes e sedativos sem receita médica é de 9 %, a percentagem mais alta do País. Cerca de 36 % dos jovens açorianos relatam problemas associados ao consumo do álcool e 23 % às dependências de drogas ilícitas, além disso, 19 % dos jovens passam seis ou mais horas diárias nas Redes Sociais, a maior proporção de Portugal.

Os dados do Serviço de Intervenção dos Comportamentos Aditivos e nas Dependências revelam ainda que 81 % dos jovens nos Açores, já consumiram álcool pelo menos uma vez e 29 % já experimentaram substâncias ilícitas.

Os problemas da Saúde, Rendimento Escolar e Comportamentais continuam elevados, indicando que as políticas atuais não estão a ser eficazes na mitigação desta problemática e estes números não são apenas estatísticos, são o reflexo de vidas interrompidas, de famílias desfeitas e de sonhos desfeitos e é precisamente aqui que está o verdadeiro custo das dependências: no impacto humano e social que afeta o tecido das nossas comunidades

Infelizmente, apesar de termos o maior Orçamento de sempre para esta área, as medidas continuam a ser as mesmas que já se provaram ineficazes e quem o diz não é o Partido Socialista, ...

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (*Mónica Seidi*): É preciso ter lata.

O Orador: ... são os resultados do último inquérito aos jovens participantes no dia Nacional da Defesa de 2023, que mostram que o consumo e os problemas associados não param de crescer nos Açores.

Em março de 2023, o Partido Socialista apresentou nesta Casa, nesta Assembleia, uma proposta concreta e abrangente para enfrentar esta problemática aprovada por unanimidade por todos os partidos presentes, entre as recomendações, destacava-se a

I Sessão Legislativa

Horta, quinta-feira, 12 de dezembro de 2024

necessidade urgente de abrir pelo menos uma comunidade terapêutica na Região, aumentar as respostas para os doentes com duplo diagnóstico, retomar os inquéritos escolares, realizar diagnósticos de saúde mental para consumidores de rua e implementar programas específicos para os jovens entre os 14 e os 30 anos.

Infelizmente, estas medidas até hoje continuam por implementar, a comunidade terapêutica permanece abandonada, os inquéritos a comportamentos de risco e os relatórios de estudo escolar não são conhecidos desde 2020 e o diagnóstico de saúde mental para os sem-abrigo nunca foi realizado.

É urgente implementar a rede regional de cuidados continuados em saúde mental...

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

O Orador: ... para situações de adultos com duplo diagnóstico, que não cumprem critérios de internamento em lar de idosos nem na rede de cuidados continuados.

É igualmente urgente criar uma rede de rua, uma equipa de rua...

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi): Já existe.

O Orador: ... numa abordagem informal que avalie e estabilize as pessoas em situação de vulnerabilidade do ponto de vista psiquiátrico, trate de feridas e administre injetáveis e ofereça, acima de tudo, uma resposta de proximidade, sendo este o primeiro contacto essencial para estabilizar estas pessoas, preparando-as para um caminho e para uma intervenção mais aprofundada que vise a sua integração social.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

O Orador: O plano atualmente em vigor, que termina no final de 2024, é uma cópia do anterior, figurou entre 2016 e 2020, ignorando as mudanças substanciais na realidade dos consumos, não há avaliação intercalar e não conhecemos, pelo menos nesta Casa, as linhas do futuro plano e pelos resultados do SICAD este foi mais um plano que se perdeu na inércia desta governação.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a luta contra as dependências não se faz com planos vazios ou promessas adiadas, faz-se com medidas concretas, acompanhadas

de uma avaliação rigorosa e transparente que nos permita corrigir o rumo sempre que necessário.

No entanto, até hoje nunca soubemos exatamente o conteúdo das reuniões da *task force* criada para lidar com esta problemática, o que levanta sérias dúvidas sobre a transparência e eficácia do trabalho desenvolvido.

Mas para além disto, as nossas prioridades, as prioridades do Partido Socialista já destacadas é também fundamental apostar na prevenção, especialmente nas escolas, onde os jovens passam uma parte significativa das suas vidas.

Devemos e temos o dever de capacitar os professores e os técnicos de educação com ferramentas para identificar e intervir precocemente em situações de risco.

Outro ponto crucial, na opinião do Partido Socialista é o envolvimento das famílias, o apoio familiar é um dos pilares mais importantes para prevenir e combater as dependências.

Devemos reforçar os programas de sensibilização e capacitação para os pais e encarregados de educação, ajudando-os a reconhecer os sinais de alerta e a intervir antes que os problemas se agravem.

Também não podemos ignorar o papel das autarquias e das comunidades locais, estas entidades estão muito mais próximas do terreno e da realidade de cada comunidade e podem atuar de forma mais ágil e eficaz, se forem devidamente apoiadas.

É igualmente urgente reativar as 19 redes de intervenção local que não estão a trabalhar atualmente e garantir que estas estejam preparadas para oferecer uma resposta integrada e articulada em todas as comunidades de todas as ilhas.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

O Orador: Por fim, precisamos de assegurar que todos os açorianos, independentemente da sua localização ou condição económica, tenham acesso equitativo aos serviços de saúde mental e tratamento.

Nenhuma ilha, nenhuma freguesia, nenhum cidadão açoriano pode ser deixado para trás nesta luta.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, os açorianos com problemas de dependência não podem esperar, cada dia que passa sem uma ação decisiva é um dia em que mais vidas são colocadas em risco.

A luta contra as dependências é uma responsabilidade coletiva e um compromisso que vamos assumir todos, nesta Casa em prol desta luta, disse.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Estão abertas as inscrições. Sr. Deputado José Pacheco tem a palavra.

(*) **Deputado José Pacheco (CH):** Obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

O CHEGA até se revê em muito daquilo que aqui foi dito pelo Sr. Deputado Russell, do Partido Socialista, não haja a menor dúvida.

Eu até gostaria de levantar aqui uma questão, qual é a diferença entre drogas lícitas e ilícitas para a Saúde e para a Sociedade? Eu não conheço diferença nenhuma, agora eu conheço uma coisa, é que droga é droga e quem andou anos e anos e anos e continua, na liberalização de substâncias que são droga, foi a esquerda, foi a esquerda, não foram outros, nunca me ouviram falar da liberalização, droga é droga, droga é má, droga mata, droga cria dependência, se não for aquela vai ser a seguinte, e nós todos sabemos isso, e nós todos sabemos isso.

Todo o mundo que experimentou, em todos os países que experimentaram, são os tais estudos, eu não tenho estudos, eu leio as coisas, a experiência de outros pais noutras paragens onde isso aconteceu foi asneirada da velha, aumentaram os consumos das drogas chamadas pesadas e eu continuo a dizer, droga é droga.

I Sessão Legislativa

Horta, quinta-feira, 12 de dezembro de 2024

Há 30 anos atrás, mais dia menos dia, fazíamos prevenção nos Açores, havia programas de prevenção, desapareceram simplesmente, um deles chamava-se “jovem é jovem”, simplesmente desapareceram.

O CHEGA nesta Casa já se comprometeu a trazer um contributo e vai trazer e vai trazer, não sei se será já em janeiro, será em fevereiro, já fizemos os contactos necessários.

Agora é muito fácil chegar ao Parlamento dos Açores, “limpar a aguiinha do capote” de 24 anos de zero na prevenção, zero e eu volto a dizer, zero fizeram zero pela prevenção nos Açores e vir aqui acusar tudo e todos.

Eu sou o primeiro a acusar este Governo que não se dá um passo no sentido da prevenção e vem-se aqui falar de tratamento e vem-se aqui... ó Srs. que mundo é este?

Os pais que estão em casa, as famílias que estão em casa a sofrer com o novo fenómeno das drogas sintéticas, deve-vos ter cá um pó, que eu nem imagino, não se tem feito nada, as drogas sintéticas andaram por aí anos e anos, agora é que é um problema, agora é que é um problema, os Srs. não conseguem acompanhar os sinais dos tempos, são uns negacionistas.

As coisas acontecem, as dependências tecnológicas, quantas vezes já as falamos aqui? Negacionistas!

O Governo anda a pôr tablets nas escolas, nós andamos a brincar às apanhadas com as dependências, eu como pai fico preocupadíssimo, fico preocupado e qualquer açoriano fica preocupado, nós não podemos andar a brincar com uma coisa tão grave que está a destruir a nossa sociedade e muitas famílias, mas não é, com todo o respeito, Sr. Deputado, e, bom texto, e, disse coisas que eu concordo em absoluto, mas não é agora, já devia ter sido há 30 anos atrás, há 30 anos atrás, os Srs. andaram a dormir quanto à prevenção e isto é um facto inegável. Obrigado, Sr. Presidente.

(Aplausos dos Deputados da bancada do CH)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Pergunto se há inscrições? Sr. Deputado Jaime Vieira, faça favor.

(*) **Deputado Jaime Vieira (PSD):** Exmo. Sr. Presidente da Assembleia, Exmas. Sras. e Srs. Deputados, Exmos. Srs. Membros do Governo.

Esta problemática trazida cá pelo Partido Socialista, através do Sr. Deputado Russell é, sem dúvida uma problemática que a nós nos deve unir cada vez mais na luta de um flagelo social que infelizmente nos assola há muito e há muito tempo e que efetivamente, devido às questões das sintéticas tem também “prejudicado” entre aspas o combate a esta problemática.

É um tema que para nós, temos que ser sensíveis, porque do outro lado e aqueles que nos ouvem e acima de tudo, aqueles que anseiam por uma ajuda, esperam que esta Casa apenas produza e esta Casa e este Governo produza medidas para, de certa forma, aliviar o sentimento de dor, o sentimento de frustração e, acima de tudo o sentimento de que pouco há a fazer para tentar remediar aquilo que as famílias e aqueles que passam pelas dependências têm vindo a passar.

Por isso, há que ter muito cuidado naquilo que são as palavras utilizadas e evitar de certa forma, o combate político, político no sentido de fazer politiquice, mas político de termos de criar medidas que temos de aliviar a dor daqueles que mais sofrem.

E esta minha intervenção vai passar um bocadinho por isto, vai passar por tentar trazer e dar alguma alegria, eu dizia uma luz ao fundo do túnel, àqueles que esperam que é isto que esse Governo possa vir a fazer e aquilo que eu vou transmitir não é mais do que isto, transmitir que foi com este Governo Regional que se aumentou, triplicou-se até as verbas para o combate nesta área, para o combate das dependências, sim, passaram de 600 para 2 milhões e 800 mil, que este Governo tem vindo a fazer, isto é uma realidade.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

O Orador: Esta é uma realidade, estes são factos! Também com este Governo e para auxiliar essas mesmas famílias para estar ao lado de quem precisa mais ajuda criou-se equipas de rua, a funcionar no Concelho da Ribeira Grande, a funcionar em 3 freguesias do Concelho, para já.

Estas equipas de rua não são mais do que poder auxiliar quem precisa, estar ao lado, levar aqueles aos centros de saúde que por sua iniciativa não conseguem, falar com as famílias, por isso existem psicólogos e esta é mais uma medida que este Governo tem vindo a tomar para aliviar a dor que do outro lado se sente devido ao flagelo dessas dependências.

Deputado Carlos Freitas (PSD): Muito bem!

O Orador: Queremos trazer esperança, sim, esperança! É isso que do outro lado se pretende e com esta esperança queremos estar ao lado daqueles que mais precisam.

A nível da prevenção, este Governo tem feito prevenção como nunca se fez, através de inquéritos, através das várias equipas criadas que abrange todas as ilhas, não se pense que apenas fique no papel, elas efetivamente existem.

Queria dizer que São Miguel, Santa Maria, na ilha Terceira, que abrange as três ilhas e também no Faial, essas equipas já estão formadas para irem fazer prevenção, não como se fazia no passado, não uma prevenção que se iria a uma escola e nunca mais se iria, que se iria a uma associação e nunca mais se iria, se iria a uma instituição e que nunca mais se iria, ou seja, eram visitas tipo anuais ou até de dois em dois anos, com esta nova realidade, com esta aposta que é feita, esta prevenção é feita de forma quase periódica, vamos uma, vamos duas, vamos três, porque nunca é demais falar com os jovens acerca desta problemática e esta é mais uma ação deste Governo Regional que tem vindo a fazer.

Deputado Carlos Freitas (PSD): Muito bem!

O Orador: Por isso digo, e, queria acrescentar, que as dependências, não são com uma receita fácil que se consegue ultrapassar, com as dependências é preciso estarmos unidos, e, é neste sentido e devido também ao aparecimento das sintéticas que este mesmo Governo Regional já fez chegar junto da Assembleia da República que se crie leis para continuar a atuar, para continuar a combater aquilo que são o aparecimento das novas substâncias que têm vindo a prejudicar e muito os jovens açorianos e não só.

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: Terminando, Sr. Presidente, da maneira como comecei esta intervenção, dizendo que este é um tema que nós temos que vestir o fato, mas o fato macaco, como se costuma dizer para trabalhar em prol daqueles que mais precisam, é para isso que os açorianos nos elegeram, é para isso que as pessoas estão à espera que nos façamos, neste sentido digo, e, mais uma vez esperança para aqueles que lutam diariamente por esta situação que assola e de que maneira as sociedades e principalmente os mais jovens, disse.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Sra. Secretária Regional da Saúde e Segurança Social tem a palavra.

(*) **Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi):** Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Naturalmente que a declaração que foi lida daquela tribuna tem aspetos que em muito o Governo Regional se revê, os dados recentemente revelados, não constituem naturalmente um motivo de qualquer regozijo para o Governo Regional, é certo é que revelam uma tendência que é um bocadinho diferente do conteúdo dessa declaração

I Sessão Legislativa

Horta, quinta-feira, 12 de dezembro de 2024

e tenho a certeza de que há muitos aspetos que foram ditos ali que devem ser sim, motivo de união nesta Casa e não de discussão política, ...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito bem!

A Oradora: ... mas eu lamento claramente, Sr. Deputado e tem que lhe dizer, Sr. Deputado Russell, por quem até tenho estima pessoal, que a forma como utiliza para o dizer e a partir do momento que entra na trica partidária, aí é que nos afasta por completo, até porque recentemente o Sr. Deputado teve inclusive uma entrevista e na qual afirma que este assunto é demasiado sério para ser utilizado como arma de arremesso político, ora, eu várias vezes nesta Casa, fora desta Casa, digo exatamente a mesma coisa.

O que me deixa efetivamente dececionada é que depois, ao longo da sua intervenção, em vez de termos um conteúdo que seja até pedagógico, construtivo, temos sempre, um conteúdo completamente politizado que mete por água abaixo toda aquela que é a estratégia do maior partido da oposição, ...

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

A Oradora: ... revelando inclusive, algum desnorte, mas que eu também não me admiro, porque é impossível ter um líder de um partido regional a mandar no maior partido da oposição...

Deputado José Toste (PS): Isto é que é politiquice!

A Oradora: ... à distância e que diz, inclusive que este problema das drogas é um problema de saúde público, mas deve ficar ligado à parte social.

Ora, não há maior desnorte do que este, afinal, o problema das drogas é um problema de saúde pública ou é um problema social? Na pior das hipóteses é um problema que comunga destas duas questões, quer seja de saúde pública, quer seja social, e, devem

estar e naturalmente estão interligados e, portanto, não me posso rever nas questões de mesquinhice...

Deputada Andreia Cardoso (PS): Mesquinhice?

A Oradora: ... desprovidas de conteúdo e que em nada abona a favor dos açorianos, das famílias, dos toxicodependentes e, sobretudo, dos mais vulneráveis.

Também recordar que recentemente, há duas semanas nesta Assembleia, foi votado o Plano e Orçamento, pela primeira vez, pela primeira vez que existe uma Direção Regional com competências nesta matéria, foram discriminadas cinco áreas de atuação, denotando também transparência do Governo Regional sob a forma como quer empenhar os 2.8 milhões que estão alocados à Direção Regional de Prevenção e Combate às Dependências, curiosamente, o maior partido da oposição votou contra, e, isto sim, demonstra mais uma vez o desnorte que estamos a assistir da parte deste Partido Socialista.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

A Oradora: E votou contra medidas inéditas, nomeadamente a questão das equipas de prevenção, que já constavam no Orçamento de novembro de 2023, que os Srs. também votaram contra, ora, se não há maior contrassenso de que isto, eu não sei o que é que o Sr. Deputado Russell Sousa quer dizer ali da tribuna com o qual nós possamos eventualmente fingir que está tudo bem ou que até nos identificamos, até compreender, porque efetivamente, do ponto de vista prático, aquelas medidas da prevenção que já podiam estar ou que já deviam ter sido implementadas em janeiro do ano passado, sofreram um atraso de pelo menos sete meses, face ao chumbo, também do maior partido da oposição para o Orçamento de 2024.

Deputado Carlos Silva (PS): Ó Sra. Secretária, a sra. pediu para antecipar o duodécimo para pagar à SATA!

A Oradora: Em relação aos dados, eu não me vou alongar, naturalmente nos dados que constam do inquérito porque, como já tive a oportunidade de dizer não nos orgulham, mas há algo que eu tenho de o fazer com seriedade, efetivamente desde 2015, não é de agora, desde 2015, se formos revisitarmos os relatórios, desde 2015, pelo menos a Região tem vindo a apresentar resultados que nos colocam no pódio, não é de agora, desde 2015, mas também é certo que se formos olhar, se fizermos uma análise fina e detalhada e com seriedade naqueles dados que constam do relatório, podemos perceber que a Região na maior parte dos indicadores converge com a média nacional para a redução dos mesmos e, portanto, há um trabalho que está a ser feito e deixe-me dizer-lhe Sr. Deputado, este trabalho não terá resultados imediatos, os bons resultados nem os maus resultados, este é um trabalho a médio longo prazo, não são pelas medidas que nós vamos implementar em 2024 que teremos efeitos imediatos em 2025.

Infelizmente, temos a clara noção que há medidas estruturais que levam tempo até que nós tenhamos resultados, mas também há medidas de mitigação que naturalmente terão de ser implementadas.

E em relação ao álcool, deixe-me dizer-lhe que a nível da experimentação, se formos comparar o relatório de 2022 com 2023 há uma queda expressiva na experimentação do álcool de 8.5 pontos percentuais, portanto, estamos a reduzir naquilo que é a experimentação, eu digo e repito, não é que isto me orgulhe, mas tenho de reconhecer que a tendência é uma tendência descendente, à semelhança do que aquilo que acontece a nível nacional.

A nível do tabaco que efetivamente a Região...

Presidente: Agradeço que termine, Sra. Secretária.

A Oradora: ... tem números muito elevados, aquilo que se observa é também uma tendência de descida, sendo que no consumo nos últimos meses, há uma descida de 56.4 % para 45 % em 2023.

I Sessão Legislativa

Horta, quinta-feira, 12 de dezembro de 2024

A nível das substâncias ilícitas, das drogas ilícitas, a nível da experimentação, o que nós tínhamos em 2018 eram valores na ordem dos 38.9 %, valores muito elevados em 2018,

o que nós temos em 2023 é uma taxa de experimentação na ordem dos 30.7 %, mais uma vez nesta matéria, a Região, embora esteja em primeiro lugar, está em fase descendente e são estes dados que também nos devem fazer motivar para continuarmos a trabalhar, porque embora ainda sejamos os líderes, estamos a convergir...

Presidente: Tem de terminar, Sra. Secretária.

A Oradora: ... com aquilo que é a realidade regional.

Para terminar, Sr. Presidente, permita-me só de forma muito rápida, porque acho que isto não é correto, este ataque cerrado que o Partido Socialista tenta fazer à *Task Force*. ...

Deputado José Ávila (PS): A Sra. acha que são sempre ataques! Ninguém pode dizer nada! Estão sempre a atacá-la!

A Oradora: A *Task Force* dos Açores, não se pode fazer substituir à Direção Regional de Prevenção e Combate às Dependências, não é a *Task Force* que emana políticas no âmbito dos comportamentos aditivos na Região Autónoma dos Açores, o que a *Task Force* tem permitido, e, se o Sr. Deputado perder algum do seu tempo a falar com todos os seus intervenientes, todos vão reconhecer que há efetivamente um trabalho de articulação entre todas as entidades que tem sido feito e que tem dados frutos, nomeadamente as equipas de rua.

Já tive a oportunidade de dizer, equipas de rua com a presença de especialistas de infeciologia e de psiquiatras que têm permitido, no âmbito da saúde mental, resgatar aqueles toxicodependentes com problemas já diagnosticados...

Presidente: Obrigado, Sra. Secretária.

A Oradora: ... que efetivamente têm tido um apoio mais célere, mas também foi essa mesmo *Task Force* com as entidades que lá têm assento que nos permitiu identificar

três novas substâncias que rapidamente queremos que entrem na tabela de criminalização para que efetivamente o seu tráfico, ao ser apanhado vá, possa ser penalizado e isto é um trabalho que naturalmente não é do Governo Regional, é de todas as entidades que têm assento na *Task Force*, mas que nos deve ser motivo para que continuemos a trabalhar em prol da Região Autónoma dos Açores. Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sra. Secretária. Sr. Deputado Pedro Pinto tem a palavra.

(*) Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

De um modo muito breve, dada a hora que que já temos de debate e também para não repetir argumentos, porque consideramos que este assunto deve ser um assunto de convergência, não tem que ser necessariamente de união, mas um assunto de convergência, uma vez que é um problema que afeta toda a sociedade e naturalmente que as diversas forças políticas terão propostas de ação diferentes, mas com o mesmo objetivo que é acabar ou reduzir as dependências e, portanto, para não repetir argumentos, eu gostaria de centrar a minha, a minha intervenção em algo que ainda não foi focado.

Há dias, há poucos dias, muito poucos dias, foi dada a notícia de que em Portugal Continental foi desmantelado um dos maiores laboratórios de droga da Europa, que nos últimos cinco anos foram desmantelados cinco laboratórios, nós não conseguimos falar no combate às dependências, se continuarmos a ter laboratórios de droga e, muito menos de grande dimensão por aí espalhados.

Portanto, há aqui na equação uma questão fundamental, que é o combate ao narcotráfico.

Nós não podemos falar da emergência das drogas sintéticas sem falarmos na repressão e no combate à produção, aos laboratórios de drogas sintéticas, e, as drogas sintéticas são produzidas nas nossas ilhas, nas nossas freguesias, os laboratórios estão por aí e, portanto, a segurança é uma das responsabilidades do Estado, não é da nossa Região, não é do Governo Regional, não é tão pouco desta Assembleia, é uma responsabilidade do Estado e, portanto, é também uma das nossas responsabilidades neste Parlamento, exigir ao Estado que cumpra com as suas responsabilidades, porque qualquer luta contra dependências não terá sucesso se não houver o complemento policial de repressão ao narcotráfico.

Relativamente, só uma última palavra, Sr. Presidente, à *Task Force*, foi diabolizada desde o início pelo Partido Socialista, pois bem, por estes dias, exatamente na sequência do trabalho congregado de todas as entidades que pertencem a essa *Task Force*, foram identificadas novas substâncias a circular na ilha Terceira e a circular, sobretudo, em São Miguel, substâncias essas que não estão na lista de substâncias proibidas e, nessa sequência o Governo já pediu à Assembleia da República que atualize a lista para que as polícias possam apreender, e quem estiver na posse dessas substâncias possa ser criminalizado.

Isto parece uma luta...

Presidente: Tem de terminar, Sr. Deputado.

O Orador: ... do gato e do rato, é isso que parece, mas sem uma ação firme no terreno das forças policiais, das várias forças policiais, não teremos nunca sucesso no combate às dependências. Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado Paulo Margato, faça favor tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Margato (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

Eu vou tentar não repetir o que já foi aqui dito, porque muito se disse e pouco se esclareceu.

Portanto, durante muitos anos na Região Autónoma dos Açores, institucionalizou-se o tratamento dos toxicodependentes, misturou-se aquilo que é o alto limiar e o baixo limiar, misturou-se diversos tratamentos, quebrou-se aquilo que é um princípio básico, que é a livre escolha, tirando esta competência à Casa de Saúde de São Miguel. Eu acompanhei todo este processo, abriu-se a nível da resposta para os jovens até aos 17 anos, construiu-se, comprou-se, construiu-se o Solar dos Remédios, ...

Deputada Andreia Cardoso (PS): Remédios não!

O Orador: pelos vistos, a Sra. Deputada identificou bem, portanto, nunca abriu, nunca chegou a abrir, nunca chegou a funcionar em regime de internamento para o qual foi construído.

Srs. Deputados, este assunto das drogas tem que ser repensado, repensado porque a prevenção não se fazem só com as equipas de rua, repensado porque aquilo que este Governo Regional está a tentar fazer, é levar os ditos toxicodependentes, que são cidadãos como qualquer um de nós, porque a droga é o problema da vergonha também, levá-los para os cuidados primários, levá-los para os centros de saúde para que se possam detetar outras situações que levam ao consumo ou são consequências do consumo, a saúde pública é isto, não é só desintoxicar, não é só desintoxicar é perceber que consequências é que a droga teve naquele indivíduo e é entender porque é que aquele indivíduo enveredou por esta via.

Portanto, não podemos simplesmente desintoxicar e “faça favor a porta da rua é serventia da casa”, o problema da droga não pode ser abordado desta forma, tem que ser abordado com um programa laboral, o problema da droga têm que ser envolvidas as autarquias...

Deputado Carlos Silva (PS): Foi o que dissemos.

O Orador: ... de forma mais intensa, o problema da droga, Sr. Deputado perceba, isto não nos leva a lado nenhum, o que fizemos, o que fizeste ou deixaste de fazer, há muita coisa por fazer, fez-se muita coisa, mas há muita coisa por fazer, há muita coisa por fazer.

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: Com certeza, olhe para terminar, Sr. Deputado, o Partido Socialista criou a Direção Regional das Dependências o problema aumentou, acabou com a Direção Regional das Dependências.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado António Lima tem a palavra.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

A declaração política do Partido Socialista é sobre um assunto que é evidentemente atual, sobre o qual há dados novos que todos os anos conhecemos e que são fundamentais para orientar a política pública nesta área e como é óbvio, independentemente das oscilações que possam existir algumas para melhor, outras para pior, o problema persiste e o problema tem uma expressão muito visível e muito intensa nos Açores não podemos negar, há características próprias da Região que importa estudar, isto de uma lógica, não de curto prazo, mas para perceber as causas da prevalência de consumos de algumas drogas na Região, mas também é preciso não focar este problema apenas no caráter legal ou ilegal das substâncias, mas fundamentalmente e principalmente nos seus efeitos.

Os Açores, por exemplo, um dos indicadores deste último relatório do SICAD, de que na população com 18 anos há um aumento do consumo do álcool e o álcool é uma droga legal, aceite socialmente e plenamente, os seus efeitos são, quando consumido em excesso, principalmente, não só, mas principalmente, são devastadores para a saúde, não só para a saúde, mas em termos sociais.

E este problema tem que ser visto de forma integrada como uma questão de saúde pública, como uma questão social, a questão criminal é evidente, no caso do álcool nem se coloca, questão criminal as forças de segurança têm que cumprir o seu papel, mas e no caso das novas substâncias psicoativas podemos e devemos atualizar as tabelas, como o Governo solicitou, e bem, mas é preciso ter consciência que no dia seguinte e hoje provavelmente já há outras substâncias a circular...

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi): Sim, claro que sim. Não se pode é demorar anos a criminalizá-las.

O Orador: ... e esse problema não se resolve pela restrição ou por combater apenas a oferta, é preciso combater a procura e só pela prevenção é que a procura pode ser reduzida, só pela prevenção e a prevenção esta é uma questão que diz respeito à juventude e não só, há muitos problemas, infelizmente há muitas situações que...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: ... não estão apenas na juventude, e, a prevenção é uma questão fundamentalmente técnica e há orientações internacionais sobre como é que isso deve ser feito, há práticas certamente distintas, do ponto de vista político tem de existir a política para que ela se faça e do ponto de vista técnico tem que ser efetivamente a utilização das melhores práticas internacionais nesta matéria, porque uma prevenção meramente paternalista ou periódica não vai funcionar, ela tem que ser permanente e tem que ter em consideração e tem que seguir as melhores orientações técnicas sobre esta matéria de outro modo, nós continuaremos a navegar à vista e sem procurar resolver o problema de fundo que nós temos na Região e que é preciso atacar e que nos preocupa e muito, muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado. Pergunto se há mais inscrições? Não havendo tem a palavra o Sr. Deputado Russell Sousa para encerrar esta declaração política.

(*) **Deputado Russell Sousa (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

I Sessão Legislativa

Horta, quinta-feira, 12 de dezembro de 2024

Antes de mais, também gostaria de dizer à Sra. Secretária que retribuo a estima pessoal que sabe bem, e, gostaria de dizer aqui nesta Câmara que o Partido Socialista não politizou nada aqui relativamente às dependências.

Trouxemos uma declaração política que retrata o estado atual das dependências na nossa Região e olhando para a minha declaração que irei entregar na Mesa para que seja distribuída por todos os Deputados há duas críticas ao Governo no meio desta declaração toda, uma é com a falta de transparência e com a *Task Force*, em que nós não sabemos o conteúdo das reuniões, apenas isso e a segunda é que não basta só deitar dinheiro a este problema para resolver o problema, é preciso executar, é preciso que haja medidas e a prova disso é, em 2023 nós apresentamos um Projeto de Resolução aprovado por unanimidade nesta Casa e grande parte das medidas aprovadas nesta Casa não estão em execução,...

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi): O senhor não ouviu o que eu disse!

O Orador: ... apenas isso, não estamos a politizar nada, nem a entrar em tricas políticas.

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi): Uma resolução não é uma proposta de DLR.

O Orador: Quando falamos de dependências, estamos a falar de uma problemática grave, eu vivo numa freguesia em que tenho aqui o seu Presidente, embora esteja aqui como Deputado, que ao andarmos na rua é um perigo para a saúde pública e um perigo para as crianças e para todos os que vão passear na nossa freguesia, que é São Pedro, em Ponte Delgada, uma pessoa anda no centro histórico de Ponte Delgada, é crítico o estado das ruas e das situações, não é porque as pessoas querem estar nessa situação, foi porque sucumbiram a esta “tentação” e sofrem agora, e nós temos a responsabilidade enquanto políticos de ajudar estas pessoas a saírem dessa situação.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

O Orador: E nós sabemos bem que a problemática das dependências não se resolvem em cinco meses, em quatro meses ou em cinco, mas se forem aplicadas as medidas que nós aprovamos nesta Casa para combater as dependências é meio caminho andado, se as medidas não forem eficazes, voltamos à nossa Câmara que estamos aqui para legislar e apresentamos novas medidas que sejam adaptadas à realidade que temos, foi uma recomendação.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

O Orador: Por fim, para terminar a nossa intervenção política neste ponto, gostaríamos de relembrar e o Srs. Deputado Jaime Vieira não está aqui presente, mas dizer que nós todos nesta Casa temos certamente conhecimento de casos nesta problemática e queremos que as pessoas que sofrem desta problemática possam sair desta problemática e cabe a nós políticos eleitos pelo povo, sabendo bem as dificuldades de cada comunidade, temos Deputados de todas as ilhas aqui presentes, que esta problemática cria nas comunidades e nós, enquanto políticos responsáveis e o Partido Socialista é um partido responsável, trouxe esta temática aqui porque é uma temática que nos diz muito e diz a todos nós porque é um problema estrutural para os Açores e temos que combater este problema de frente.

Por isso, o Partido Socialista volta a reiterar aqui a sua disponibilidade para negociar, para falar sempre que for necessário resolver problemas estruturais da nossa Região e o Partido Socialista é um partido responsável que lida com os problemas de todos.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

I Sessão Legislativa

Horta, quinta-feira, 12 de dezembro de 2024

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Está encerrada a declaração política. Estão encerrados os nossos trabalhos, regressamos às 15h00.

Eram 13 horas e 18 minutos

Eram 15 horas e 03 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, vamos recomeçar os nossos trabalhos com o ponto 6 da nossa agenda.

E então vamos iniciar com a **Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 5/XIII – “Primeira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 6/2022/A, de 22 de março, pelo qual foi criado o Instituto do Vinho e da Vinha dos Açores, IPRA, abreviadamente designado por IVV Açores, IPRA”**, é uma iniciativa do Governo Regional dos Açores, tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Alimentação para a apresentação da iniciativa.

(*) **Secretário Regional da Agricultura e Alimentação (António Ventura):** Muito obrigado, Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo.

A iniciativa é uma iniciativa simples e objetiva e é uma primeira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 6/2022/A, de 22 de março, e, que pretende estabelecer as regras para a integração dos trabalhadores da CVR no IVV Açores e também pretende fazer transitar o património da CVR para o IVV Açores. Muito obrigado.

Deputado Carlos Silva (PS): Sr. Secretário, parece que está com medo.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Tem um avião para apanhar.

Presidente: Obrigado, Sr. Secretário. Estão abertas as inscrições. Vamos passar à votação. Sra. Deputada Ana Jorge, faça favor.

(*) **Deputada Ana Jorge (PSD):** Muito obrigada, Sr. Presidente. Sr. Presidente da Assembleia, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

Realmente o Sr. Secretário da Agricultura foi muito pragmático com aquilo que é a apresentação desta Proposta de Decreto Legislativo Regional e a sua pretensão.

Com o Decreto Legislativo Regional n.º 6/2022/A, de 22 de março, foi dado um passo em frente na robustez do setor vitivinícola regional, criou-se o Instituto da Vinha e do Vinho dos Açores - IVV.

O IVV foi criado com o objetivo de agregar competências dispersas por várias estruturas, racionalizando-as, rentabilizando-as e otimizando a gestão da vitivinicultura nos Açores, tornando-a mais eficiente, adaptada às novas realidades do mercado e mais capaz de enfrentar os desafios que são impostos, não apenas em termos económicos, mas também sociais, ambientais da realidade atual.

O Governo Regional, através da proposta do DLR n.º 5/XIII, debatida neste Plenário, propõe a primeira alteração a esse decreto, dado que ao IVV Açores foram cometidas competências até então prosseguidas pela Comissão Vitivinícola Regional dos Açores, por considerar importante acautelar que as mesmas não se sobreponham, Esta proposta de alteração mereceu, por parte dos Grupos Parlamentares do PSD, CDS-PP, CHEGA e PPM a introdução de propostas de alteração motivadas pela sensibilidade àquilo que o setor reclama, nomeadamente que este Instituto seja dirigido por um Diretor Regional e que o Conselho Consultivo seja mais representativo do setor.

Hoje estamos a discutir não apenas uma proposta de alteração ao DLR n.º 6/2022/A, mas uma verdadeira aposta no futuro da nossa Região, no desenvolvimento do setor vitivinícola dos Açores e, acima de tudo, no bem-estar dos nossos produtores e trabalhadores.

Uma proposta que reforça uma estratégia ampla e visionária que pretende consolidar o setor vitivinícola dos Açores, torná-lo mais competitivo, mais resiliente e sobretudo mais forte para enfrentar os desafios globais que se vive no setor.

O Governo Regional sabe que para isso é fundamental que os trabalhadores da CVR Açores, que há anos vêm desempenhando um papel fundamental na gestão e

regulação do setor, não sejam deixados para trás, esta proposta prevê justiça social, assegura que os trabalhadores da CVR Açores sejam integrados na administração pública regional, mantendo as suas condições de trabalho, o seu tempo de serviço e garantindo-lhes a valorização merecida.

Nunca se poderia em nome da modernização e da eficiência, prejudicar quem trabalhou de forma empenhada para construir o setor ao longo dos anos.

Temos o dever de dar continuidade ao trabalho de rigor reconhecido a nível regional, nacional e internacional, como já foi aqui referido neste Plenário, valorizando os profissionais que, com o seu esforço e profissionalismo, permitiram que hoje possamos discutir o futuro da vitivinicultura dos Açores com tanta confiança, aliás, neste momento estou-me a recordar daquilo que hoje foi a declaração política relativamente ao Turismo e a importância do enoturismo, a importância do vinho para combater também a sazonalidade do turismo,...

Deputado Carlos Silva (PS): Afinal há sazonalidade no turismo?!

Deputado Flávio Soares (PSD): Muito bem!

A Oradora: ... sendo também um produto a reforçar aquilo que é o plano estratégico para o Turismo.

A alteração proposta, dizia eu, vai permitir efetivar a implementação do IVV pela qual o setor anseia e reclama.

O Governo Regional está mais uma vez a dar resposta ao setor vitivinícola regional que se depara com novos desafios, obrigações, fruto do forte impulso que conheceu nos últimos anos, quer na vertente produtiva sustentada em largas centenas de hectares de vinha reabilitada, quer por via do surgimento de novos vinhos e produtos vitivinícolas, os quais se têm afirmado no mercado pela sua qualidade e singularidade. A apostar no futuro dos Açores, na modernização do fortalecimento do setor vitivinícola para que este continue a ser um pilar essencial na nossa economia.

Gostava também, e, neste sentido, já que sabemos e todos conhecemos, já foi discutido a sede e aonde se localizará este instituto, dar conta que a ilha do Pico quer

I Sessão Legislativa

Horta, quinta-feira, 12 de dezembro de 2024

ser Cidade Europeia do vinho em 2026, por uma candidatura anunciada como conjunta dos municípios do Pico e esta candidatura é uma candidatura que será avaliada para Cidade Europeia do Vinho a atribuir pela Rede Europeia de Cidades do Vinho também. Portanto, estamos a ver que, de facto, temos consistência no setor, naquilo que é a vontade dos territórios, dos seus líderes para este setor também. Muito obrigada, Sr. Presidente.

Voices de alguns deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Governo:
Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada. Sra. Deputada Marta Matos, faça favor.

(*) Deputada Marta Matos (PS): Obrigada, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Em primeiro lugar, julgo que haverá consenso nesta Casa em relação à importância da efetiva e rápida implementação do Instituto da Vinha e do Vinho dos Açores.

Deputado Nuno Barata (IL): Não há.

A Oradora: Uma estrutura que venha a dar reconhecimento formal ao setor vitivinícola regional, que congrega as competências que neste momento estão dispersas por vários organismos, que centralize, defina e coordene as políticas relativas ao setor, que integre todos os agentes envolvidos, desde a produção à transformação, comercialização, controlo, fiscalização e promoção dos nossos vinhos, que garanta e defenda a qualidade e prestígio dos nossos produtos em pé de igualdade com os institutos congéneres, que trabalhe respostas para os novos desafios com que o setor se depara e que, em última instância, sirva até como referência e como homenagem ao espírito resiliente e empreendedor das nossas gentes e à história secular da nossa Terra no cultivo da vinha e na produção dos vinhos.

E tão factual, como estas afirmações é a circunstância do Instituto da Vinha e do Vinho continuar por implementar, nós já perdemos demasiado tempo e isso é não só inaceitável como lamentável, eu recordo que o diploma que cria o Instituto da Vinha e do Vinho dos Açores começou a ser preparado ainda pelo anterior Governo do Partido Socialista, foi aprovado nesta Casa em fevereiro e publicado em março de 2022, portanto, há quase três anos, com um prazo de regulamentação de 60 dias, mas até hoje continua por implementar e essa é uma responsabilidade do Governo Regional, com graves consequências para o setor.

Nós não podemos deixar de ter em atenção que este é um setor fortemente concorrencial e dinâmico e que vem inclusivamente alertando para os constrangimentos e para as penalizações que os adiamentos da implementação definitiva deste Instituto acarretam, outro alerta do setor e que não podemos deixar igualmente de aqui salientar é a garantia de que, neste processo e no âmbito da alteração que aqui estamos a discutir de extinção da CVR, entre a extinção da CVR e a entrada em pleno funcionamento do IVV, não se crie um vazio salvaguardando os respetivos postos de trabalho.

A simples exportação e trânsito de 1 litro de vinho obriga a procedimentos que não podem deixar de ser assegurados e, portanto, não há razão absolutamente nenhuma para que, nesta altura, o Decreto de Regulamentação do IVV não esteja concluído, não seja imediatamente publicado, garantindo que o setor não seja prejudicado e indo ao encontro daquelas que são as suas preocupações.

Aliás, é por darmos importância à voz do setor e por entendermos que o trabalho que fazemos neste Parlamento só faz sentido se for capaz de dar resposta àqueles que representamos e se for capaz de dar resposta àquelas que são as suas reivindicações quando entendidas como legítimas que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista aproveita esta oportunidade para apresentar propostas de alteração ao diploma de criação do IVV e que refletem precisamente aquela que é a posição do setor vitivinícola regional que ouvimos e que, aliás, foi publicamente expressa através de

I Sessão Legislativa

Horta, quinta-feira, 12 de dezembro de 2024

uma petição dirigida a esta Casa, alterações essas que dizem respeito ao cargo de Presidente do Conselho Diretivo do IVV e também à composição do respetivo Conselho Consultivo. Obrigada.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada. Tem agora a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves.

(*) Deputado Pedro Neves (PAN): Obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

Primeiro, quero dizer que o PAN vai votar a favor unicamente por causa dos trabalhadores, porque esta iniciativa foi feita com os pés, fere a nossa Constituição portuguesa, fere também a sua própria legalidade relativamente a uma integração do direito de uma esfera privada para o Estado, nós não temos essa competência, é ilegal os serviços da Assembleia...

Deputado Flávio Soares (PSD): Então porque é que o Sr. vota a favor?

O Orador: ... assim o demonstraram também, só que os empregados, neste caso os trabalhadores, não podem ser lesados de um erro do Governo.

Não entendo como é que isto poderá passar pelo Embaixador Pedro Catarino...

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Oh ora se passa!

O Orador: ... vamos ver, mas o PAN até tem dúvidas se a Assembleia da República pode fazer dentro da Constituição portuguesa, apesar de haver o art.º 75.º no n.º 1 na alínea t), mesmo assim, o Governo da República poderá não ter essa competência de fazer uma integração da esfera privada para o Estado.

Mas o mais engraçado é quantas vezes durante estes anos ouvimos desse lado a tentar acusar o Bloco de Esquerda sobre a sua costela venezuelana, ...

(Risos dos Deputados da bancada do CDS-PP)

O Orador: ..., mas vê-se este Governo a tentar fazer uma integração que parece a Venezuela.

Contudo, iremos votar a favor apenas pelos trabalhadores, mas não, nem pela logística da iniciativa, nem por causa da ilegalidade da Constituição. Obrigado.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Não me diga que esteve degustando um vinho venezuelano!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado Francisco Lima tem a palavra.

(*) **Deputado Francisco Lima (CH):** Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

O CHEGA, de facto tem a dizer sobre esse assunto que peca por ser tarde, mas mais tarde do que são dois anos de espera, que é muito, foram os 24 anos do PS que nada fez, isso é que é uma demora muito grande.

Também aqui sobre o Deputado Pedro Neves, que disse, de facto, sobre a questão da privatização, eu acho que não vai ser um negócio atrativo para os privados certificar vinho, não acredito. A questão desse formalismo legal então, o melhor seria a inação, não fazer nada.

(Protestos dos Deputados da bancada do PS)

O Orador: Portanto, ver o que é que dá em termos legais, mas havia necessidade de fazer alguma coisa, até porque a situação económica era insustentável e sobre isso também tenho a dizer que a proposta de alteração que o CHEGA naturalmente subscreveu, vem valorizar acima de tudo e dignificar o instituto porque há uma equiparação a Diretor Regional, há novas competências, nomeadamente da certificação do vinho, a emissão de certificados de origem do vinho que não seja DO,

I Sessão Legislativa

Horta, quinta-feira, 12 de dezembro de 2024

de demarcação de origem, ou IG, e, isso vai ser bom para valorizar determinadas castas de vinho e, nesse sentido, não só a integração dos trabalhadores, como essa questão das novas valências creio que estamos perante uma boa proposta legislativa com a qual nós nos associamos e creio que a maioria dos açorianos que nos estão a ouvir, dos viticultores, também se associam, até porque vai de encontro à petição que foi aqui feita nesta Casa, que entrou e que levantava exatamente essas questões que estão aqui devidamente plasmadas e acauteladas e por isso, naturalmente vamos votar favoravelmente esta proposta. Muito obrigado, Sr. Presidente.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Apoiado!

(Aplausos dos Deputados da bancada do CH)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado Nuno Barata, faça favor.

(*) Deputado Nuno Barata (IL): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

Sr. Secretário Regional da Agricultura e Alimentação, isto não é um caso venezuelano, é um bocadinho pior, é norte coreano e encerra um enredo novelesco de eu não diria má qualidade, eu diria de péssima qualidade.

Em primeiro lugar de referir que é lamentável, mas é de todo lamentável e eu imagino que diria o então Deputado Paulo Estêvão, ...

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (Paulo Estêvão): Outra vez?!

O Orador: ... se com ele tivesse acontecido uma situação dessa natureza.

Essa proposta de DLR n.º 5/2013 que o Governo hoje nos traz aqui vem alterar um diploma aprovado nesta Casa há quase três anos, e, que o Governo demonstrou incapacidade para não dizer incompetência, ...

Deputado Berto Messias (PS): Ah, mas podes dizer incompetência!

O Orador: ... em regulamentar. Demorou quase três anos para o fazer e acaba fazendo, subvertendo o diploma original, diploma original que foi melhorado nesta Assembleia e fá-lo pelos piores motivos, fá-lo precisamente para incumprir com a Lei dos Trabalhadores em Funções Públicas, para incumprir com a Constituição da República Portuguesa e para atropelar aquilo que têm sido as normas e as regras que esta própria Casa, com os votos da maioria do Governo, têm impedido a integração de outros trabalhadores na administração pública regional.

Deputado António Lima (BE): Dois pesos, duas medidas. Trabalhadores bons, trabalhadores maus.

O Orador: Este diploma não é o diploma que a Iniciativa Liberal aprovou em 2022, nem é um diploma que a Iniciativa Liberal possa aprovar, porque este diploma é tudo menos liberal.

Secretário Regional da Agricultura e Alimentação (António Ventura): Está no seu direito!

O Orador: E há mais uma questão que eu queria relembrar ao Sr. Secretário Regional e que tem a ver com uma questão que a Sra. Deputada Marta Matos já aqui lembrou, é que a regulamentação tem que estar pronta, para publicar amanhã, no dia a seguir à publicação desse diploma, porque a gente já percebeu que o diploma vai passar os votos de uma larga maioria, mas não há razão para a regulamentação não estar pronta, nem tão pouco há razão para ela não entrar em vigor no dia a seguir ao diploma estar pronto. Mas há uma questão, que foi aqui muitas vezes debatida entre a Iniciativa Liberal e o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Alimentação e que tem a ver precisamente com a extinção da CVR e o IVVA, o Sr. Secretário insistiu várias vezes, apesar de eu o ter alertado que não era assim, que tinha que extinguir a CVR para depois instalar o IVVA, e, não pode ser e não pode ser, eu avisei várias vezes que não podia ser e o Sr. insistiu nesse mesmo erro e porque é que não pode ser? Precisamente também por uma questão que a Sra. Deputada Marta Matos disse, é que não pode haver um período de vazio, admite-se um período de vazio de 3, 4 dias, mas não pode

I Sessão Legislativa

Horta, quinta-feira, 12 de dezembro de 2024

haver um período de vazio entre a extinção da CVR e a instalação do IVV Açores. E esta é uma outra questão que o Sr. Secretário vai ter que explicar bem a esta Câmara, ...

Secretário Regional da Agricultura e Alimentação (António Ventura): Vou que explicar novamente!

O Orador: ... é porque é que o Sr. insistiu nesse erro, apesar de ter sido alertado várias vezes para isso.

Além da ilegalidade de transferir por via de uma autorização desta Assembleia, apesar de ela não ter competência para isso, trabalhadores ou associação de direito privado para o instituto público, ainda vem fazer uma outra coisa que é contar o tempo de serviço desse trabalhador o tempo todo que ele trabalhou na CVR, ...

Secretário Regional da Agricultura e Alimentação (António Ventura): Discorda é?

Deputado António Lima (BE) e Deputado Carlos Silva (PS): Contratos covid!

O Orador: ... isto ainda é mais um atropelo, eu percebo, eu percebo que é para garantir...

Deputado António Lima (BE): Que eles não se vão embora.

O Orador: ... que eles não se vão embora, exatamente, mas, isto que aqui está, não é só uma ilegalidade, é um atropelo a tudo aquilo que tem sido feito nesta legislatura com outros trabalhadores em circunstâncias que não são sequer estas, são trabalhadores que estavam ao serviço da administração pública regional e aos quais não foi contado o tempo de serviço.

Deputado António Lima (BE): Lamentável!

O Orador: Isto, como disse o Sr. Deputado Pedro Neves, e bem, isto não vai passar no Sr. Embaixador Pedro Catarino, mas, parece-me que mais do que isso, o que aqui está é um revelar, não só da incapacidade e da incompetência, mas principalmente uma malvadeza para quem andou a trabalhar a sério neste diploma...

Secretário Regional da Agricultura e Alimentação (António Ventura): A gente já lhe vai dizer quem é que trabalha a sério!

I Sessão Legislativa

Horta, quinta-feira, 12 de dezembro de 2024

O Orador: ... e que o Sr. Secretário admitiu aqui neste Plenário, em 2022, que o trabalho tinha sido meritório e sério e disse, inclusivamente que era assim que se devia trabalhar, como trabalhou a Iniciativa Liberal, era assim, era com iniciativa legislativa e com alterações legislativas que se devia trabalhar, ...

Secretário Regional da Agricultura e Alimentação (*António Ventura*): E mantenho.

O Orador: ..., mas depois espera três anos e perverte tudo aquilo que aqui foi aprovado.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado Carlos Freitas, faça favor tem a palavra.

(*) **Deputado Carlos Freitas** (*PSD*): Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Eu peço a palavra, não porque a minha colega já não tenha dito tudo a respeito da importância da implementação deste diploma, mas para fazer uma questão ao Sr. Secretário que acho bastante pertinente, uma vez que foi publicada a Portaria 351/1 de 5 de dezembro, relativo ao investimento na vinha no âmbito do PEPAC, esta portaria reconhece e bem pela primeira vez, as especificidades dos Açores, contrariamente à Portaria 54-J/2023 de 27 de fevereiro, ...

Deputado Carlos Silva (*PS*): Isso é só para desviar as atenções.

O Orador: ... da responsabilidade do Governo do Partido Socialista da República e queria questionar o Sr. Secretário se confirma este ganho de autonomia para os Açores? Obrigado.

Deputado João Bruto da Costa (*PSD*): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

I Sessão Legislativa

Horta, quinta-feira, 12 de dezembro de 2024

Vozes de alguns deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Governo:

Muito bem! Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Sr. Secretário Regional da Agricultura e Alimentação tem a palavra.

(*) Secretário Regional da Agricultura e Alimentação (António Ventura): Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo. Permitam-me responder às intervenções anteriores, às questões colocadas porque foram atropelados factos e evidências que têm a ver muito com a responsabilidade deste Parlamento, ora, o primeiro facto e evidência é que o IVV Açores foi criado a 22 de março de 2022, a primeira alteração, que é esta, mas a primeira entrada nesta Casa foi feita a 27 de março de 2023, depois no dia 27 de março de 2023 o que é que aconteceu nos Açores? Eleições antecipadas e caíram todos os diplomas estavam em apreço nesta Casa e caiu também o diploma que alterava, de facto, o IVV.

Ora, mais tarde, com a nova constituição do Parlamento Regional, o diploma voltou a entrar a 15 de maio de 2024 e, portanto, quando se fala que há um atraso de dois anos, é preciso também dizer que houve eleições antecipadas e que os diplomas em apreço desta Casa caíram, todos os diplomas caíram...

Vozes de alguns deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Governo:

Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

O Orador: ... e, portanto, é esconder um facto que é da responsabilidade de todos as Sras. e Srs. Deputados desta Casa que votaram contra o Orçamento, contra o Plano e Orçamento para 2024.

Vozes de alguns deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Governo:

Muito bem! Muito bem!

O Orador: E isto é um facto, isto resulta da democracia regional e, portanto, se resulta...

Deputada Andreia Cardoso (PS): 2022!

O Orador: ... da democracia regional, eu acho que é leviano, é leviano...

Deputado Nuno Barata (IL): Leviano é dizer isso!

O Orador: ... Sr. Presidente, posso continuar? É leviano e irresponsável omitir este facto democrático neste percurso de 2022 até aos dias de hoje, é leviano e irresponsável omitir este facto democrático.

Vozes de alguns deputados da bancada do PSD: Muito bem!

O Orador: Um facto essencial. Depois, e, obviamente com os tempos necessários, audições em Comissões, pareceres, subida a Plenário.

Depois, quando a Sra. Deputada Marta Matos diz que há atrasos, que o setor está a ser prejudicado com o IVV Açores, sim, eu acho que quanto mais célere nós implementarmos o IVV Açores, melhor nós teremos uma orientação e um planeamento mais privado e menos na esfera do Governo, que é isso que nos interessa, mais dos produtores e suas associações e menos da esfera do Governo, isso é fundamental.

Agora, Sra. Deputada, já em 2012, quando eu era Deputado, falava no IVV Açores, durante 24 anos o Governo do PS nunca o implementou por alertas da oposição e eu, enquanto Deputado, já alertava para essa necessidade, e a Sra. diz que há um atraso de dois anos que prejudica, imaginemos 24 anos então!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: Mas, mais vamos novamente a fatos para ver quem é que prejudicou e quem é que beneficiou, ora, quando nós compararmos a área de vinha candidata em 2020, a área de vinha candidata em 2020, em hectares, nos Açores, em 2020, com a

I Sessão Legislativa

Horta, quinta-feira, 12 de dezembro de 2024

área candidata de vinha em 2024, nós temos uma área candidata de vinha em 2020 de 307 hectares, e, em 2024 temos 1.108 hectares, ou seja, ...

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Quanto? Quanto?

Deputado Paulo Chaves (PSD): Muito mais!

O Orador: ... mais 665,8 hectares, isto porquê? Esta área aumentou de 2020 para 2024 e aumentou em 2021, era o mesmo valor em 2022, 2023 e 2024, porque em 2018 fecharam as candidaturas à vinha, ...

Deputado Paulo Chaves (PSD): Ora bem!

O Orador: ... os produtores não puderam aumentar as suas áreas nos Açores, impediram o aumento de áreas das candidaturas do apoio à vinha, 2018, 2019 e 2020, foi sempre a diminuir, houve um prejuízo claro no apoio à vinha, ao desenvolvimento da vitivinicultura e quando nós tomamos posse, o que fizemos foi em 2021, abrir novamente as candidaturas, não, a vitivinicultura não pode ser prejudicada.

Vozes dos Deputados das bancadas da Coligação: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

O Orador: E por isto é que a área passou, vejam, 660 hectares de vinha prejudicados nos Açores pela governação do PS.

Deputados João Bruto da Costa e Joaquim Machado (PSD): Muito bem! Muito bem!

O Orador: Mas, mais, vamos àquilo que é o apoio financeiro à área de vinha nos Açores, ora vejamos, 2018, 2019 e 2020, vejam os gráficos, 2018, 2019 e 2020 e vejam 2021, 2022, 2023 e 2024, a diferença, ora essa diferença, isto significa que em 2020...

Deputado Berto Messias (PS): Isso é o gráfico da dívida regional?

O Orador: ... isso em 2020, bom, quando não se tem argumentos, faz-se isso.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: Quando não se tem argumentos diz-se esses apartes. Em 2020, o apoio à vinha, aliás 2018, 2019 e 2020 o apoio à vinha era 245 mil 648 euros, agora o montante de apoio à vinha são 911 mil e 400 euros, ...

Deputado Paulo Gomes (PSD): O dobro!

Deputado José Ávila (PS): O Sr. já pagou?

O Orador: ... vejam o que os vitivinicultores dos Açores perdiam pelos vossos rateios, pelos vossos cortes, ...

Vozes de alguns deputados da bancada do PSD: Muito bem!

O Orador: ... anunciavam um valor e cortavam outro, esta é a diferença entre a governação do PS e a nossa governação.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: Mas tem mais, ...

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Mais?

Deputada Andreia Cardoso (PS): É sempre o mesmo!

O Orador: ... tem mais, vejamos agora o número de produtores que foram prejudicados entre a governação do PS e a nossa governação, ora os produtores, em 2020, o número de produtores que se candidataram, porque foram impedidos de se candidatar em 2018, 2019 e 2020 ascendeu a 328 produtores nos Açores.

Deputado Carlos Silva (PS): Já ninguém leva a sério.

Deputado Berto Messias (PS): E pagar?

O Orador: Em 2024, candidataram 633 produtores, mais 305 produtores, mais 92%, vejam a quantidade de produtores prejudicados na governação do PS, ou seja, 305 produtores que foram prejudicados na governação do PS, em que viram barradas as

suas ajudas, barradas as suas candidaturas, barrados os seus apoios à vitivinicultura nos Açores.

Vozes dos Deputados das bancadas da Coligação: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Esta é a diferença entre a governação do PS e esta governação.

Depois, Sr. Deputado Nuno Barata, nós consideramos e eu posso até admitir que juridicamente possa haver outros pareceres, mas nós temos que ter uma posição e a nossa posição, obviamente que sim, eu já vi pareceres jurídicos para tudo e mais alguma coisa sobre a mesma matéria e, portanto, eu dou-lhe o direito de discordar e ter outro entendimento e outra consideração e outra opinião sobre essa questão de integração dos trabalhadores da CVR no IVV.

Qual é que foi a nossa lógica de consideração? Primeiro a CVR é uma associação de direito privado, mas tem uma componente muito pública, ...

Risos dos Deputados Pedro Neves e António Lima.

O Orador: ... uma abrangência muito pública e isto porquê? Repare a constituição da CVR e deixe-me explicar a nossa lógica e depois, obviamente você pode rebater os argumentos, a composição da CVR e que foi criada pelo Jornal Oficial em 29 de setembro de 1995, tem na sua constituição a Secretaria da Agricultura e Pescas, a Associação de Agricultores do Pico, as Câmaras de Comércio, a Associação de Agricultores da Graciosa e a Cooperativa Vitivinícola do Pico, ou seja, há uma componente aqui pública e privada, depois se reparar, a atribuição das competências que estão plasmadas no próprio Decreto Legislativo n.º 6/2022, quando relativamente ao art.º n.º 5.º - à missão e à competência, irá observar que a missão e a competência da CVR é uma missão e competência que nós delegamos funções, funções de fiscalização, funções que vão muito além daquilo que é uma associação de direito privado e que são delegadas na CVR, e, portanto, há aqui uma nova competência pública.

Depois também se reparar quem nomeia o presidente da CVR é o Governo Regional, em nenhuma associação privada há uma nomeação pelo Governo Regional, é uma eleição dos seus membros, neste caso é o Governo Regional e, portanto, se reparar, há sempre aqui uma mistura entre o público e o privado, é essa lógica de mistura entre o público e privado que nos faz, de facto, ter uma garantia de que a integração dos trabalhadores da CVR no IVV Açores não gera nenhuma ilegalidade, mas como disse, pode haver outros entendimentos jurídicos.

De qualquer modo, eu penso que é um benefício para a Região que os seis funcionários da CVR, quatro técnicos e dois assistentes administrativos, quer pelo conhecimento adquirido, quer pela experiência também adquirida, quer pelos contactos estabelecidos, sejam integrados no IVV e esta é uma garantia de profissionalismo, é uma garantia de trabalho sem termos que dar formação e, acima de tudo, é uma garantia, de facto, perante o IVV da Madeira e o IVV do continente que vamos ombrear com o mesmo profissionalismo de que já existe, eu acho que a Região não pode dispensar...

Deputado Nuno Barata (IL): Aliás, nem deve, mas não é desta maneira.

O Orador: ... essa experiência e este conhecimento dos trabalhadores e é neste sentido, que abrimos, segundo as regras, as regras da administração regional, vamos abrir concursos para esses trabalhadores, estes trabalhadores, enquanto decorre o concurso tem uma cedência de interesse público, enquanto decorre o concurso, depois são integrados e depois é extinta a CVR em assembleia geral.

É essa a nossa lógica, pode haver outros entendimentos, mas é essa a nossa lógica naquela que é a mistura entre o público e o privado que não é de agora, é que desde 1995, com a atribuição de competências e com a nomeação do Governo para quem preside a CVR, penso que respondi...

Sr. Deputado Carlos Freitas tem toda a razão, isto é claramente um exemplo de quem quer prejudicar os Açores e quem quer beneficiar os Açores, duas portarias do Governo da República, uma de 27 de fevereiro de 2023 e outra de 5 de dezembro de

I Sessão Legislativa

Horta, quinta-feira, 12 de dezembro de 2024

2024, o objeto - a reconversão de vinhas, o chamado VITTIS, o mesmo objeto no âmbito do Plano Estratégico da Política Agrícola Comum, esta de 2023 não menciona os Açores propositadamente após nós termos reivindicado todos os dias, esquece propositadamente a possibilidade dos açorianos poderem candidatar-se a este programa, esta reconhece os Açores e diz claramente que os açorianos podem candidatar-se, aí está uma diferença que quem beneficia os Açores e quem prejudica os Açores.

Vozes de alguns deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Governo:
Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

O Orador: A portaria 315 de 2024 de 5 de dezembro diz claramente o seguinte: “Considerou-se agora estender o âmbito da aplicação destas intervenções para todo o território nacional, garantindo ainda assim e no respeito das regras do PEPAC Portugal, as especificidades regionais da vinha nas regiões autónomas dos Açores e da Madeira”, esta portaria de uma responsabilidade do Governo Socialista na República nem uma única vez menciona as regiões autónomas nem Açores nem Madeira, e apesar das nossas indicações, quis propositadamente prejudicar os açorianos. Muito obrigado.

Vozes de alguns deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Governo:
Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sr. Secretário. Sr. Deputado Paulo Margato tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Margato (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

Eu trazia aqui um pequeno textozinho para ler, mas após a clara explicação do Sr. Secretário, não me atrevo sequer a fazê-lo, porque fiquei esclarecido.

Já percebi porque é que ficaram parados os diplomas, porque caiu o Governo.

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (Paulo Estevão): Muito bem!

O Orador: Já percebi que os trabalhadores neste diploma ficam salvaguardados.

Deputado António Lima (BE): Mas são só esses.

O Orador: Já percebi que se retomou o apoio às vinhas e de uma forma muito mais expressiva do que anteriormente, portanto, restam-me poucas dúvidas, resta-me pouco a dizer nesta Assembleia, a não ser apoiar e pedir ao Sr. Secretário que continue com esta política bem direcionada.

Vozes de alguns deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Governo:
Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado António Lima, faça favor.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Esta proposta de Decreto Legislativo Regional do Governo, e, abordando neste momento apenas a proposta do Governo, as propostas de alteração têm outra natureza e outros objetivos, no que diz respeito à proposta do Governo, tem como objetivo a integração dos trabalhadores da Comissão Vitivinícola no IVVA.

Esta matéria deixe-me dizê-lo, Sr. Secretário, devia estar na proposta original quando foi apresentada para a criação do IVVA, se o objetivo era esse, esta matéria devia ter

sido atendida porque não há, evidentemente, instituto sem trabalhadores ou pelo menos sem estes trabalhadores, seria outro instituto com outros trabalhadores.

Posto isto, dizer que o Bloco de Esquerda não tem qualquer problema nem receio em testar os limites da nossa autonomia, principalmente sempre quando isso é para defender quem trabalha...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Mas...

O Orador: ... e neste caso, em concreto, também não temos e por isso iremos votar favoravelmente esta proposta, porque ela é positiva para esses trabalhadores, porque é uma opção do Governo em extinguir uma entidade e criar outra e em nosso entender, os trabalhadores não podem sofrer por essa decisão, a decisão é do Governo, não é nossa, é do Governo.

Todavia, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Ah!

O Orador: ... é preciso dizer que há dois pesos e duas medidas, estes trabalhadores, como já foi dito, trabalham numa entidade de direito privado, vão ser integrados com o seu tempo de serviço reconhecido:

1. Ainda recentemente, nesta legislatura, o Governo e a maioria recusaram uma proposta de integração de trabalhadores que estão em entidades públicas, trabalhadores precários que são necessários e eram necessários e continuam a ser necessários, o que é que disseram? Não, não são necessários, podem ir para o desemprego, que isto de entrar na função pública não é assim como o Bloco de Esquerda quer...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): A gente vive em pleno desemprego!

O Orador: ... não é com um processo de regularização extraordinária, é com concurso.

E o que é que se vai fazer aqui? É um concurso para estes trabalhadores, eu recordo-me de ouvir ali daquela bancada, do CHEGA a dizer: olhe, não podemos integrar na função pública todos os trabalhadores sem regras.

Deputada Olivéria Santos (CH): Confirmo e reitero.

I Sessão Legislativa

Horta, quinta-feira, 12 de dezembro de 2024

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Afinal há regras ou não há regras?

Deputado Francisco Lima (CH): Então o Sr. vote contra!

O Orador: Que é exatamente isso que está a fazer aqui, a mesma regra que os Srs. apresentam foi aquela que rejeitaram quando o Bloco de Esquerda apresentou, exatamente a mesma regra, um concurso limitado a um universo de trabalhadores, quem dizia que não havia regras era ali daquele lado e o Sr. também, já agora.

Por isso, há aqui dois pesos e duas medidas, para o Governo Regional há trabalhadores maus que merecem ir para o desemprego, para o Governo Regional, há trabalhadores bons que merecem ser integrados, pior, há trabalhadores que não merecem ver o seu tempo de serviço reconhecido, como são os trabalhadores com contratos COVID, que o Governo Regional integrou-os, mas não reconhece o seu tempo de serviço.

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi): São situações diferentes!

O Orador: Mas a estes trabalhadores reconhece bem o tempo de serviço, porquê? Uns são bons, outros são maus, uns são bons, outros são maus, porquê? Porque os trabalhadores COVID são muitos e custam muito dinheiro reconhecer esse tempo de serviço, esse é que é o problema, custa muito dinheiro, enquanto uns são seis, outros são centenas.

Mas essas questões de justiça não se podem ver desta forma, ou é para todos, ou não é para ninguém.

Por isso que o Governo tem que fazer, é reconhecer o tempo de serviço dos trabalhadores, e, eu dou um exemplo muito claro do que este tipo de política de dois pesos e duas medidas faz, recordam-se, há bem pouco tempo quando o Governo da República atribuiu um subsídio a uma força de segurança, à PJ? O que é que aconteceu? Criou-se uma brutal injustiça relativa que levou as outras forças de segurança a protestarem e com razão e com razão.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Quem era o Governo?

O Orador: E aquilo que estão a fazer é criar uma nova injustiça relativa, porque são poucos, reconhecemos o tempo de serviço, os outros são muitos, não reconhecemos. Ora, isso é brutalmente injusto e revela uma total hipocrisia política, total hipocrisia política.

Por isso, essa questão de injustiça, aquilo que esperamos é que, naturalmente, o Governo tenha um pingão de decência e reconheça o tempo de serviço aos restantes e não continue a rejeitar as propostas da integração de trabalhadores que estão em instituições públicas quando isso acontece e o que tem acontecido é o Governo recusar sempre nos últimos anos essa integração e essa injustiça não pode-se deixar de ser apontada, disse.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado. Sra. Deputada Marta Matos tem a palavra.

(*) **Deputada Marta Matos (PS):** Obrigada, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Bem, quem ouve o Sr. Secretário Regional da Agricultura falar até parece que o setor da vinha e do vinho surgiu em 2020 e essa é uma atitude e uma postura de completo desrespeito...

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (Paulo Estêvão): Nós sabemos quando é que surgiu. Foi durante monarquia liberal.

A Oradora: ... essa é uma atitude de completo desrespeito e de completa desconsideração para com os nossos produtores e para com os nossos vitivinicultores.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

A Oradora: Para além disso, eu confesso que não compreendo a exaltação do Sr. Secretário em relação à minha intervenção, ...

Secretário Regional da Agricultura e Alimentação (António Ventura): Não é exaltação. É a minha forma de ser. É paixão.

A Oradora: ... eu até acreditaria que deveria concordar na íntegra com aquela que foi a minha intervenção, eu afirmei a importância da implementação do Instituto da Vinha e do Vinho para o setor vitivinícola regional, eu lamentei o atraso e a demora

I Sessão Legislativa

Horta, quinta-feira, 12 de dezembro de 2024

na sua implementação, aliás, o nosso atraso é estrutural já, os institutos congéneres do continente e da Madeira estão criados desde 1986...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Está a ouvir Sr. Deputado Vasco Cordeiro (PS)?

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Quando?

A Oradora: ... e, desde 2013, respetivamente. Concordamos, Sr. Secretário, e, é o Sr.

o Secretário Regional da Agricultura, certo? Está à frente, manteve-se inclusivamente na pasta nesta legislatura, está à frente da pasta da Agricultura desde 2020, portanto, a quem é que nós devemos pedir responsabilidades e a quem é que nós devemos exigir satisfações?

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (Paulo Estêvão): Mas a senhora tem aí atrás um responsável da Agricultura.

A Oradora: O Sr. Secretário diz que houve aspetos omissos, lacunas que tiveram de ser corrigidos na versão que agora traz ao Parlamento, quem é que preparou a versão original do diploma e a trouxe a esta Casa? Quem é que tem a responsabilidade de ter acautelado esses aspetos, já na primeira versão do diploma que foi aqui trazida?

Depois, diz também que a iniciativa caducou porque o Governo Regional caiu, pois se o Governo Regional caiu foi porque os Srs. não foram capazes de assegurar a estabilidade governativa de que tanto se arrogaram e essa responsabilidade também é vossa.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

A Oradora: Em última instância no final da legislatura passada, esta iniciativa tinha já seguido todos os trâmites em Comissão e estava, inclusivamente relatada, a proposta que agora aqui nos traz é exatamente igual à proposta anterior.

I Sessão Legislativa

Horta, quinta-feira, 12 de dezembro de 2024

Eu pergunto-lhe, portanto, Sr. Secretário, se poderia ou não ter pedido a tramitação com urgência...

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

A Oradora: ... desta iniciativa em Comissão? Poderia ou não tê-lo feito!? Por muito que lhe custe ouvir, o atraso...

(Risos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

A Oradora: ... verificado na implementação do Instituto da Vinha e do Vinho dos Açores deve-se única e exclusivamente à inércia e à responsabilidade do Governo Regional e os prejudicados são o setor vitivinícola regional.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada. Sr. Deputado Nuno Barata tem a palavra.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

Sr. Secretário Regional, eu agradeço o reconhecimento de V. Exa. em relação à razão que a Iniciativa Liberal tinha quanto ao timing de extinção da CVR e a implementação do Instituto da Vinha e de Vinho dos Açores, também lhe fica bem admitir este erro do passado, mas Sr. Secretário, há uma coisa em que o Sr. insiste, e, eu percebo a questão dos pareceres e que tem a ver com o conceito jurídico da associação de direito privado, não há associações de direito privado um bocadinho públicas ou muito públicas, é um conceito jurídico específico, são associações de direito privado, o Sr. até podia até 99 % das quotas ou das posições naquela associação que ela não deixa de ser juridicamente uma associação de direito privado, aliás, essas misturas entre associações de direito privado e os governos regionais, que já vem de há muito tempo,

do tempo do Partido Socialista e que continuou com o PSD, também é uma coisa que devia ser esclarecida nessa Casa.

Mas, da sua intervenção efusiva e que eu devo confessar que gosto porque é sinal de que vive apaixonadamente o assunto, aliás, somos dois nesta matéria, eu devo dizer, Sr. Secretário que o Sr. não tem razão absolutamente nenhum quando invoca o chumbo do Orçamento e a queda do Governo para justificar a incompetência de isto só agora estar aqui, é porque eu vou-lhe explicar muito rapidamente e para que toda a gente perceba, o diploma original, que chegou a essa Casa, não era feito com os pés como este, era muito pior do que este, era um horror e que foi trabalhado nesta Casa e que foi aprovado por unanimidade, tinha 60 dias para ser implementado, foi aprovado em fevereiro, foi publicado em março e o Sr. tinha até junho para o regulamentar e implementar, tinha inclusivamente a regulamentação quase pronta, foi o Sr. que o disse dessa bancada e o Sr. não executou, não implementou e não instalou o IVVA porque não quis, porque o Governo só caiu em novembro de 2023, um ano e meio depois da data prevista para o Sr. regulamentar a entrada em vigor do IVVA. Portanto, Sr. Secretário Regional não serve vir aqui trazer este argumento, porque este argumento não colhe.

Secretário Regional da Agricultura e Alimentação (*António Ventura*): Serve!

Deputada Andreia Cardoso (*PS*): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Sra. Deputada Ana Jorge tem a palavra.

(*) **Deputada Ana Jorge** (*PSD*): Muito obrigada, Sr. Presidente.

Ainda não estamos a falar de vinho...

Deputado Nuno Barata (*IL*): Eu sou abstémio, minha senhora. Sou uma tristeza!

(*Risos de alguns Deputados da bancada do PS*)

A Oradora: ... vamos continuar a falar do diploma. Ora, aqui eu diria, eu, porque realmente eu não estava nesta Casa quando foi aprovado a constituição do IVV, mas

tive o cuidado de fazer uma viagem no tempo e estudar o histórico, e, realmente se a memória me falhasse, o Sr. Deputado Nuno Barata fez o favor de recordar a todos nós que o diploma foi aprovado por unanimidade, então, sendo assim, foi aprovado por unanimidade, o esvaziamento de competências da CVR, ou seja, os trabalhadores da CVR que competências ficariam a ter? Daqui decorre um facto que é, há um esvaziar de competências da CVR com a criação do IVV, portanto, este esvaziamento de competências foi aprovado também nesta Casa por inerência ao ser aprovado o IVV.

Deputado Nuno Barata (IL): A CVR até podia continuar se quisesse!

A Oradora: E, portanto, nós nunca poderíamos deixar ficar sentados na secretária trabalhadores sem nada do que fazer, isto uma questão de elementar justiça àquilo que agora se está a fazer, a reparar aquilo que efetivamente foi dito inicialmente, um trabalho bem feito, mas como todos nós percebemos a vida é isto mesmo e o caminho faz-se caminhando, efetivamente, houve o tempo, com estes intervalos de tempo que nós todos gostaríamos, a sociedade açoriana gostaria de não ter tido de interrupção, mas houve o tempo de maturar este diploma, de o melhorar e efetivamente pensarmos na solução que é a solução para os trabalhadores.

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (Paulo Estevão): Muito bem!

A Oradora: Como muito bem já disse o Sr. Secretário, são seis trabalhadores, alguns com 27 anos de serviço, 23 anos de serviço, 17 anos de serviço, e, vejo também, fiquei aqui um bocadinho preocupada aquando da intervenção da Representação Parlamentar do Bloco de Esquerda, fiquei com receio que se bem que me parecia que nunca assim se atrevesse a fazê-lo, que quisesse lançar para o desemprego os trabalhadores da CVR...

Deputado António Lima (BE): A senhora deve estar a falar do desemprego dos outros!

A Oradora: Deixe-me só terminar, Sr. Deputado, virar trabalhadores contra trabalhadores também não é adequado.

Deputado Carlos Freitas (PSD): Muito bem!

A Oradora: Não é adequado, não ficará bem a esta Casa estar a estimular esse tipo de relacionamento laboral lá fora. Estamos a preservar trabalhadores, este Governo tem preservado e tem criado condições contrárias àquelas que muitos trabalhadores tinham na administração pública regional, isso já foi repetidamente dito aqui por outros colegas.

Tem dado estabilidade ao trabalho, aos trabalhadores, às suas famílias.

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (Paulo Estêvão): Muito bem!

A Oradora: E, provavelmente é esse o percurso que quer continuar, é isso que está a fazer com os trabalhadores da CVR, com todas as limitações, como muito bem explicou o Sr. Secretário, achei interessante aquela que foi a expressão do Bloco de Esquerda, estamos a testar a nossa autonomia, pois tenhamos a coragem de o fazer, o Governo está a fazê-lo em prol da justiça em prol do setor vitivinícola e a propósito de estarmos aqui a esgrimir dados, todos temos dados para tudo e aquilo que pretendemos, por exemplo, há um dado importante é que à entrada da primeira década deste século, tínhamos apenas dois países de destino exportador, hoje temos 34 países.

Deputado Carlos Silva (PS): Isso foi no governo socialista!

A Oradora: Isto quer dizer que há resiliência do setor, mas também há um aspeto, se me permite, Sr. Presidente, que eu gostaria de destacar, eu gostaria de destacar que efetivamente este hiato de tempo, Sr. Secretário, não é um tempo de nada fazer, foi um tempo em que se permitiu, através de uma petição que envolveu 459 cidadãos e que envolveu também 15 produtores e engarrafadores, a Petição n.º 43, intitulada - Cria o Instituto da Vinha e do Vinho dos Açores, nova realidade, deu-nos a oportunidade de ouvir o setor e o setor disse aquilo que considerava em relação àquele diploma que daqui saiu desta Casa e disse-o claramente em relação ao seu dirigente, disse que queria um Diretor Regional e disse que queria também um conselho consultivo mais representativo do setor, e, portanto, aperfeiçoamos o diploma e acho

I Sessão Legislativa

Horta, quinta-feira, 12 de dezembro de 2024

que isso é consensual entre todos nós, virar trabalhadores contra trabalhadores isso não! Porque o PPD/PSD, o Governo de Coligação está a favor de todos os trabalhadores e isso é um dado adquirido, é aquilo que mostra a prática deste Governo ao longo destes quatro anos de governação e isso é um facto que nunca podemos nesta discussão deixar ficar na mercê da boca de alguns como sendo a última versão da narrativa. Muito obrigada, Sr. Presidente.

Vozes de alguns deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Governo:

Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada. Sr. Deputado Pedro Pinto tem a palavra.

(*) Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Bom, em boa hora a coligação foi eleita para resolver um problema que se arrastava há décadas na nossa Região, foi isso que foi comprovado pela última declaração da Sra. Deputada do Partido Socialista, Marta Matos, que, com 24 anos de governação, não foram capazes...

Deputado Lúcio Rodrigues (PS): Volta Catarina!

O Orador: ...de criar o Instituto da Vinha e do Vinho dos Açores.

Portanto, em boa hora, Sr. Secretário, V. Exa. foi eleito e nomeado para desempenhar esse cargo com a pasta da Agricultura, está de parabéns porque resolveu nos Açores uma coisa que o Partido Socialista não conseguiu fazer em várias décadas de governação.

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (Paulo Estevão): 24 anos.

O Orador: E, depois, mais ainda, foi criado o Instituto, como muito bem V. Exa. já aqui demonstrou o facto de ter sido chumbando o Orçamento da Região para 2024, teve consequências, ...

Deputado Nuno Barata (IL): Não teve consequências nenhuma, foi a incompetência do governo!

O Orador: ... teve consequências na nossa sociedade.

Os partidos da oposição foram com demasiada sede ao pote, julgavam que isto eram favas contadas e que com a queda do Governo, iriam vencer as eleições, iriam correr com a coligação do Governo dos Açores, mas tal não aconteceu.

Qual foi a consequência?

Deputado Nuno Barata (IL): O CDS perdeu 1 deputado e o PPM outro.

O Orador: V. Exas que chumbaram o Orçamento, atrasaram a entrada deste diploma, que só agora, em fim de 2024, é que está aqui para ser apreciado, só agora é que está aqui a ser apreciado porque, como muito bem foi explicado, com a queda deste Parlamento tudo caiu, tudo que estava pendente caiu e teve que voltar a dar entrada no Parlamento e a voltar a ser analisado, portanto, a oposição só veio atrasar ainda mais esta implementação e esta efetivação do Instituto da Vinha e do Vinho.

Portanto, nesta altura do debate, impõe-se fazer esta esta observação, porque ela é pertinente, ela é pertinente porque já chega de tanto atraso nesta Região.

Deputada Inês Sá (PS): Também acho.

O Orador: Já chega de tanto prejuízo aos nossos setores produtivos, como muito bem foi evidenciado pelo Sr. Secretário Regional e, portanto, com este Instituto, com os funcionários a trabalhar, finalmente vamos ter um organismo que vai regular um setor emergente da Agricultura açoriana, ...

Deputado Paulo Chaves (PSD): Muito bem Pedro!

O Orador: ... um setor que está a produzir um produto de excelência, um produto que é apreciado não só cá nos Açores, mas no estrangeiro, que dado a dimensão da nossa Região, não tem uma produção muito grande e, portanto, é um produto gourmet,

I Sessão Legislativa

Horta, quinta-feira, 12 de dezembro de 2024

e, portanto, importa garantir a qualidade e a certificação da origem, para que não haja imitações falsas do nosso produto de excelência e, portanto, Sr. Secretário, muito bem, trouxe-nos este diploma aqui que vamos obviamente aprovar, porque é importante implementar de uma vez por todas o Instituto da Vinha e do Vinho dos Açores. Muito obrigado.

Vozes de alguns deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Governo:

Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado. Sr. Secretário Regional da Agricultura, faça favor.

(*) Secretário Regional da Agricultura e Alimentação (António Ventura): Obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Tente pedir a palavra para novamente prestar esclarecimentos, a primeira questão ou observação foi da Sra. Deputada Marta Matos, que volta a falar em culpa e inércia e que o Governo Regional devia ter solicitado a urgência em Comissão.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Não é devia. “Podia”.

O Orador: Ora, a questão, e, eu devolvo-lhe a questão, onde é que está a urgência de 24 anos? Porque é que nunca pediram uma urgência em 24 anos? E porque é que agora em três anos de governação o Governo tem que pedir urgência, então devolvo-lhe a questão, e os 24 anos? Onde é que está a urgência?

Sra. Deputada, o setor para além dos dados que eu já lhe demonstrei, o setor não esteve estagnado, pelo contrário, foi um setor de crescimento, foi um setor de vitalidade e vou-lhe dar mais alguns dados que demonstram essa vitalidade das três regiões demarcadas e do setor vitivinícola em geral nos Açores.

I Sessão Legislativa

Horta, quinta-feira, 12 de dezembro de 2024

Os vinhos candidatos a certificação em 2020 foram de 94, em 2024 foram 139, o número de marcas comerciais existentes na CVR em 2020 – 35, em 2024 - 92 marcas, de 35 para 92, O número de referências comerciais, 2020 - 62 em 2024 - 153.

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (Paulo Estêvão): Meu Deus!

O Orador: Crescimento, vitalidade, sucesso!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Deputado Paulo Chaves (PSD): Muito bem, Sr. Secretário!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

O Orador: Depois, Sra. Deputada, deixe-me dar mais uns dados que não são situações de pormenor, mas de pôr maior que antes não eram consideradas a nível regional, na nossa política pública e que passaram a ser consideradas e fizeram toda a diferença, situações de pormenor na legislação, mas de pôr maior naquilo que são os investimentos dos vitivinicultores, a partir de 2021...

Deputada Andreia Cardoso (PS): Oh senhor fale para a frente!

O Orador: ... foi permitido na legislação regional o apoio à aquisição de plantio para novas áreas, antes estava proibido e só para as áreas de reconversão, limitaram, limitaram o investimento dos vitivinicultores, disseram, é só para áreas em reconversão e aquele que se ia instalar? E aquele que queria se instalar pela primeira vez, não tinha apoio na aquisição de plantio, nunca teve, passou a ter a partir de 2021.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

I Sessão Legislativa

Horta, quinta-feira, 12 de dezembro de 2024

O Orador: Depois nós abrimos uma situação reivindicada já há muito tempo nos Açores, técnicos, vulgarização rural, acompanhamento de campo, os técnicos nas vinhas com os produtores.

Ora os governos do PS nunca permitiram a abertura de avisos na legislação dos apoios regionais para a vulgarização rural, nós já abrimos avisos para a vulgarização rural no setor da vitivinicultura, para as cooperativas, para as associações e para as empresas privadas, sim, temos técnicos no campo, temos técnicos com os produtores.

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (Paulo Estêvão): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: Situação sempre reivindicada e nunca conseguida pelo setor.

Depois nós temos, de facto, alguns problemas que têm a ver com fungos e com vírus nas nossas vinhas e era preciso investigação científica e a investigação científica já era reclamada há muito tempo, nunca atenderam à necessidade de investigar cientificamente o melhoramento fitossanitário das nossas castas tradicionais, o verdeelho, o terrantês e o arinto, nunca! Ora, já há 1 ano que decorre um projeto de investigação para o melhoramento fitossanitário das nossas castas tradicionais, sim, investigação científica aplicada ao setor vitivinícola na Região Autónoma dos Açores.

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (Paulo Estêvão): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: E Sr. Deputado Nuno Barata, eu, como já lhe disse, eu volto a dizer, eu reconheci o seu trabalho legislativo quando a apresentação, porque eu acho que isso é um trabalho de um Deputado, os Deputados não servem só para votar contra ou a

I Sessão Legislativa

Horta, quinta-feira, 12 de dezembro de 2024

favor, servem para contribuir de forma legislativa para aquilo que são os diplomas, alterando, propondo e tendo iniciativa própria e eu reconheci essa iniciativa própria, obviamente que sim.

No nosso entendimento jurídico é que a CVR é uma associação de direito privado com a competência pública, pode haver outros entendimentos, mas enquanto não for contraposto esse entendimento, é esta a nossa iniciativa, é este o nosso entendimento é esta proposta que está aqui em decisão política. Muito obrigado.

Vozes de alguns deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Governo:
Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional. Sra. Deputada Marta Matos tem a palavra.

(*) **Deputada Marta Matos (PS):** Muito obrigada, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Aquilo que é claramente perceptível é que o Sr. Secretário insiste em não responder às questões que coloco...

Secretário Regional da Agricultura e Alimentação (António Ventura): Já respondi a tudo!

A Oradora: ... e está disponível para falar de tudo menos sobre o diploma.

A coligação apresenta uma proposta de alteração a este diploma para que o Presidente do IVV seja recrutado por procedimento concursal, seria importante perceber qual é a posição do Governo Regional em relação a esta matéria e se daqui para a frente, todos os Diretores Regionais serão recrutados desta forma?

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada. Sr. Deputado Nuno Barata, faça favor.

(*) Deputado Nuno Barata (IL): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

Sr. Secretário Regional, está tudo um sucesso, está tudo com muita vitalidade no setor vitivinícola, eu quase que vou chegar à conclusão que não é preciso IVVA, está tudo resolvido com a CVR, está a crescer muito, mas eu também sei que isso não é verdade, apenas uma nota introdutória daquilo que quero dizer.

Sr. Secretário Regional, eu percebo, até pelo seu ar um bocadinho mais tranquilo a responder-me que o Sr. não acredita bem naquilo que está a dizer.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Felizes dos que acreditam sem terem visto!

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (Paulo Estevão): Acreditam, o Governo acredita sempre!

O Orador: Não, não pode acreditar, não pode acreditar, é porque estes trabalhadores não são trabalhadores da função pública, estes trabalhadores não podem ser integrados dessa forma, apesar de eu reconhecer que esses trabalhadores têm competências e são necessários ao IVVA, aliás, da intervenção da Sra. Deputada Ana Jorge também se percebe que a preocupação é quase social do que outra coisa, não? Eu também tenho a preocupação social, eu não gosto de saber números do desemprego, eu gostava imenso de viver numa Região com pleno emprego, seria talvez catastrófico para a economia, mau sinal, mas era bom que toda a gente tivesse o seu emprego e que tivesse os seus problemas resolvidos, agora não pode é ser dessa forma e o Sr. não pode pedir à Assembleia que aprove uma coisa que encerra essas ilegalidades e essas inconstitucionalidades, não pode ser assim. Há centenas de pessoas injustiçadas pela Região fora, há centenas de pessoas competentes que ficam de fora porque são trabalhadores da administração privada, inclusivamente bons gestores, bons

I Sessão Legislativa

Horta, quinta-feira, 12 de dezembro de 2024

engenheiros, bons arquitetos, de empresas que vão à falência e não são repescados para o Governo automaticamente por um diploma, não pode ser assim.

Apesar dessa interpretação filosófica de um conceito jurídico que não tem nada a ver com essa interpretação filosófica, que é uma coisa muito diferente...

Secretário Regional da Agricultura e Alimentação (*António Ventura*): Eu também posso dizer que a sua é filosófica.

O Orador: ... a interpretação filosófica de que uma associação de direito privado que executa funções públicas é uma associação pública, não é verdade, não é verdade, eu percebo que às vezes, até na cabeça das pessoas, alguns trabalhadores julgam que trabalham para o Governo, mas eles trabalham é na Visit Azores ou trabalham na CVR, ou trabalham noutras coisas quaisquer.

Secretário Regional da Agricultura e Alimentação (*António Ventura*): Eu também posso dizer que aquilo que o senhor diz não é verdade.

O Orador: E isto é um conceito jurídico...

Presidente: Agradeço que termine Sr. Deputado.

O Orador: ... não pode ser tratado de outra forma. Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura.

(*) **Secretário Regional da Agricultura e Alimentação** (*António Ventura*): Obrigado, Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Respondendo aos dois Deputados que me interpelaram, dizer-vos que o Governo não manda na Assembleia e o Governo não vota propostas nem diplomas e, portanto, a decisão é das Sras. e dos Srs. Deputados, o diploma está aqui e se está aqui é porque tem a legalidade de estar aqui. É essa a nossa iniciativa, é essa a nossa proposta, a responsabilidade é das Sras. e dos Srs. Deputados, quer de votar o diploma, quer as propostas de alteração. Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional. Sra. Deputada Ana Jorge tem a palavra.

(*) **Deputada Ana Jorge (PSD):** Muito obrigada, Sr. Presidente. Sr. Presidente da Assembleia, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

A propósito daquilo que nos é referido quanto à nossa proposta de alteração, dos proponentes do Grupo Parlamentar do PSD, CDS-PP, PPM e CHEGA, quando se refere que estamos aqui a introduzir algo que é novo, foi assim que se percebeu, vou lembrar apenas a redação, Secção 1 art.º 8.º - composição do diploma que foi aprovado em 2022 e cujo art.º e n.º em específico foi aprovado por unanimidade e diz que: “o Presidente do Conselho Diretivo exerce as suas funções a tempo inteiro, sendo recrutado por procedimento concursal de entre os trabalhadores em funções públicas e equiparados para todos os efeitos legais...” e a proposta que nós aqui fazemos é de alteração daqui para a frente, aquilo que foi aprovado e o procedimento concursal foi aprovado por unanimidade, eu não estava cá, foi aprovado nesta Casa, portanto, Sra. Deputada e cara colega Marta Matos,...

Deputado Nuno Barata (IL): Mas isso não tem nada a ver!

A Oradora: ... é falso que nós estejamos a introduzir a introduzir...

(Protestos dos Deputados da bancada do PS)

A Oradora: ... não se preocupe, fale daqui a pouco quando se inscrever, Sra. Deputada Andreia Cardoso.

Vozes de alguns deputados da bancada do PSD: Muito bem!

A Oradora: Não corresponde efetivamente à verdade. Muito obrigada.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada. Para uma interpelação tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

Sr. Presidente, interpelo à Mesa no sentido de perguntar se os trabalhadores em funções públicas são a mesma coisa do que trabalhadores de uma associação de direito privado?

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado, está registada a sua interpelação. Sra. Deputada Marta Matos tem a palavra.

(*) **Deputada Marta Matos (PS):** Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Sra. Deputada Ana Jorge a proposta de alteração da coligação não responde àquelas que são as reivindicações da petição, seja como for a minha pergunta ao Sr. Secretário visava precisamente clarificar qual é o entendimento do Governo Regional em relação a esta matéria.

Na legislatura passada, o Governo Regional trouxe ao Parlamento a proposta de DLR n.º 60, que criava a CRESAPRA, que caducou com o fim da legislatura, é um facto, que alterava o estatuto do pessoal dirigente na administração regional e no âmbito da qual os dirigentes regionais, os diretores regionais, continuavam a ser recrutados por escolha.

Inclusivamente quando esta iniciativa foi discutida e apreciada em Comissão, o Sr. Secretário Regional das Finanças e da Administração Pública referiu, e vou citar: “Os dirigentes superiores regionais, como os diretores regionais, serão recrutados por escolha e não por concurso, tendo em conta as especificidades que estes cargos regionais têm”. Portanto, a questão que coloco é se o Governo Regional pretende mudar aquela que é a sua posição e aquele que é o seu entendimento em relação a esta matéria, se a partir de agora, todos os diretores regionais ou cargos equiparados

passarão a estar sujeitos ao recrutamento por procedimento concursal ou então qual é a especificidade do Instituto da Vinha e do Vinho dos Açores para que o respetivo dirigente equiparado para todos os efeitos legais a diretor regional tenha que estar sujeito a um procedimento de recrutamento diferente.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada. A Mesa não tem mais inscrições. Sr. Deputado João Bruto da Costa, faça favor.

(*) **Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Eu tinha que explicar à Deputada Marta Matos que ela votou a favor deste diploma...

Deputada Andreia Cardoso (PS): Por acaso não estava cá.

O Orador: ... aqui há uns anos atrás, portanto, votou a favor da norma e, portanto, votou a favor do recrutamento por concurso e votou a favor de que fosse assim.

Nós estamos a falar de uma equiparação, não estamos a falar de uma nomeação de um diretor regional, os diretores regionais fazem parte daquilo que nós temos em consideração para, em termos do Governo Regional, aliás, um pouco em termos governativos, semelhante àquilo que são os Secretários de Estado no continente, ...

Deputado António Lima (BE): Não tem nada a ver.

Deputado Pedro Neves (PAN): Não tem nada a ver!

O Orador: ... em termos governativos, não em termos de administração, não em termos de administração.

A questão aqui é que nós estamos a fazer uma equiparação, uma equiparação ao presidente do instituto a um diretor regional, não estamos a nomear um diretor regional, e, por isso está aqui o concurso por uma questão de transparência...

Deputado Carlos Silva (PS): Os outros é que não são transparentes.

O Orador: ... e daquilo que é a forma que nós queremos de trabalhar nestas situações que têm a ver não com responsabilidade política, mas sim com qualificação para presidir ao Instituto da Vinha e do Vinho e por isso mantemos o recrutamento por concurso...

Deputado Nuno Barata (IL): Esse foi o problema durante estes 3 anos.

O Orador: ... como estava no diploma anterior e agora, com a equiparação a diretor regional, não em termos de nomeação, como se faz aos diretores regionais, a Sra. não quer perceber isso, lamento, mas a Sra. já votou a favor que fosse assim e, portanto, acredite que me custa ter que lhe dizer que, uma equiparação não é a mesma coisa que nomear um diretor regional, lamento que a Sra. não queira entender essa matéria. Muito obrigado.

Vozes de alguns deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Governo:
Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado Mário Tomé, faça favor.

(*) **Deputado Mário Tomé (PS):** Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Ao terminar, ao estarmos na parte final do debate, de facto terei que fazer alguns considerandos porque não posso deixar nem posso permitir que o Sr. Secretário Regional reescreva a história, e, a história é feita de pessoas e como disse em fevereiro de 2022, hoje estamos a definir ou, digamos, a preparar a implementação do IVV do ponto de vista de funcionamento, mas a verdade é que isto deve-se à resiliência de muitos homens e mulheres que durante décadas, com o seu árduo trabalho, diria mesmo com o seu esforço enorme e tremendo mantiveram viva a cultura da vinha, e, nesse trabalho, o Partido Socialista teve um papel preponderante e fundamental...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Acha?

O Orador: ... e que me permitem os colegas das outras ilhas, mas eu como picaroto, não poderia deixar aqui de prestar um tributo à pessoa, ao camarada e o então governante Vasco Cordeiro, que, com a sua visão estratégica, do ponto de vista de desenvolvimento da ilha do Pico, colocou instrumentos e ferramentas para que todos açorianos, mas em especial os picarotos, pudessem recuperar aquela paisagem e pudessem alavancar a história do que é a recuperação das vinhas e a economia da ilha do Pico, em nome de parte desses picarotos, camarada Vasco Cordeiro, o nosso muito obrigado.

E, nesse caminho também, para se chegar aqui é preciso perceber o que é que foi feito, criámos um laboratório de enologia, foi classificada a paisagem da cultura da vinha como paisagem mundial da UNESCO.

Criou-se a CVR, deu-se uma série de condições às cooperativas e a história, Sr. Secretário, é essa!

Estamos embutidos no espírito de, e, penso que é consensual, com a implementação rápida do IVV Açores, mas não poderia de passar este momento sem deixar registado no Diário das Sessões como é que chegámos até aqui. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Pergunto se há mais inscrições? Sra. Deputada Marta Matos tem a palavra.

(*) **Deputada Marta Matos (PS):** Obrigada, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Sr. Deputado João Bruto da Costa, os cargos equiparados a diretores regionais são providos por escolha, qual é a diferença que se coloca nesta situação? E quando refere o anterior diploma, a equiparação era a diretor de serviços, portanto, lamento eu que o Sr. não queira compreender essa diferença.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Secretária Regional dos Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (*Berta Cabral*):

Até parece que os senhores é que vão nomear.

Presidente: Muito obrigada, Sra. Deputada. Vamos passar à votação. Vamos votar a Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 5/XIII – “Primeira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 6/2022/A, de 22 de março, pelo qual foi criado o Instituto do Vinho e da Vinha dos Açores, vamos votar na generalidade.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manterem como estão.

O Sr. Deputado que vota contra, faça favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém, faça favor de se sentar.

Secretária: A Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 5/XIII foi aprovada com 23 votos a favor do PSD, 23 do PS, 5 do CHEGA, 2 do CDS-PP, 1 do PPM, 1 do BE, 1 do PAN e com 1 abstenção da IL.

Presidente: Nem os momentos de votação nesta Casa já são respeitados, nem os momentos de votação nesta Casa já são respeitados, nem os momentos de votação nesta Casa já são respeitados, é que ninguém ouviu o que a Sra. Secretária, eu espero, deve ter ficado gravado, é porque eu não ouvi e estou aqui ao lado dela, Sra. Secretária, faz favor.

Secretária: A Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 5/XIII foi aprovada com 23 votos a favor do PSD, 23 do PS, 5 do CHEGA, 2 do CDS-PP, 1 do PPM, 1 do BE, 1 do PAN e com 1 abstenção da IL.

Presidente: Vamos votar o art.º 1.º do diploma.

As Sras. e os Srs. deputados que concordam façam o favor de se manterem como estão.

Secretária: O art.º 1.º do diploma foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vamos votar a proposta de aditamento de um art.º 1ª, proposta efetuada pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manterem como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém, faça favor de se sentar.

Secretária: A proposta de aditamento foi rejeitada com 23 votos do PSD, 5 do CHEGA, 2 do CDS-PP, 1 do PPM e com 23 votos a favor do PS, 1 da IL e 1 do PAN e 1 abstenção do BE.

Presidente: Está à votação a proposta de aditamento de um art.º 1.º-A, proposta efetuada pelo PSD, pelo CDS-PP e pelo PPM.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manterem como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de aditamento ao art.º 1.º-A foi aprovada com 23 votos a favor do PSD, 23 do PS, 5 do CHEGA, 2 do CDS-PP, 1 do PPM e 1 da IL e com a abstenção de 1 voto do BE e 1 voto do PAN.

Presidente: Passamos ao art.º 2.º do diploma, existe uma proposta de alteração do Bloco de Esquerda ao n.º 1 do art.º 21.º- B e, portanto, vamos colocar à votação a proposta de alteração efetuada pelo Bloco de Esquerda ao n.º 1 do art.º 21º- B.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manterem como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração ao art.º 2.º foi rejeitada com 23 votos do PSD, 5 do CHEGA, 2 do CDS-PP, 1 do PPM e 1 da IL e a favor com 23 votos do PS, 1 do BE e 1 do PAN.

Presidente: Está à votação o art.º 2.º do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manterem como estão.

O Sr. Deputado que vota contra, faça favor de sentar.

O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de sentar.

Secretária: O art.º 2.º foi aprovado com 23 votos do PSD, 23 do PS, 5 do CHEGA, 2 do CDS-PP, 1 do PPM, 1 do BE e 1 do PAN e com 1 abstenção da IL.

Presidente: Pergunto à Câmara se posso colocar os três e últimos artigos do diploma em conjunto, 3.º, 4.º e 5.º? Não havendo oposição, estão à votação os artigos 3.º, 4.º e 5.º do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manterem como estão.

Secretária: Os artigos 3.º, 4.º e 5.º foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Votação final global.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manterem como estão.

O Sr. Deputado que vota contra, faça favor de sentar.

Secretária: Votação final global foi aprovada com 23 votos a favor do PSD, 23 do PS, 5 do CHEGA, 2 do CDS-PP, 1 do PPM, 1 do BE, 1 do PAN e com 1 voto contra da IL.

Presidente: Podemos avançar na nossa agenda? Vamos avançar. O Sr. Deputado Mário Tomé para uma declaração de voto? Faça favor.

(*) **Deputado Mário Tomé (PS):** Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

O Grupo Parlamentar do PS/Açores apresentou um conjunto de propostas de alteração à Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 5/XIII, que é a primeira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 6/2022/A, de 22 de março, e, estas propostas, obviamente, visavam e visam corrigir o que entendemos vir ao encontro e o anseio

das reivindicações do setor vitivinícola, julgamos que faz todo o sentido implementar o IVV, cujos princípios e fundamentos sejam consensualizados com o setor vitivinícola, estes sim são os principais, diria, causadores do surgimento do IVV Açores e do sucesso que são os nossos vinhos reconhecidos pela sua excelência.

Este é mais um bom exemplo da envolvência, da participação e do contributo ativo do setor vitivinícola na tomada de decisões que envolvem esta área e, naturalmente, o Grupo Parlamentar do PS/Açores, com o legado que tem nesta área e com sentido de responsabilidade e reconhecendo a importância de melhorar o documento, presta aqui mais uma vez o seu contributo para que o IVV Açores seja um organismo de todo e para todo o setor vitivinícola dos Açores, disse.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Sra. Deputada Ana Jorge para uma declaração de voto tem a palavra.

(*) **Deputada Ana Jorge (PSD):** Muito obrigada, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

Acabámos de nesta Casa dar um passo claramente em frente. Esta proposta que acaba de ser aprovada é uma escolha num futuro diferente, uma escolha entre continuar e avançar, modernizar, inovar ou como já vimos que aconteceu durante tanto tempo, permanecer no passado em modelos que não respondem às exigências do nosso tempo.

O Governo Regional está aqui mais uma vez e com ele também o Grupo Parlamentar do PSD, o Grupo Parlamentar do CDS-PP, PPM e também aqui com a colaboração e como proponente das alterações, o Grupo Parlamentar do CHEGA, estamos a dar resposta ao setor vitivinícola regional, que se depara com novos desafios e obrigações, fruto do forte impulso que conheceu nos últimos anos, quer na vertente produtiva,

I Sessão Legislativa

Horta, quinta-feira, 12 de dezembro de 2024

sustentada em largas centenas de hectares de vinha reabilitada, quer por via do surgimento de novos vinhos e produtos vitivinícolas, os quais se têm afirmado no mercado pela sua qualidade e singularidade, apostar no futuro dos Açores, na modernização do fortalecimento do setor vitivinícola para que este continue a ser um pilar da nossa economia.

Acompanhamos esta proposta, apresentámos propostas de alteração com a consciência de que estamos a fazer o que é melhor para o futuro dos Açores, para o futuro dos nossos vitivinicultores e dar continuidade à sua resiliência, robustez, trabalho árduo, como nós tivemos também a oportunidade de aprovar em voto lido na terça-feira de manhã. Muito obrigada.

Vozes de alguns deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Governo:

Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada. Sr. Deputado Nuno Barata para uma declaração de voto.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

A Iniciativa Liberal ainda tinha esperança que alguma coisa fosse resolvida na especialidade, mas não poderia votar senão contra a votação final global deste diploma, porque ele encerra ilegalidades, inconstitucionalidades, injustiça laboral e até injustiça social e não poderia estar mais de acordo com a necessidade de instalação do IVV Açores, como, aliás é reconhecido pelo trabalho que foi feito na legislatura anterior pela Iniciativa Liberal, mas não poderia votar favoravelmente esse diploma em consciência, tendo a perfeita noção e o conhecimento técnico de que esse diploma encerra essas ilegalidades e essas inconstitucionalidades. Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado António Lima para uma declaração de voto, tem a palavra.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

O Bloco de Esquerda votou favoravelmente esta Proposta de Decreto Legislativo Regional, em primeiro lugar porque os trabalhadores não podem ser prejudicados por uma decisão que é do Governo, em primeiro lugar, e, que propôs a este Parlamento. Como é evidente e já agora votamos a favor, apesar de a única proposta que o Bloco de Esquerda apresentou de alteração, que até não tinha efeitos práticos porque não existiam trabalhadores na situação de contratos a prazo, apesar do chumbo dessa proposta, votamos a favor.

E é interessante também notar que nem para tornar a lei geral e abstrata e de acordo com aquilo que deve ser feito, que é efetivamente integrar todos aqueles que pudessem estar na mesma instituição, nem assim as propostas do Bloco de Esquerda são aprovadas, é curioso, mas votamos a favor com a consciência de que há sérias dúvidas quanto à constitucionalidade desta matéria, esperamos que elas não tenham impacto na entrada em vigor deste diploma a bem dos trabalhadores.

Por outro lado, também é preciso que este Parlamento tenha consciência do precedente que abre...

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Ele não votou a favor?

O Orador: ... do precedente político que abre para não falar do jurídico e esse precedente tem consequências, desde logo para futuras situações análogas e para as situações de injustiça relativa que se criam, e, é fundamental corrigir as situações de injustiça relativa que este diploma cria. Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Vamos avançar para o ponto 7 da nossa agenda - **Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 18/XIII – “Aprova o regime de dedicação plena no Serviço Regional de Saúde da Região Autónoma dos Açores”**, uma iniciativa do Governo Regional, tem a palavra a Sra. Secretária

Regional da Saúde e Segurança Social para a apresentação do diploma, faça favor Sra. Secretária.

(*) **Secretária Regional da Saúde e Segurança Social** (*Mónica Seidi*): Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

O diploma que o Governo traz hoje aqui não é nada mais, nada menos, da adaptação à Região de um Decreto de Lei que foi apresentado no final do ano 2023 e que produziu efeitos a partir do dia 1 de janeiro de 2024.

Contudo, este foi um documento que não foi negociado com os sindicatos da classe médica e que, face às reuniões consecutivas que foram tendo com o Governo Regional na medida em que estávamos em negociações para o diploma da Valorização da Carreira Médica, foi-nos solicitado que este diploma não fosse adaptado “ipsis verbis” à Região, portanto, que houvesse aqui uma melhoria e houvesse aqui espaço para negociação do mesmo.

Considerando que este é um diploma que pode ser uma mais-valia e que pode ter um contributo importante para a fixação de médicos na Região, na medida que aqui o que apresentamos hoje é uma versão melhorada daquilo que foi implementado a nível nacional, claro que durante estes meses decorreram várias reuniões com as estruturas sindicais do setor para que pudesse efetivamente ser implementado um regime mais vantajoso.

Conforme podem ver, e após a leitura do diploma, é um diploma que se dirige aos trabalhadores médicos das áreas de medicina geral e familiar, das áreas hospitalares e de saúde pública e também na área da medicina do trabalho, algo que o diploma nacional não faz qualquer menção, é também de adesão voluntária e não uma imposição, como foi o diploma a nível nacional e que gerou desde logo um descontentamento muito significativo entre a classe médica, produz efeitos no mês seguinte à apresentação do requerimento do trabalhador a dizer que quer aderir e naturalmente tem aqui várias particularidades que lhe conferem estas vantagens,

I Sessão Legislativa

Horta, quinta-feira, 12 de dezembro de 2024

desde já pelo facto de a nível hospitalar naquelas que são as especialidades que produzem trabalho no âmbito do serviço de urgência em vez de o limite legal máximo das 250 horas extraordinárias foram negociados com os sindicatos uma redução para 200 horas, portanto, menos 50 horas de trabalho extraordinário obrigatório que, os colegas do continente têm de produzir para que possam auferir deste aumento da sua remuneração base.

Também do ponto de vista das outras especialidades hospitalares que não façam trabalho de urgência, mas que têm de garantir mais 5 horas de prestação de serviços, não há aqui qualquer imposição que esse trabalho decorra ao sábado, consideramos que não era uma mais-valia, não era atrativo para os médicos virem trabalhar ao sábado, quando esse trabalho pode ser feito após o horário laboral durante a semana e que também seria uma mais-valia do ponto de vista das restantes classes que teriam de ser convocadas para virem trabalhar ao sábado, nomeadamente assistentes técnicos e assistentes operacionais, em vez de estarmos aqui a impor o trabalho ao sábado, damos a possibilidade desse trabalho ser estendido ao longo da semana.

Do ponto de vista das especialidades de saúde pública e de medicina de trabalho, portanto, estão preconizadas as 35 horas de trabalho habitual, mais 5 horas de trabalho, que deverá ser realizado ao longo da semana, entre as 8 da manhã e as 8 da noite.

E para finalizar no âmbito dos cuidados de saúde primários e atendendo às características geográficas das nossas ilhas, sabendo que há um limite mínimo do número de utentes que um médico tem que ter na sua lista para que possa usufruir deste regime de dedicação plena, nós vamos ter em conta as diversas características geográficas da Região, na medida em que, por exemplo, há ilhas em que nem todos os médicos têm inscritos 1.710 utentes, porque efetivamente não há esse número de utentes inscritos no centro de saúde, tudo isto faz com que, ao cumprirem os requisitos mínimos para esta adesão, haja aqui uma benesse sobre o vencimento mensal do médico, que é majorada em 25 %, atendendo a estas alterações que vos disse

anteriormente, consideramos que esta é uma proposta, além de ter sido consensualizada com os sindicatos do setor e pelas diferenças que apresenta, é significativamente melhor àquela que foi implementada a nível nacional e poderá ser um chamariz para que consigamos atrair médicos de outras especialidades, dos vários setores à Região Autónoma dos Açores e, portanto, é um diploma que naturalmente terá de ser implementado, que a classe médica está à espera já algum tempo da sua implementação e que consideramos que o facto de ter ocorrido uma negociação com os sindicatos é naturalmente uma mais-valia para a sua implementação. Obrigada.

Vozes de alguns deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Governo:
Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Secretária Regional. Sr. Deputado Pedro Pinto, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Pedro Pinto (CDS-PP):** Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

O Governo Regional apresenta-nos uma iniciativa legislativa muito importante para o futuro da saúde dos nossos concidadãos.

A proposta aprova o regime de dedicação plena no Serviço Regional de Saúde, quero em primeiro lugar, saudar o Governo pela apresentação da proposta que, a ser aprovada e estamos convencidos que o será, irá superar em muitos aspetos o regime que está implementado no continente.

Este diploma não é apenas uma mera formalidade, é o resultado de um processo negocial sério e construtivo, que contou com a concordância dos sindicatos médicos, é um reflexo do compromisso de todos os intervenientes em focar no essencial e que

é atrair e fixar profissionais médicos na nossa Região para que possamos garantir cuidados de saúde de qualidade a todos os açorianos.

No CDS acreditamos firmemente que um Serviço Regional de Saúde robusto e bem estruturado é fundamental para responder às necessidades da população, não podendo ser substituído por quaisquer outras formulações de sistemas de saúde, a não ser a estreita colaboração e articulação com os setores privado e social para preencher eventuais lacunas da resposta pública.

É preciso que nos lembremos que vivemos num arquipélago, pelo que garantir um Serviço Regional de Saúde forte e sólido é indispensável.

Deste modo, é necessário oferecer condições adequadas que permitam atrair e reter profissionais de saúde.

Desde 2021 que se deram passos significativos nesse sentido, resolvendo situações que estavam pendentes há anos.

Foi o Governo da nossa coligação que obteve importantes conquistas ao nível das valorizações das carreiras dos enfermeiros, dos farmacêuticos, técnicos de diagnóstico e terapêutica e obviamente, não esquecendo a carreira médica.

Como já referi o regime de dedicação plena, está agora em debate, é uma versão melhorada, muito melhorada do diploma e do regime nacional, a grande diferença, irrelevante já agora, é a adesão voluntária que concede liberdade de escolha ao médico, cada profissional poderá decidir se pretende trabalhar parcialmente no setor privado ou desempenhar funções de direção técnica ou coordenação ou chefia em entidades da saúde no privado ou no social ou, por outro lado, se opta por dedicar-se em pleno ao setor público, obtendo um complemento na ordem dos 25 %.

Esta flexibilidade é fundamental para que possamos responder às necessidades assistenciais dos açorianos, ao mesmo tempo que melhoramos as condições remuneratórias dos profissionais de saúde.

Além disso, o regime tem uma maior abrangência de áreas do que no continente, contemplando cuidados de saúde de medicina geral e familiar, hospitalar e também medicina do trabalho e saúde pública.

Outras diferenças marcantes para com o regime criado no continente pelo Governo do Partido Socialista de António Costa é o facto de não ser obrigatório trabalhar ao sábado e ser aplicada uma majoração de 25 %.

Outra diferença igualmente marcante e contrastante com o regime criado no continente foi o apoio e a aceitação dos sindicatos, após um processo negocial participado que foi conduzido pela Secretaria da Saúde.

Em suma esta iniciativa alicerça-se na garantia do direito de escolha dos médicos e na justa remuneração pela sua dedicação plena, tendo em conta as especificidades de cada ilha, e, aqui reside também uma particularidade deste regime é que é um regime que tem em conta a especificidade de cada uma das nossas ilhas.

Com isso, não estamos apenas a cuidar da saúde dos açorianos, mas também a valorizar quem se dedica a esta missão, é um passo decisivo para assegurar que todos os açorianos tenham acesso a cuidados de saúde de qualidade e para que os médicos sintam que o seu trabalho é reconhecido e valorizado nos Açores. Muito obrigado.

Vozes de alguns deputados da bancada do PSD: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado Paulo Margato tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Margato (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo,

Hoje, nesta Assembleia, discutimos mais do que um diploma legislativo, discutimos o futuro da saúde nos Açores.

I Sessão Legislativa

Horta, quinta-feira, 12 de dezembro de 2024

Discutimos a autonomia na sua essência, usada para fazer mais e melhor pelos açorianos.

E é por isso que venho aqui afirmar, com orgulho, o apoio total e inequívoco do PPM a esta proposta.

Este regime de dedicação plena é mais do que uma medida administrativa, é uma mudança estrutural, um compromisso firme com a saúde pública e com os profissionais que sustentam o nosso sistema.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, nos Açores, não seguimos. lideramos.

Este diploma vai além, garantindo mais médicos, profissionais mais dedicados, mais fixados e mais disponíveis.

Vai além, adaptando soluções às especificidades do nosso arquipélago.

Vai além, ao colocar o Sistema Regional de Saúde num patamar de qualidade superior.

Como se diz, “Mais vale um grama de prevenção do que um quilo de cura.”

Este diploma não é apenas uma resposta ao presente; é um investimento no futuro da saúde dos açorianos.

É um passo para prevenir desigualdades, evitar atrasos no acesso e garantir que os profissionais de saúde, mais valorizados, possam cuidar melhor de quem mais precisa.

Este Governo de coligação — PSD, CDS e PPM — tem demonstrado que a saúde é uma prioridade, não apenas para discursos, mas para ações.

Este diploma prova isso, ganhamos médicos mais presentes, ganhamos um sistema mais eficiente, com a possibilidade de até 200 horas suplementares, ganhamos equidade, ao fixar profissionais em todas as ilhas.

Mas este Governo não se ficou pela classe médica, enfermeiros, técnicos de diagnóstico e terapêutica, assistentes operacionais, e tantos outros profissionais de saúde também têm visto o seu esforço reconhecido. Estão hoje mais confiantes, mais seguros, mais bem remunerados.

Deputado Berto Messias (PS): É verdade!

O Orador: Este é o impacto direto de um Governo que governa com visão.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, o que estamos a decidir hoje é muito mais do que a aprovação de uma lei, estamos a decidir, se queremos um Sistema Regional de Saúde mais forte, mais justo, mais próximo das necessidades dos açorianos.

A autonomia é isto: coragem para inovar, coragem para liderar e, acima de tudo, coragem para cuidar dos açorianos.

Por isso, o meu voto é um voto de confiança, confiança neste Governo de coligação, liderado pelo Sr. Presidente José Manuel Bolieiro, que tem demonstrado visão estratégica e compromisso inabalável com o progresso.

Confiança na Sra. Secretária da Saúde, que lidera esta pasta com determinação e visão.

Hoje com a aprovação deste diploma damos mais um passo para construir um futuro melhor para todos e digo mais, nós, profissionais de saúde...

Deputada Andreia Cardoso (PS): Nós quem?!

Deputada Joana Pombo (PS): O Sr. esta semana não é!

O Orador: ... não precisamos só de palmas, precisamos também de ver as nossas carreiras reconhecidas, os Srs. não reconheceram em 24 anos.

Vozes de alguns deputados da bancada do PSD: Muito bem!

Deputado Gualberto Rita (PS): Já se esqueceram do que eu ouvi por causa dos armadores?!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Sr. Deputado José Toste tem a palavra faça favor. Sr. Deputado Paulo Margato pede a palavra para? Defesa da honra? Sr. Deputado, posso-lhe conceder a palavra para uma interpelação, faça favor.

(*) **Deputado Paulo Margato (PPM):** Sr. Presidente, portanto, quando oiço a Assembleia tão exaltada, porque eu digo “nós”, eu recordo o dia de ontem, que até disseram que estavam aqui a legislar em proveito próprio, eu não tenho vergonha de ser médico, a Sra. Secretária também não tem vergonha de ser médica e vai morrer como médica, agora, nesta Assembleia, há quem tenha vergonha de reconhecer a sua profissão, que durante uma legislatura inteira parece uma profissão falsa e agora retira de lá, não é verdade? Isto é que é a grande verdade.

Presidente: Sr. Deputado Paulo Margato, nós aqui estamos como Deputados Regionais.

Sr. Deputado José Toste, faça o favor.

(*) **Deputado José Miguel Toste (PS):** Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

A proposta que agora é trazida a esta Câmara no sentido de criar um regime de dedicação plena no Serviço Regional de Saúde, é uma proposta que surge no seguimento de um histórico legislativo feito a nível nacional e que agora, no fundo, é aplicado ou criado aqui na Região este regime da dedicação plena.

O regime da dedicação plena surge, pela primeira vez legislado no Estatuto do Serviço Nacional de Saúde em 2022 e em novembro de 2023 surge o regime jurídico, a sua, no fundo, legislação base e o seu enquadramento, com início de aplicação em janeiro de 2024 e, portanto, o que é agora trazido a esta Câmara, no fundo é um regime inspirado...

(Risos da Secretária Regional da Saúde e Segurança Social)

O Orador: ... no regime do Serviço Nacional de Saúde, mas com melhorias, não há qualquer problema em reconhecê-lo, e, estas melhorias surgem desde logo de um diálogo com as entidades representativas dos trabalhadores e, bem como, a própria Ordem dos Médicos na Região, que deram pareceres favoráveis a esta proposta que

está aqui em discussão e, portanto, nós temos aqui um regime de dedicação plena que sendo decalcado do regime nacional, foram introduzidas melhorias, mas há aqui uma questão que é importante, que tem que ver com o custo desta medida, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista é naturalmente favorável a este regime, à previsão deste regime no Serviço Regional de Saúde, achamos que ele é um mecanismo essencial para atrair médicos para o Serviço Regional de Saúde e também para fixar aqueles que já cá estão, porque este regime é aplicável não só a novos médicos, bem como aos que cá estão.

No entanto, este é um regime que tem custos...

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (*Paulo Estevão*): Claro!

O Orador: ... e, portanto, estes custos, num primeiro momento, levam-nos a colocar a questão à Sra. Secretária, qual é o impacto financeiro estimado da entrada em vigor deste regime de dedicação plena no Serviço Regional de Saúde.

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (*Paulo Estêvão*): Não se meta por esses caminhos.

O Orador: Mas tendo em consideração aqueles que são relatórios públicos do Tribunal de Contas relativamente à verificação das contas do Hospital da Horta, por exemplo, ou, por exemplo, do Hospital de Santo Espírito da ilha Terceira, onde se encontram no fundo verificados a existência de cerca de 23 milhões de euros no Hospital da Horta e de 41 milhões de euros no Hospital de Santo de Espírito da ilha Terceira, de despesas assumidas sem suporte financeiro, naturalmente que a aprovação deste regime levará a um aumento da dotação financeira das instituições do Serviço Regional de Saúde.

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (*Mónica Seidi*): E a Saudaço?!?

O Orador: Aliás, esta preocupação não é uma preocupação exclusiva do Partido Socialista, é uma preocupação que também é manifestada pelos próprios conselhos de administração dos hospitais da Região.

Relembro que o HDES no parecer que deu a esta iniciativa, refere de forma muito clara que convém, contudo, ressaltar que será indisponível o correspondente aumento da dotação financeira das instituições.

Em relação ao Orçamento, este parecer do HDES é dado a 5 de dezembro, em momento posterior ao Orçamento, a minha questão, Sra. Secretária, é no sentido de saber se a dotação para os hospitais e unidades de saúde na Região previstas para 2025 acautelam já o aumento de despesa que decorrerá da implementação deste regime.

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (*Mónica Seidi*): São mais 50 milhões. É pouca coisa?!

O Orador: Uma outra questão que se coloca e também não é aqui, trazida pelo Partido Socialista, é uma preocupação que têm os médicos e que têm as unidades de saúde dos hospitais que vão aplicar esta legislação, tem que ver com o regime de contratualização, refere o Hospital de Santo Espírito da ilha Terceira, que entende que o mesmo deve ser claro e também reduzido a escrito, se os hospitais e os USI's podem colocar condições particulares e, portanto, o que importa aqui clarificar é se os hospitais e as unidades de saúde de ilha podem colocar condições particulares a cada profissional para aceitar a dedicação plena, nomeadamente objetivos de produtividade individuais para cada um dos profissionais ou se os objetivos são aqueles que já decorrem de forma clara da lei.

Penso que é uma questão que importa clarificar tendo em conta as dúvidas que foram manifestadas pelos hospitais e pelas unidades de saúde em parecer apresentado à Comissão de Assuntos Sociais.

Uma outra questão que também foi aqui referida, tem que ver com o número de horas do trabalho suplementar, esta, de facto, é uma diferença em relação ao regime nacional, o regime nacional prevê 250 horas, o regime que é aqui proposto prevê 200 horas de trabalho suplementar mas o Hospital da Horta, por exemplo, e o Hospital de Santo Espírito da ilha Terceira, no fundo, o que vêm afirmar em sede de parecer é que

I Sessão Legislativa

Horta, quinta-feira, 12 de dezembro de 2024

este número de horas não é o número de horas suficientes para as necessidades de trabalho suplementar que já existem nessas instituições.

E, portanto, a minha questão, Sra. Secretária...

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi): Oh pá não tenho paciência.

O Orador: ... é no sentido de saber se esta redução é acompanhada de medidas que levem também à redução da necessidade de trabalho suplementar pelos profissionais de saúde.

Uma outra questão que também surge da análise do diploma, tem que ver com o exercício de funções de direção técnica, coordenação e chefia em entidades da área da saúde no setor privado ou social, a Unidade de Saúde da ilha Terceira e o Hospital da Horta chamam a atenção que o facto de estes profissionais aderirem a este regime que é aqui proposto poderá levar a que algumas dessas instituições fiquem sem profissionais para o exercício das funções de direção técnica, coordenação e chefia.

Eu entendo que é correto aquilo que se encontra legislado, no entanto, a minha questão, Sra. Secretária, é de saber de que forma é que será acautelado este potencial problema que surgirá da aplicação deste regime e que um problema que é identificado não pelo Partido Socialista, mas pelas unidades de saúde e hospitais da Região que vão aplicar este regime uma vez aplicado.

E, por último, uma última questão, Sra. Secretária, que tem que ver com a possibilidade de alargamento deste regime a outros profissionais do setor da saúde, no estatuto do Serviço Nacional de Saúde, prevê-se lá uma norma que é intenção de futuro alargar este regime da dedicação plena também a outros profissionais do setor da saúde e não exclusivamente aos médicos, a minha questão, Sra. Secretária, é se entende que no Serviço Regional de Saúde faz sentido alargar este regime também a médicos e a outros profissionais do setor da saúde. Obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Sra. Deputada Hélia Cardoso tem a palavra.

(*) Deputada Hélia Cardoso (CH): Obrigada, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

O Governo Regional apresenta uma proposta de criação de regime de dedicação plena para o Serviço Regional de Saúde, que traz um acréscimo de cinco horas semanais para a carreira médica, quer para cuidados primários prestados nas unidades de saúde de ilha quer nos cuidados diferenciados hospitalares.

Este regime já está a ser aplicado no serviço Nacional de Saúde, o que tem gerado descontentamento pelo atraso na Região.

A missão desta Assembleia Regional, no meu entender, não se restringe à transcrição de Projetos Legislativos da Assembleia Nacional, mas será o de aplicar as soluções que tragam mais valia para os Açores, melhorando-as.

No n.º 2 do art.º 8.º deste projeto tem a expressão “compromissos assumidos através do contrato de adesão”, em mais nenhum articulado deste projeto é explicitado ou definido em que consistem esses compromissos.

A proposta de alteração que o CHEGA apresenta e que já estão no vosso correio, tem por objetivo clarificar as contrapartidas do contrato entre o profissional da área médica e o seu conselho de administração.

Se o profissional prescinde de 5 horas semanais da sua vida pessoal para permanecer na sua unidade de saúde, é porque se espera benefícios em termos de prestação de cuidados de saúde para os utentes.

Se o Serviço Regional de Saúde vai investir recursos em mais horas de trabalho é uma consequência lógica que este investimento se traduza numa contrapartida de atividade clínica previamente quantificada, sendo assim, apresentamos uma proposta de

alteração para que essa quantificação conste na adesão de cada profissional sob a forma de contrato entre este e o seu conselho de administração.

Consta que os Srs. coordenadores da Comissão dos Assuntos Sociais elegeram a audição dos sindicatos como prioritário, quando a Secretaria Regional da Saúde já o tinha feito antes de submeter o projeto à Assembleia e consideraram suficiente um parecer escrito dos conselhos de administração das unidades de saúde.

O CHEGA foi o único a considerar importante ouvi-los presencialmente.

Vamos clarificar a dedicação plena é ou não um instrumento de gestão? Retiraram, assim, a possibilidade de discussão, apresentação de melhoramentos e oportunidade para esclarecimentos das dúvidas dos órgãos de gestão antes da efetivação do diploma.

Exigem milagres à gestão das unidades de saúde, mas não lhe dão os instrumentos nem valorizam o seu conhecimento dos problemas específicos e os contributos para a sua resolução, tenho dito.

(Aplausos dos Deputados da bancada do CH)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada. Sr. Deputado António Lima, faça favor.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

A proposta de Decreto Legislativo Regional que cria um regime de dedicação plena para os trabalhadores médicos do Serviço Regional de Saúde, surge cerca de um ano da aprovação da mesma medida a nível nacional e pese embora algumas questões que diferem daquilo que vigora a nível nacional, elas não são de sobremaneira muito relevantes, há diferenças, mas a sua natureza não é propriamente de uma qualquer revolução, o que leva em primeiro lugar a considerar esta proposta uma forma mais do que captar profissionais para os Açores, é mais uma proposta para tentar atenuar a saída de trabalhadores médicos do Serviço Regional de Saúde. Porque efetivamente,

I Sessão Legislativa

Horta, quinta-feira, 12 de dezembro de 2024

se nada se fizesse e, na verdade, já passou bastante tempo desde que o regime da dedicação plena vigora a nível nacional, com os problemas todos que existe, e, a nossa crítica a ele, a nível nacional, é conhecida, o facto de não existir a nível regional criava uma desigualdade e um incentivo a que os médicos, olhando para as condições rapidamente, muitos pudessem optar por não vir para os Açores ou trabalhar ou sair até dos Açores.

E nesse sentido, o que esta proposta poderá fazer, mais do que captar alguém ou atrair alguém para a Região, é levar a que eventualmente alguns optem por se manter na Região, isso é positivo, não há dúvidas.

O Orador: Agora não trará certamente uma mais-valia de fundo...

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Pagar mais é mau para o Bloco de Esquerda.

O Orador: ... para o Serviço Regional de Saúde, uma diferenciação de fundo para o Serviço Regional de Saúde que permita a atração de profissionais para a Região e sabemos da escassez de médicos que há no país e do problema que podemos cada vez mais ter, ou da dificuldade que provavelmente acontecerá no futuro, que é de atrair jovens médicos para a Região, esse é um problema de fundo.

Como é evidente esta proposta, se não existisse, teríamos um problema cada vez maior, nesse aspeto a nossa avaliação é esta.

Agora, o regime de dedicação plena tem alguns problemas e mesmo o que vigora a nível nacional é alvo da nossa crítica, em primeiro lugar pelo pouco valor de majoração salarial que existe, aqui é 25 % também, o que leva que naturalmente a que não havendo essa diferenciação, não é mais atrativa a esse nível o regime dos Açores, por outro lado, a majoração de pontos para a carreira também seria fundamental, muito mais atrativa do que acontece neste momento e, a questão das incompatibilidades também aquilo que o regime que vigora é, na nossa opinião, demasiado permissivo, ora, mediante autorização da gestão dos hospitais e unidades de saúde de ilha continuará a ser permitido acumulação em determinadas circunstâncias.

I Sessão Legislativa

Horta, quinta-feira, 12 de dezembro de 2024

Ora, para garantir um Serviço Regional de Saúde dotado de recursos e um Serviço Regional de Saúde mais atrativo do que aquele que nós temos era preciso ir muito mais longe, aquilo que temos defendido a nível nacional e continuamos a defender e defendemos aqui é efetivamente uma majoração de 40 % do salário base.

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (*Paulo Estêvão*): E dinheiro para pagar?! São mais 50 milhões para a Saúde, pelo amor de Deus! Já não temos a Saudação para *varrer para baixo!*

O Orador: Como é óbvio, essa majoração tem que ter outras contrapartidas, um regime mais restritivo na acumulação de funções.

Por outro lado, este regime que o Governo propõe e o que vigora a nível nacional continua a fazer depender principalmente ao nível das horas, continua a alargar melhor dizendo, o número de horas de trabalho suplementar previsto, contrariando aquele que é o limite, que é legal e que devia vigorar, que é o das 150 horas.

E um Serviço Regional de Saúde ou um Serviço Nacional de Saúde que está totalmente dependente e o Serviço Nacional de Saúde que também está totalmente dependente de trabalho suplementar é um serviço que está deficitário, está muito deficitário, e, esse é efetivamente um problema.

Finalmente dizer que, tendo em conta os últimos anos, financiamento ou a falta dele do Serviço Regional de Saúde, dos hospitais, das unidades de saúde de ilha, nós certamente que não podemos deixar de dizer, que sem muito mais recursos financeiros, ...

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (*Mónica Seidi*): Mas o senhor quer aumentar 40%?! Isso é muita irresponsabilidade.

O Orador: ... este regime não terá aplicabilidade, sem muito mais recursos financeiros e é efetivamente preciso que, não só o Orçamento preveja os valores para a aplicação deste regime, mas que, na nossa opinião, era preciso um Orçamento que tivesse outros recursos, para garantir que efetivamente nós teríamos um Serviço Regional de Saúde que fosse mais atrativo para os médicos, isso é caro? É! Mas mais

caro será se nós não tivermos médicos nos quadros das nossas instituições do Serviço Regional de Saúde e tivemos que pagar rios de dinheiro a empresas de prestação de serviços e a tarefeiros, porque aí não há regime de exclusividade, nem dedicação plena, nem dedicação exclusiva que os valha, aí é pura e dura prestação de serviços, é a lei do mercado, e, na lei do mercado é a lei da selva, quem não tem os recursos tem que contratar ao peso que o mercado impuser e isso no futuro sairá muito mais caro do que os 25 % que o Governo propõe ou os 40 % que o Bloco de Esquerda propõe.

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (*Paulo Estêvão*): Oh Sr. Deputado e o dinheiro?!

O Orador: Muito mais caro, muito mais caro. Pergunta o Sr. Secretário Regional e o dinheiro? Ó Sr. Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares, então não foi o Governo que, ainda outro dia ouvi o Sr. Presidente do Governo dizer que são 190 milhões de euros que decide estarem na economia, esses 190 milhões de euros ou pelo menos parte deles podiam estar no Serviço Regional de Saúde, porque são impostos que o Sr. abdica de cobrar...

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (*Paulo Estêvão*): Vai tudo para a Saúde? E a agricultura? E os transportes?

O Orador: ... a quem está a lucrar milhões, por exemplo, no tempo com o aumento dos preços dos bens essenciais, é essas opções que estão em cima da mesa, porque quando nos dizem que não há dinheiro, não há dinheiro grande parte por opção vossa. Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Pergunto se há mais inscrições? Sra. Deputada Salomé Matos, faça o favor, tem a palavra.

(*) **Deputada Salomé Matos (PSD):** Obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Das intervenções que me antecederam é notória um consenso geral das vantagens que este regime pode trazer, efetivamente já foi aqui dito, estamos a falar de uma proposta

que, no âmbito daquelas que são as competências do Governo que segue a linha de diploma semelhante ou muito aproximado, no território nacional já há cerca de um ano, tem a virtude de corresponder a especificidades, a características específicas de diversas instituições ou áreas de intervenção médica também numa região arquipelágica, este é um trabalho que tem vindo a ser feito, apesar de, já até anunciado previamente, mas depois do Conselho de Governo do dia 3 de outubro, recentemente, portanto, foi dada nota da intenção do Governo implementar este regime, desde então e um aspeto que achamos fundamental e que eu gostaria de ressaltar e já foi aqui também valorizado, é o facto de ter agregado aquilo que são as exposições dos sindicatos e corresponder, aliás, isso é visível pelos dois pareceres que recebemos dos sindicatos, estruturas sindicais dos médicos com representatividade na Região e também da Ordem dos Médicos que ainda não tendo funções na área laboral, mas que, enquanto órgão de acompanhamento da profissão, portanto, são favoráveis.

Rececionamos, penso que a totalidade, mesmo de todas as instituições de saúde, hospitais e unidades de saúde, que a Comissão onde este diploma teve consultou, efetivamente há uma unanimidade em todos estes pareceres, todas as instituições veem vantagens e dão um parecer favorável, deixando obviamente aspetos para serem considerados e levantando preocupações para a sua operacionalidade, nada que lese ou choque ou leve a questões de maior na aprovação deste diploma, são questões de operacionalidade muito específicas para as quais, efetivamente, como qualquer legislação obriga depois no âmbito da sua operacionalidade a ter em conta.

As vantagens deste diploma, eu gostaria de ressaltar a questão da adesão voluntária, que se distancia daquilo que é o conceito a nível nacional e, portanto, parece-me que é de dar uma nota positiva a este aspeto.

É efetivamente até mais abrangente, como a Sra. Secretária aqui já disse, já todos reconhecemos que abrange determinadas áreas que o diploma nacional não contempla.

O objetivo claramente é funcionar, não é, diante de uma de uma carência de um recurso que é escasso efetivamente conseguir que este instrumento seja um mecanismo de captação e de fixação de profissionais médicos e julgo que serve claramente esse objetivo.

Há algumas questões que foram aqui levantadas e com as quais o Grupo Parlamentar do PSD não se vê que sejam entraves à sua aprovação ou aplicação, e, eu daria, a título de exemplo algumas, nomeadamente a questão da necessidade ou não de uma contratualização, porque, parte de um pressuposto não é, que, atualmente, no fundo, o que estamos a falar é de um acréscimo de 5 horas a trabalhadores que prestam 35 horas de trabalho.

Essas 35 horas já são regidas por uma distribuição de trabalho e por um cumprimento de metas e de objetivos que decorre neste momento, portanto, estamos meramente a falar de uma contrapartida pela prestação de mais 5 horas de trabalho e que não me parece que levante questões de maior, uma vez que compete obviamente às hierarquias internas das instituições, as suas direções clínicas, fazer uma distribuição semanal ou diária daquilo que são os vários postos de trabalho em função das áreas. Portanto, quando no dia a dia não temos propriamente uma contratualização diária à hora daquilo que o profissional faz para 35 horas semanais, parece-me eventualmente excessivo a determinação de uma contratualização pouco flexível daquilo que se espera destas 5 horas e, portanto, essa é a realidade que assistimos no setor público, contamos com os diretores clínicos para essa distribuição.

No fundo é efetivamente uma versão melhorada, com custos naturalmente, mas também sabemos que a saúde para servir os objetivos a que se destina tem custos, não é um setor onde se espere receita e, portanto, é natural que tem custos e a Sra. Secretária naturalmente tem essa contabilização feita e dará nota disso.

E, portanto, da parte do PSD vemos que este é um regime que deve quanto antes ser colocado em prática e naturalmente que a sua operacionalização vai obedecer a um trabalho interno de cada instituição, como todo o enquadramento legal que aqui

I Sessão Legislativa

Horta, quinta-feira, 12 de dezembro de 2024

aprovamos e que não vamos ao pormenor de irmos dizer às instituições exatamente qual é a distribuição ou como farão a distribuição de trabalho. Obrigada.

Vozes de alguns deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Governo:

Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada. Sr. Deputado Paulo Margato, faça o favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Margato (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

Só para trazer aqui algo que eu penso ser importante e que não ouvi neste debate é que o médico quando passa do regime 35 para 40 horas está de facto a dar 5 horas efetivas de atendimento, porque ele no regime 35 horas tem direito a 5 horas semanais que são horas não assistenciais, portanto, são horas que ele se dedica a passagem de receituário, a ver exames e outras burocracias inerentes à profissão.

Mas quando ele passa um regime de 35 para 40 horas, as 5 horas de acréscimo são, de facto assistenciais efetivas em observação clínica. Muito obrigada.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado. Pergunto se há mais inscrições? Sra. Secretária Regional de Saúde e Segurança Social faça favor.

(*) **Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi):** Obrigada, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo. Já ouvi aqui, por várias vezes, dizer que a proposta levou um ano, como que, a dizer que havia um atraso de um ano, eu já expliquei porque é que houve este atraso, porque houve uma solicitação da parte dos sindicatos para que houvesse aqui uma proposta melhorada, porque caso contrário a aplicação da lei nacional fazia-se diretamente à Região Autónoma dos Açores e, portanto, este *delay* deve-se essencialmente a esta

necessidade em negociar, e, a proposta até não demorou mais tempo porque o Governo teve que dar entrada com pedido de urgência para que a mesma fosse agendada, porque senão só em 2025 é que a proposta subiria e, portanto, aqui há da nossa parte todo o empenho.

Mas isso também é só um pormenor, porque efetivamente estamos a debater uma proposta que todos reconhecem, que é uma mais-valia para a Região e não tenho a menor dúvida que será naturalmente alvo de várias perguntas, várias candidaturas por parte dos interessados, porque há aqui contrapartidas, o Sr. Deputado Paulo Margato até tem tocado num assunto que eu nem me tinha recordado, a questão das 5 horas não assistenciais que já estão previstas e, é claro que neste diploma, além das 5 horas para os médicos que não fazem urgências de 12 horas, há naturalmente mais 50 horas, 50 horas de períodos de urgência, são períodos de 12 horas, ou seja, estamos a falar de pelo menos mais quatro turnos de serviço de urgência, além das 150 horas legalmente previstas, como é que nós conseguimos quantificar o trabalho destas 12 horas? Eu não consigo pedir ao médico que num dia atenda sete doentes, que no outro dia atenda 14 doentes, ou que no outro dia atenda 20 doentes, isso não é mensurável, para mim já é objetivo que esses, pelo menos quatro turnos de serviço de urgência, venha aliviar a dificuldade imensa que algumas instituições tem de pelo menos fazer escalas de urgência, isso para nós já é uma mais-valia, além de que só a partir da hora número 201 é que esses médicos irão receber à luz do diploma do trabalho suplementar que esteve em vigor até 31 de dezembro de 2024 e que foi prorrogado com a aprovação do Orçamento para 2025 e que também estará em vigor ao longo de 2025.

E, portanto, isto para mim já é um objetivo claro, já vem facilitar a vida a algumas instituições que, por a ausência de recursos humanos, tem dificuldade em fazer escalas de urgência.

Em relação aos custos que estão aqui associados, Srs. Deputados, que não foi só o Sr. Deputado José Miguel Toste que colocou esta dúvida, nós há duas semanas votámos aqui o Orçamento para 2025, o Orçamento regional previsto para o setor da Saúde é

o mais elevado de sempre, aprovamos aqui nesta Casa com o voto contra do Partido Socialista, um reforço de 50 milhões de euros, naturalmente que este reforço já vem prever aqui melhorias que vão ser feitas às carreiras porque efetivamente é nas carreiras, é na massa salarial que o Serviço Regional de Saúde, em virtude das opções deste Governo, de melhorar as condições e valorizar as carreiras da saúde, tem tido efetivamente uma despesa muito significativa e posso-lhe dizer, Sr. Deputado que para despesas de pessoal, os compromissos estão sempre garantidos e também posso-lhe dar nota que eu, à data de hoje, não lhe consigo dizer ao cêntimo qual é o impacto financeiro, para mim é um impacto que é real e que naturalmente é o mais importante, que é o facto de este regime contribuir para uma melhoria nos cuidados que serão prestados aos açorianos pela motivação dos profissionais.

Posso-lhe dizer à data de hoje, se todos os profissionais elegíveis, se todos os médicos elegíveis, quer nas unidades de saúde de ilha, quer nos hospitais, aderissem ao regime, tínhamos um impacto de aproximadamente 6 milhões de euros ao ano, se todos aderissem ao regime, não vão todos aderir, porque naturalmente uns têm incompatibilidades, outros não têm disponibilidade para continuar a fazer horas extra acima daquilo que é legalmente previsto e outros não vão querer trabalhar acima do seu horário de trabalho mais 5 horas.

Portanto, esta é uma opção que os médicos têm, mas posso-lhe dar nota que se todos aderissem, se a amostra de médicos aderisse no máximo custaria 6 milhões de euros anualmente.

E também lhe posso dar nota que há instituições que infelizmente só têm um médico em condições de aderir porque ou estão a tempo parcial e não são elegíveis ou estão em regime de exclusividade e não são elegíveis, portanto, as unidades de saúde de ilha, efetivamente tem um número muito reduzido, naturalmente com maior impacto está nos três hospitais da Região e dentro deste universo dos três apenas em dois, em Angra do Heroísmo e no Hospital do Divino Espírito Santo, e, portanto, penso que também respondi à sua pergunta.

Em relação à questão que falou dos compromissos, deixe-me dar-lhe nota do seguinte, Sr. Deputado, estamos todos preocupados naturalmente, com a falta de, ou impossibilidade de alguns hospitais, como tem sido notícia de conseguirem cumprir com os seus compromissos, mas o Sr. Deputado bem sabe que o relatório n.º 6 de 2022, a verificação de conta interna destes dois hospitais em 2019, em 2019, nem preciso dizer mais nada... quais eram as funções do Sr. Deputado em 2019... já nessa altura quer o Hospital da Horta, quer o Hospital de Santo Espírito da ilha Terceira não respeitaram os fundos, o Hospital da Horta excedeu os fundos em 11 milhões, o Hospital de Santo Espírito em 30 milhões, portanto, isto é, infelizmente uma situação crónica que já todos percebemos nesta Casa, está associada ao subfinanciamento crónico.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: Mas também lhe digo uma coisa, deixe-me dizer-lhe uma coisa, os hospitais da Região não vão deixar de prestar serviços de qualidade aos açorianos por falta de financiamento, e, se nós formos avaliar o aumento exponencial dos custos desde 2019 até agora, além da massa salarial, deixe-me dizer-lhe uma coisa, tudo o que é custos com consumíveis, medicamentos e materiais que são utilizados para cirurgias, há um aumento exponencial e posso lhe dar nota do seguinte, nem vou entrar em grandes pormenores, mas posso-lhe dar nota que no Serviço Regional de Saúde não fica ninguém para trás e também posso-lhe dar nota que desde julho até ao início de dezembro, há pelo menos um doente do Serviço Regional de Saúde, que custa 3 milhões de euros ao Serviço Regional de Saúde, quero com isto dizer que, independentemente deste aumento exponencial de custos, não fica ninguém para trás e os cuidados de saúde estão garantidos à população, isso sim, é o mais importante, um único doente que custa 3 milhões de euros ao Serviço Regional de Saúde.

Vozes de alguns deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Governo:

Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

A Oradora: Só para terminar esta primeira fase, dizer que em relação ao alargamento aos outros profissionais de saúde, este Governo já deu provas que está disponível para continuar a melhorar as condições de trabalho, isto é, prova, nos técnicos superior de diagnóstico e terapêutica, nos enfermeiros, nas carreiras gerais, estamos a trabalhar para efetivamente melhorar as condições de trabalho.

Não se faz tudo um dia, não! As mesmas pessoas que trabalham nos processos de valorização dos enfermeiros são as mesmas pessoas que fazem os processos de valorização dos técnicos superior de diagnóstico e terapêutica, dos técnicos auxiliares de saúde e dos médicos, e, portanto, é impossível fazer tudo de uma vez só, mas estamos a fazer aquilo que prometemos e vamos cumprir com o nosso objetivo.

E para terminar, penso que respondi de forma, em geral a todos os Srs. Deputados, em relação à avaliação da produtividade, a Deputada Salomé também deu aqui dois exemplos que me parecem bastante práticos, eu só queria relembrar que todos os médicos estão sujeitos a uma avaliação de desempenho e também que em sede de revisão do ACT esse modelo será definido e, portanto, eu penso que é nesta avaliação de desempenho que a produtividade do profissional de saúde deve ser avaliada e não neste regime de dedicação plena. Muito obrigada.

Vozes de alguns deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Governo:

Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sra. Secretária Regional. Sr. Deputado José Toste.

(*) **Deputado José Miguel Toste (PS):** Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

I Sessão Legislativa

Horta, quinta-feira, 12 de dezembro de 2024

Em relação aos relatórios do Tribunal de Contas que foram aqui trazidos pela Sra. Secretária, ...

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (*Mónica Seidi*): Trazidos por si.

O Orador: ... eu referi este exemplo apenas para manifestar uma preocupação que deve ser uma preocupação de todos, que tem que ver com o agravamento da situação financeira do Serviço Regional de Saúde e com o agravamento da situação financeira dos hospitais da Região.

Sra. Secretária Regional, decidiu citar aqui um relatório do Tribunal de Contas de 2019, no fundo, para dizer que em 2019 já se verificava este problema, dizendo, por exemplo, que no Hospital da Horta o problema era na ordem dos 11 milhões de euros e no Hospital de Santo Espírito da ilha Terceira o problema era na ordem dos 30 milhões de euros.

Sra. Secretária, este Governo Regional comprometeu-se em acabar com o subfinanciamento do Serviço Regional de Saúde, ...

(Protestos dos Membros do Governo)

O Orador: ... foi este o compromisso do Governo Regional, no entanto, os dados que foram aqui trazidos pela Sra. Secretária demonstram, que houve um agravamento, ou seja, entre 2019 e 2023, no Hospital da Horta, as despesas sem cabimento duplicaram, no Hospital da ilha Terceira não duplicaram, mas aumentaram em 10 milhões de euros.

Portanto, o problema que os Srs. disseram que iam resolver, não só não resolveram como o agravaram e, portanto, torna aqui legítima as preocupações do Partido Socialista quanto à implementação plena deste regime de dedicação plena, que vai ser aplicado.

Deputada Andreia Cardoso (*PS*): Muito bem!

O Orador: Pelo seguinte motivo, é aqui aprovado um regime que vai ter um impacto, caso todos adiram, e, portanto, o impacto máximo deste regime pode ser na ordem dos 6 milhões de euros, a Sra. Secretária fala num reforço de 50 milhões de euros para 2025, mas está comprovado que este reforço de 50 milhões de euros é todo consumido pelas despesas sem cabimento do Hospital da Horta e do Hospital de Santo Espírito da ilha Terceira e, portanto, nem é necessário aqui trazer à colação o Hospital do Divino Espírito Santo, onde o problema, naturalmente, é mais grave do que destas 2 instituições, para demonstrar que o problema de subfinanciamento, não só não está a ser combatido como como está a ser agravado.

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi): E a Saudaço?!?

O Orador: Mas esta não é a discussão, a discussão é sobre o regime da dedicação plena e as vantagens que este regime podem trazer para os utentes do Serviço Regional de Saúde, não obstante as preocupações financeiras também deverem ser aqui tratadas e trazidas à colação.

Houve uma questão que lhe coloquei, Sra. Secretária, que tem que ver com o facto de haver incompatibilidade entre o regime da dedicação plena e o exercício de funções em unidades de saúde, seja do setor privado, seja do setor social, funções que têm que ver com a direção clínica das mesmas.

Algumas unidades de saúde, unidades de saúde ilha e hospitais, manifestam a preocupação com aquilo que pode ser colocado em causa, a Sra. Secretária tutela não só o Serviço Regional de Saúde como o Sistema Regional de Saúde e, portanto, havendo responsabilidade da Sra. Secretária neste sistema, a pergunta é, de que forma é que serão acautelados os impactos negativos que podem ter ao nível das direções clínicas destas instituições, que também elas são parceiros essenciais do Serviço Regional de Saúde? Disse.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Sra. Secretária Regional da Saúde tem a palavra.

(*) Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi): Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Deputado José Toste, começando do fim para o princípio, efetivamente eu esqueci-me de responder à sua questão, mas deixe-me dar-lhe nota que isso naturalmente está a ser acautelado, ou seja, a Região tem efetivamente um número reduzido de médicos e isso podia fazer com que vários médicos deixassem de ser diretores clínicos nas instituições privadas ou do setor social para aderirem só ao regime de dedicação plena, como nós estamos a nível com os sindicatos a fazer uma revisão dos ACT's, aquilo que vai prevalecer é o regime mais favorável, ou seja, não configurará um impedimento, uma vez que isto está a ser negociado, penso que assim fica acautelado, atendendo às nossas especificidades e ao contrário daquilo que está previsto no continente, mas face ao número reduzido de médicos aqui na Região, será possível manter estas duas situações, porque senão haveria aqui o encerramento de algumas clínicas que prestam serviço importante e que dão uma resposta também no âmbito do Serviço Regional de Saúde.

Em relação às suas considerações, eu sinceramente confesso que começo a ficar um bocadinho saturada deste passa culpas em relação à dívida, os Srs. deixaram uma herança de 915 milhões de euros em dívida no Serviço Regional de Saúde e, portanto, o Sr. Deputado e o seu partido não têm qualquer legitimidade em vir falar em dívidas e preocupações orçamentais, a diferença é que a dívida...

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

I Sessão Legislativa

Horta, quinta-feira, 12 de dezembro de 2024

A Oradora: ... antes estava escondida e agora a dívida é pública, isso faz toda a diferença e, portanto, um reforço de orçamento de 50 milhões de euros mais a possibilidade de outros 150 milhões para conversão da dívida comercial em dívida financeira, ó Sr. Deputado, nunca o seu partido, mesmo havendo um Partido Socialista a governar na República, conseguiu tamanha ajuda de um governo nacional. Muito obrigado.

Vozes dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo:
Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Secretária Regional. Sr. Deputado José Toste, faça favor.

(*) Deputado José Toste (PS): Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Sra. Secretária, contradiz a Sra. Secretária citou um relatório do Tribunal de Contas de 2019, onde está claro qual era aquelas que eram as despesas sem cabimento dos hospitais e, portanto, não houve aqui qualquer dívida escondida em relação à Saúde nos governos do Partido Socialista. E, portanto, os mesmos relatórios do Tribunal de Contas, que em 2023 atestam as dívidas dos hospitais são os mesmíssimos relatórios que a Sra. Secretária acabou de citar aqui para 2019 e, portanto, isto demonstra que não havia aqui qualquer dívida escondida.

(*) Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi): O senhor sabia, os açorianos é que não sabiam.

O Orador: Mas Sra. Secretária, a Sra. Secretária, quando vem e evoca aqui a solidariedade nacional, no fundo, o que está a afirmar foi a incapacidade deste Governo Regional em quatro anos de resolver o problema...

I Sessão Legislativa

Horta, quinta-feira, 12 de dezembro de 2024

(*) Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi): Oh senhor 900 milhões de euros em 4 anos?!

O Orador: ... do subfinanciamento crónico do Serviço Regional de Saúde.

E, portanto, ao invocar a solidariedade nacional está a admitir uma falha naquela que era uma prioridade do Governo Regional de combate ao subfinanciamento.

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (Paulo Estêvão): Isto é inacreditável!! Mais de 1000 milhões de euros!!

O Orador: Uma questão que importa aqui clarificar, tem que ver com as dívidas aos fornecedores no Serviço Regional de Saúde e, portanto, é assim, há um empréstimo e há uma solidariedade nacional, mas é uma solidariedade nacional que está alocada a um fim e que tem que ver com a redução da dívida da Região.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Má opção. É uma péssima opção.

O Orador: E esta alocação, o fim prende-se com uma coisa, com o contributo negativo que a Região tem dado para a dívida pública do País e, portanto, é normal esta solidariedade nacional que, no fundo, visa apoiar a Região na redução da sua dívida, que foi incapaz de reduzir ao longo dos últimos anos, disse.

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (Paulo Estêvão): O que vale é que ninguém ouve aquilo que o senhor diz!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado João Bruto da Costa tem a palavra.

(*) Deputado João Bruto da Costa (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Esta intervenção do Sr. Deputado José Toste, obriga-me a lembrar duas coisas, o anterior Governo do Partido Socialista teve a dívida da Saúde a zero foi posta a zero e os Srs. saem do Governo com quase mil milhões de euros de dívida e vem-nos dizer

a nós que nós tínhamos que em quatro anos resolver um problema que os Srs. deixaram, uma herança deste tamanho, desta dimensão.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

O Orador: É absolutamente incrível da sua parte, o Sr., estando nós a discutir um diploma que é um benefício para a Região e que só está neste Parlamento porque o Governo invocou o art.º 125.º do Regimento para isto subir a Plenário, ...

Deputada Andreia Cardoso (PS): É uma coisa inacreditável!

O Orador: ... porque eu quero aqui lembrar, já agora quanto à demora do diploma estar aqui, no dia 14 de outubro, o Sr. Presidente da Assembleia despachou para a Comissão dos Assuntos Sociais com um prazo de parecer até dia 25 de novembro. Depois de chegar à Comissão dos Assuntos Sociais e, portanto, tendo sido despachado pelo Presidente a 14 de outubro, só a 31 de outubro a Comissão aprova o pedido de pareceres escritos...

Deputada Andreia Cardoso (PS): Só aprova?! A coisa está a correr mal, para o senhor estar nesse desespero!

O Orador: ... à Ordem e aos Sindicatos, 20 dias depois, só a 2 de novembro é publicado o anúncio na imprensa para consulta pública, que terminou a 2 de dezembro.

A 21, só a 21 de novembro, ou seja, praticamente um mês, levou a enviar os ofícios a solicitar pareceres escritos.

Ou seja, a 31 de outubro, a Comissão aprovou o pedido de pareceres escritos e só a 21 de novembro é que os ofícios saíram da Comissão para solicitar os pareceres escritos à Ordem e aos Sindicatos, depois, a 3 de dezembro, o Governo viu-se obrigado a invocar, porque já tinha passado o prazo para a Comissão emitir parecer, o art.º 125.º do Regimento para que hoje possamos estar aqui a discutir este diploma...

Deputada Andreia Cardoso (PS): Isto é incrível!!

O Orador: ... que é importante para a Região e é benéfico para todos nós e, portanto, é lamentável...

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: ... que alguma vez o Sr. possa invocar estas duas coisas, “só estarmos agora aqui” e “falar de dívida”, acho que sinceramente o Partido Socialista falar de dívida na Saúde, é muita falta de vergonha e muita falta de memória, mas nós não vamos deixar de lembrar, sempre que for necessário, a dívida que os Srs. nos deixaram para pagar e as dificuldades de financiamento do Serviço Regional de Saúde, que nós estamos a tentar resolver com o reforço de financiamento deste Serviço Regional de Saúde para tentar e ir tentando sempre paulatinamente e com muita convicção, resolver o subfinanciamento do Serviço Regional de Saúde. Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Sra. Deputada Hélia Cardoso faça favor.

(* Deputada Hélia Cardoso (CH): Obrigada, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

Em particular, Sra. Deputada Salomé, o que propomos não é um controle da produtividade, mas quantificação da produção, acho que todos nós, a começar pelo Governo tem que prestar contas aos cidadãos, ao dizer que se vai investir no máximo 6 milhões de euros num aumento de atividade, eu acho que não será de pedir muito que se diga em que é que se vai gastar os 6 milhões,...

Deputado José Pacheco (CH): Exatamente!

A Oradora: ... em x consultas, em x horas de urgência, em x meios complementares de diagnóstico, vamos dignificar a nossa informação, as pessoas têm uma má imagem

do Serviço Regional de Saúde, precisamente porque não existe essa informação de quantidade. Obrigada.

(Aplausos dos Deputados da bancada do CH)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada. Sr. Deputado Pedro Neves faça favor,

(*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

O PAN irá votar favoravelmente esta iniciativa, não pode concordar com o Grupo Parlamentar do CHEGA, porque eu acho que estamos numa altura, e, depois de alguns anos, que qualificar o trabalho dos médicos será bem melhor do que a quantificação, isto também para a aproximação dos próprios utentes e tentar fazer isto como os utentes fossem caixinhas, caixas de papelão, eu não posso, obviamente concordar, respeito a vossa posição, mas já existe, tanto no Serviço Nacional de Saúde, como no Serviço Regional de Saúde, um rácio relativamente à qualificação e a quantificação, que não é assim tão fácil de perceber porque tem nuances, que consultas é que nós estamos a falar? É ver um frúnculo na orelha? É ver uma pessoa que provavelmente poderá ter um diagnóstico de cancro? Há aqui completamente diferenças para quantificarmos e não sabemos à partida qual é o tempo...

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi): O senhor não sabe o que está a dizer. Isso é um desconhecimento total do sistema.

O Orador: ... que nós podemos ou não gastar, por isso, não concordo na quantificação, concordo sim na qualidade do Serviço Regional de Saúde.

Sra. Secretária, sobre o diploma, e, eu estava neste caso, a ajudar-lhe, pelo contrário, prontos.

Mas eu também sugiro, e isto é uma segunda ajuda, que é melhor mudarmos o título, o título em vez de ser dedicação plena, ser dedicação semiplena, porque à partida e eu sempre defendi e a campanha que nós tivemos em 2024 está bastante perto, ainda

foi este ano, e eu sempre defendi isso, aliás, em 2020 defendi isso, em 2024 e até ia mais além, porque, eu acho que só a partir de 100 % para exclusividade do médico dentro do Serviço Regional ou Serviço Nacional de Saúde é que nos vamos conseguimos fazer a diferença, porque se o médico só com um aumento de 25 %, neste caso, tendo em conta que pode ir para o privado, seja em termos de consultório, em São Miguel no hospital privado, consegue num fim de semana ir buscar muito mais do que aquilo que nós conseguimos oferecer e também se compararmos com o Serviço Nacional de Saúde, nós temos que fazer a diferença entre os dois serviços, porque é a única forma de nós conseguirmos incentivar mais médicos para vir para os Açores, porque senão preferem ficar obviamente no continente.

E eu pensava, e que fosse mais para exclusividade, mas também percebo com 25 %, seria impossível fazer isso. Obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Sra. Deputada Sandra Costa Dias tem a palavra faça favor.

(*) **Deputada Sandra Costa Dias (PS):** Obrigada, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Tomo a palavra para responder àquilo que foi o repto lançado, ou as declarações feitas pelo Sr. Deputado Bruto da Costa relativamente àquele que foi o trabalho da Comissão de Assuntos Sociais. Esta já começa a ser uma prática reiterada do PSD...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Óbvio!!

A Oradora: ... relativamente aos trabalhos da Comissão de Assuntos Sociais.

Mas devo dizer que, deu entrada na CAS, foi pedido a 14 de outubro, na reunião seguinte da CAS foram deliberadas diligências, a 6 de novembro tivemos reunião da CAS para audições do Plano e Orçamento e a reunião seguinte, a agenda foi, como é sempre, consensualizada com todos os Grupos Parlamentares e aprovada pelo Grupo Parlamentar do PSD que não pedia a urgência da audição da Sra. Secretária e, portanto, estávamos em prazo de ainda pedir a audição da Sra. Secretária, foi entendimento de fazer subir ao Parlamento, aqui estamos a discutir.

I Sessão Legislativa

Horta, quinta-feira, 12 de dezembro de 2024

Qual é a questão, que reiteradamente, se coloca aquele que é o funcionamento da CAS é que não se percebe.

Outra questão que tem aqui interesse lembrar é que o agendamento poderia ter sido pedido pelo Grupo Parlamentar do PSD quando apresentada a proposta e não foi pedido, portanto, teria sido naturalmente aceite.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada. Sr. Deputado Paulo Margato tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Margato (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

Todos aqui presentes nesta sala recordam-se da Saudaço, penso eu, a Saudaço deixou-nos uma herança de mais de mil milhões de euros.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito bem!

O Orador: Mil milhões de euros e agora, passado quatro anos, vêm perguntar à Sra. Secretária e vêm falar da dívida, como se a dívida fosse criada nos últimos quatro anos.

Deputado José Ávila (PS): Mas foi agravada. O senhor ainda não percebeu?

O Orador: E não se esqueçam que os Açores atravessou uma conjuntura que é internacional, como diz e bem, a Sra. Secretária do aumento dos preços dos consumíveis, do aumento de preço dos serviços até do aumento de preço das horas dos profissionais de saúde e o excesso de horas que obrigou toda a pandemia COVID-19, infelizmente.

Participem na solução, esqueçam o passado.

(Risos dos Deputados da bancada do PS)

O Orador: Esqueçam o passado, mil milhões de euros, mil milhões de euros.

Sra. Secretária e bem estamos no caminho certo, estamos no caminho certo, valorizar as carreiras profissionais, criar alternativas, governar, Srs. governar.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado João Bruto da Costa tem a palavra faça favor.

(*) **Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Eu invoquei os prazos e as datas relativamente ao processo deste diploma na Comissão de Assuntos Sociais, porque houve quem pusesse em causa o tempo...

Deputada Andreia Cardoso (PS): Não houve nada, pelo amor de Deus! Ninguém pôs nada em causa!

O Orador: ... que este diploma levou a chegar aqui, foi só por isso, mas quero dizer o seguinte, que é muito estranho, é que na manhã do dia 3 de dezembro, quando o Governo Regional já tinha feito o requerimento nos termos do n.º 5 do art.º 125.º do nosso Regimento, para a subida do diploma a Plenário porque tinha esgotado o seu prazo de apreciação em Comissão, nessa tarde, já com o diploma, não estando em Comissão porque o requerimento é automático e a subida é automática, a Sra. Presidente da Comissão dos Assuntos Sociais veio pedir a prorrogação do prazo para avaliação do diploma, o que é incompreensível...

Deputada Andreia Cardoso (PS): O senhor sabe bem que não é incompreensível!

O Orador: ... e por isso, Sra. Deputada Sandra Dias, o que eu lhe posso dizer é que, infelizmente, é mesmo recorrente os problemas que têm surgido na Comissão que V. Exa. preside e infelizmente são precisamente por este tipo de atuações que nos levam a duvidar sobre aquilo que é o trabalho que tem sido feito pela direção de V. Exa. na Comissão de Assuntos Sociais. Muito obrigado.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Isso é baixo demais. Eu não desço!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, eu proponho-vos fazer um intervalo nesta altura e vamos fazer um intervalo de 30 minutos, porque as propostas de alteração são muitas e creio que ainda não tiveram todos tempo de as analisar e, portanto, regressamos às 18h15.

Eram 17 horas e 47 minutos.

Presidente: Vamos continuar o debate que estávamos a desenvolver antes do intervalo.

Eram 18 horas e 17 minutos.

Está inscrito o Sr. Deputado António Lima, a quem dou a palavra.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Nesta fase do debate, importa fazer o resumo de algumas conclusões, que decorrem até de algumas informações adicionais que foram sendo prestadas ao longo do debate. O Governo, através da Sra. Secretária da Saúde, confirma que este regime continuará a permitir a acumulação, por exemplo, de diretores clínicos que exercem funções no privado, com o regime de dedicação plena. Ora, na verdade, o que isto significa é que este não é um regime de dedicação plena, quando muito é um aumento salarial em troca de mais 5 horas de trabalho semanal. Ou seja, a esse nível, ficará tudo como antes.

Esta acumulação de funções, principalmente quando se trata de cargos de direção, é um problema ao nível do conflito de interesses, como é por demais evidente.

O Serviço Regional de Saúde ganhará pouco ou nada com este novo regime, porque a esse nível ficará exatamente como está, com os mesmos problemas de atração e fixação de médicos e com os mesmos problemas de transparência e de conflito de

interesses que existem quando há profissionais que são diretores clínicos ou de serviço numa instituição pública ou privada ao mesmo tempo.

Isso, para nós, como é evidente, é uma oportunidade perdida de se fazer melhor nos Açores, naturalmente, melhorando as condições salariais e remuneratórias dos médicos, mas, efetivamente, melhorando também o Serviço Regional de Saúde e o serviço que é prestado aos utentes, que é para isso que ele serve. E este regime, infelizmente, não o fará.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra a Sra. Deputada Salomé Matos.

(*) **Deputada Salomé Matos (PSD):** Obrigada.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Peço a palavra, primeiramente, para me dirigir à Sra. Deputada Sandra Dias, Presidente da Comissão dos Assuntos Sociais, na qual eu integro o Grupo Parlamentar do PSD. Tendo em conta que se dirigiu também a mim e imputou responsabilidades ao Grupo Parlamentar do PSD na concordância das agendas, eu gostaria de lembrar, enquadrando aquilo que já foi dito pelo colega, que, efetivamente, esta iniciativa, quando integra a agenda de 31 de outubro — e eu digo isto para clarificar, sabendo de antemão que tenho a concordância de Sra. Deputada Sandra Dias, tendo em conta que esta informação que eu vou aqui partilhar é, inclusive, partilhada entre todos os coordenadores da Comissão —, a deliberação de diligências que a Comissão dos Assuntos Sociais, reunida a 31 de outubro, integrou neste ponto foi por proposta do Grupo Parlamentar do PSD, que, conhecida com a devida antecedência a proposta que a Mesa fazia para o dia 31, não incluía este diploma.

E, portanto, o Grupo Parlamentar do PSD, entendendo que haveria a oportunidade de assim acontecer, remete via e-mail uma sugestão, que foi acolhida pela Sra. Presidente. E tal aconteceu no dia 31 por nossa proposta.

Efetivamente, o mês de novembro também foi um mês atípico, é verdade. E a Sra. Deputada Sandra Dias consulta, por inerência daquilo que está previsto no

regulamento, sempre, todos os coordenadores com as propostas das agendas, mas, por exemplo, lembraria que, durante o mês de novembro, esteve prevista uma reunião para acontecer no dia 18 de novembro, que fazia parte das agendas e que, por um motivo que não nos foi dado a conhecer, mas que terá o seu motivo, a mesma não ocorreu, porque não foi convocada. Isso é um facto, estava nos mapas. Nessa semana ocorreram outras Comissões, não ocorreu a Comissão de Assuntos Sociais. E, portanto, essa reunião a ter ocorrido, eventualmente, teria dado oportunidade de termos avançado nesta situação.

Esclarecido esse aspeto, que é do conhecimento de todos os que estivessem atentos, eu pediria, uma vez que houve a oportunidade neste intervalo de apreciarmos aquilo que foram as propostas de alteração, ao Sr. Deputado António Lima, em virtude das propostas que faz, que me esclarecesse: ainda que prevendo efetivamente uma majoração num dos artigos iniciais, depois, nos artigos seguintes, nomeadamente no 10.º, mudou-se as propostas de alteração. Não se entende que haja qualquer contrapartida da prestação de mais 5 horas semanais. É essa efetivamente a intenção. Não há, com base naquilo que são as propostas do Bloco de Esquerda. Portanto, há uma contrapartida económica, mas não há efetivamente uma contrapartida de prestação de serviços. É só um esclarecimento que eu peço para clarificar.

Obrigada.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada. Sra. Deputada Hélia Cardoso, tem a palavra, faça favor.

(*) Deputada Hélia Cardoso (CH): Obrigada.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

I Sessão Legislativa

Horta, quinta-feira, 12 de dezembro de 2024

Sr. Deputado Pedro Neves, só para clarificar a minha proposta. Para já, os doentes não são caixinhas. Eu acho que nenhum doente que esteja à espera de uma consulta de cardiologia ou de uma ecografia, ao quantificar os atos médicos, passe a ser uma caixinha. O que nós propomos não é definir, aqui na Assembleia, o que é que vai ser feito por cada profissional. Nós não temos competência para isso nem conhecemos a atividade. A nossa proposta é: o diretor clínico, com a ajuda do diretor de cada serviço, é que irá definir essa produção.

Obrigada.

(Aplausos dos Deputados da bancada do CH)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Lúcio Rodrigues, tem a palavra.

(*) **Deputado Lúcio Rodrigues (PS):** Muito obrigado. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Secretários:

Peço a palavra para participar neste debate para deixar aqui duas ou três notas que me parecem pertinentes. Em primeiro lugar, afirmar que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista votará a favor deste diploma.

Neste diploma que estivemos a discutir, as dúvidas foram colocadas à Sra. Secretária. A Sra. Secretária respondeu ao que entendeu responder.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): E bem!

O Orador: Efetivamente, algumas das respostas foram aquilo que nós pensávamos que eram. Efetivamente, é isto que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista gostaria de deixar aqui presente.

É preocupação de todos os Deputados desta Casa, e não em particular dos do Partido Socialista, pelas intervenções que foram feitas aqui, os cuidados de saúde aos utentes do Serviço Regional de Saúde, aqueles que efetivamente precisam de nós.

I Sessão Legislativa

Horta, quinta-feira, 12 de dezembro de 2024

E aquilo que diz respeito à Comissão de Assuntos Sociais deve ser discutido na Comissão de Assuntos Sociais.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Ai é?! Pergunte ao Sr. Deputado Berto Messias!

O Orador: Há lá um Presidente, há um Relator, há um Secretário e há Deputados... Ó Sr. Deputado Joaquim Machado, o senhor fala tanta vez nesta Casa, e eu ouço-o com muita atenção. O senhor ouça-me. Pelo menos uma vez na vida, o senhor ouça-me sem mandar partes.

O que se passa na Comissão de Assuntos Sociais deve ser resolvido na Comissão de Assuntos Sociais.

Aquilo que está a acontecer, hoje, aqui, não é mais nem menos do que uma perseguição política. E isto, efetivamente, não pode voltar a acontecer!

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

O Orador: Na última reunião que nós tivemos, eu pensei que a crispação política que havia entre os vários intervenientes do Partido Socialista, do Partido Social Democrata, do CHEGA, do CDS, dos elementos da Comissão... Penso que na última reunião nós chegámos a conclusões, a bom senso. Honestamente, pensei que aquela Comissão ia deixar a trica partidária. Infelizmente, não foi ao que hoje assistimos aqui.

Mas queria deixar aqui bem presente que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, e eu faço questão de o dizer em nome do Grupo Parlamentar do Partido Socialista e em meu nome pessoal, que a Comissão de Assuntos Sociais tem trabalhado muito, já fez 18 reuniões, já tivemos 47 audições, pareceres... Efetivamente, a Comissão dos Assuntos Sociais trabalha. E não trabalha só com os Deputados do Partido Socialista, também trabalha com os outros.

I Sessão Legislativa

Horta, quinta-feira, 12 de dezembro de 2024

E vamos ser sérios, temos de deixar de andar nessas tricas de perseguição política...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Qual é a perseguição?

O Orador: ... e, efetivamente, irmos ao encontro da razão pela qual os açorianos nos pagam, que é resolver os problemas dos açorianos.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Olha a vitimização!

O Orador: Hoje, o Governo trouxe aqui um diploma que o Partido Socialista até vai votar a favor. Não sei que raio é que se passou para chegarmos a este ponto. E a verdade é que estamos a trazer tudo o que são assuntos da Comissão de Assuntos Sociais para o Plenário, quando devíamos estar a discutir os diplomas que efetivamente chegaram aqui e que efetivamente o Partido Socialista colocou as suas dúvidas à Sra. Secretária. A Sra. Secretária respondeu. E nós até vamos votar a favor. Eu não sei porque é que temos de estar nesse registo de perseguição política. E isso é perseguição política que não vem de agora. E é importante que fique aqui registado. Só para finalizar, queria deixar aqui uma coisa importante: no meio desse processo todo, dessas audições e daquilo que foi relatado aqui, houve as audições relativamente ao Hospital do Divino Espírito Santo. Para uma coisa, o incêndio do Hospital do Divino Espírito Santo é muito importante, para as outras já não interessa. Só interessa quando vos dá jeito.

Disse.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi): Vocês é que querem transformar a CAS numa comissão de inquérito!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado António Lima, faça favor.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

I Sessão Legislativa

Horta, quinta-feira, 12 de dezembro de 2024

Sra. Deputada Salomé Matos, respondendo à sua pergunta no pouco tempo que me resta, dizer que a contrapartida da proposta, daquilo que defende o Bloco de Esquerda sobre a questão da dedicação plena, é que a contrapartida seja a dedicação plena na verdadeira assunção da palavra e não uma dedicação plena que permita, na verdade, um conjunto de exceções, que é para ficar exatamente como está. Há uma contrapartida que é a dedicação plena. A proposta do Governo o que faz é manter a esse nível tudo como está. As mais 5 horas previstas, bem, elas já são feitas nos hospitais, como é sabido.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado João Bruto da Costa, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu não iria voltar a este assunto, mas, num minuto, para dizer ao Sr. Deputado Lúcio Rodrigues que V. Exa. não deve estar bem atento ao que se passa na Comissão de que faz parte, porque não assistiu aos insultos que foram proferidos contra Deputados desta Assembleia naquela Comissão sem uma única interferência de ninguém a defender a legitimidade dos Deputados de fazerem as suas intervenções. Isso é que não pode acontecer! Isso, sim, é perseguição política!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado Lúcio Rodrigues, tem a palavra.

(*) **Deputado Lúcio Rodrigues (PS):** Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

I Sessão Legislativa

Horta, quinta-feira, 12 de dezembro de 2024

Se alguma dúvida houvesse, a sua intervenção, Sr. Deputado João Bruto da Costa, efetivamente, a razão é essa, é isso que os senhores alegam, é essa situação que os senhores fazem relativamente à questão que se passou com audição do Sr. Eng.º Mota Vieira.

Eu, quando ando nos meandros da política, venho é para trabalhar, não é para brincar. Eu estava atento nessa Comissão, estava lá presente. O Sr. Deputado é que não estava.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Mas vou passar a estar!

O Orador: O senhor é bem-vindo, aliás, como qualquer Deputado desta Casa. Não é o que aconteceu quando o Sr. Deputado Carlos Silva foi lá.

De qualquer forma, queria só dizer-lhe o seguinte: se dúvidas houvesse, a gente já sabe o porquê desta perseguição política. A sua intervenção mostrou essa perseguição política que fazem à Sra. Deputada Sandra Dias, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado João Bruto da Costa.

(*) **Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Olhe, Sr. Deputado Lúcio Rodrigues, nesta bancada há muita gente que sabe o que é perseguição política, eu sou um deles.

(Risos dos Deputados da bancada do PS)

Eu sei muito bem o que é perseguição política e o que é ter uma atividade privada sob um Governo maioritário do Partido Socialista. Sobre isso, eu nem sequer vou falar consigo, não me dou ao trabalho de o fazer.

Deputado Lúcio Rodrigues (PS): Nem se dê ao trabalho por minha causa!

O Orador: Mas quero-lhe dizer uma coisa: eu fiz aqui uma intervenção a expor factos sobre o processo que decorreu numa Comissão deste Parlamento, sobre um diploma importante para esta Região, a forma como ele decorreu e como ele foi tratado numa Comissão.

Eu expus factos, não mencionei nomes, nem falei de ninguém em particular, falei de uma Comissão. De uma Comissão fazem parte todos os Deputados que lá estão sentados. E, portanto, quem enfiou, talvez, a carapuça foi V. Exa. quando se levantou para acusar os outros daquilo que eventualmente o senhor tem muitas experiências. Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais intervenções.

Sr. Deputado Lúcio Rodrigues.

(*) **Deputado Lúcio Rodrigues (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu até hoje fui cortar o cabelo, para não ter esses problemas de carapuça.

Eu queria dizer-lhe o seguinte, Sr. Deputado: o senhor não pode dizer o que quer. E eu já o conheço de há muitos anos a esta parte, porque já estive aqui noutras legislaturas. O senhor manteve-se sempre. Eu saí e voltei.

E quero dizer-lhe o seguinte: o senhor não é mais sério do que eu em nada! O senhor não passa atestados de competência ou de incompetência a ninguém nesta Casa!

Deputado Mário Tomé (PS): Muito bem!

O Orador: O senhor faz isso porque é bom orador, mas o senhor não é mais sério nem menos sério do que qualquer Deputado desta Casa. Eu não admito que o senhor

I Sessão Legislativa

Horta, quinta-feira, 12 de dezembro de 2024

tenha esse comportamento comigo! Nem lhe admito esse adjetivos que o senhor utiliza de forma jurídica, de forma de quem é bom orador! Não lhe admito! Não lhe admito, sabe porquê? Porque o respeito que eu lhe tenho é o mesmo que o senhor deve ter por mim, que é muito, porque eu respeito qualquer Deputado nesta Casa. O que eu espero é que me respeitem a mim da mesma forma que eu respeito. Por isso, não lhe admito que tenha esse tipo de comportamentos comigo.

Disse.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Eu apelava aos dois que terminássemos com essa discussão, porque...

Sr. Deputado João Bruto da Costa.

(*) **Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu sou obrigado a dizer ao Sr. Deputado Lúcio Rodrigues que não fui eu que o acusei de perseguição, foi o senhor que me acusou a mim.

Deputado Lúcio Rodrigues (PS): Não foi a si!

O Orador: E, portanto, em termos de ofender alguém, eu podia usar até a figura da defesa da honra.

Mas lamento, Sr. Deputado, eu sei muito bem aquilo que se tem passado. E já tive a oportunidade até em nome do meu Grupo Parlamentar de tentar que ficasse esclarecida a forma como funciona aquela Comissão, mas deixe estar, Sr. Deputado, certamente eu hei de ter a oportunidade de assistir a algumas reuniões presencialmente para poder aferir do seu comportamento tão digno e tão sério naquela Comissão.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

Deputada Andreia Cardoso (PS): Que horror!

Deputado Lúcio Rodrigues (PS): E será muito bem-vindo!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sra. Secretária Regional da Saúde, faça favor.

(*) Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi): Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Eu queria só fazer aqui duas ou três notas, centrar a discussão, naturalmente, porque, efetivamente, estamos aqui a votar um diploma que é importante para a Região, é importante para o Serviço Regional de Saúde e é importante para os profissionais.

A primeira é que, em relação àquilo que o Bloco de Esquerda vem aqui dizer, mais uma vez, temos o Bloco de Esquerda a priorizar as questões ideológicas, em detrimento de um diploma que é bom para os profissionais de saúde. E isso é, naturalmente, algo que o Governo Regional não pode esconder, tem de assinalar.

E mais, o Sr. Deputado, nas propostas que faz a esta Câmara, confunde aquilo que é a dedicação plena com dedicação exclusiva. E deixe-me dar-lhe nota que também acho que a dedicação exclusiva poderá ser uma mais-valia para a Região, mas não é neste diploma. E é algo que, naturalmente, será negociado com os sindicatos, tal como este diploma foi. Agora, não faz sentido o senhor vir apresentar propostas de dedicação exclusiva num diploma de dedicação plena, quando a dedicação exclusiva nem sequer é definida e nem sequer faz parte do objeto nem do âmbito deste diploma. Portanto, juridicamente, nem sequer faz esse sentido.

E, portanto, Sr. Deputado, não posso, naturalmente, deixar passar esta situação, mas posso-lhe dar nota que a dedicação exclusiva também será trazida a esta Assembleia,

porque, efetivamente, aquilo que nós queremos implementar no Serviço Regional de Saúde é a possibilidade de existirem profissionais com 35 horas, com 40 horas e com 42 horas. Portanto, temos de dar essa latitude de escolha para conseguir captar mais profissionais de saúde para a Região.

Também em relação àquilo que é a preocupação do CHEGA relativamente à contratualização, eu, há bocadinho, falei das questões do serviço de urgência, que seriam difíceis de mensurar, mas também falo das outras 5 horas. Os médicos que têm este acréscimo de 5 horas são médicos que não fazem trabalho em serviço de urgência, independentemente de trabalharem no âmbito hospitalar ou não, porque há especialidades que não têm presença física em serviço de urgência.

Qualquer médico no âmbito hospitalar já tem no seu contrato definidos os períodos de consulta. E nesses períodos de consulta já está definido o número de consultas que deve ser feito, desde já, duas primeiras consultas e seis consultas subsequentes. Não é assim para todos os médicos, mas é assim para a maioria, o que quer dizer que, no âmbito deste acréscimo de 5 horas, o trabalho que irá ser feito nunca poderá ser inferior àquilo que já é produzido num horário habitual de trabalho. E, portanto, eu penso que já temos aqui uma avaliação daquilo que é o trabalho médico. E volto a dizer, no âmbito da valorização e da avaliação de desempenho dos médicos, esta produtividade vai poder ser avaliada.

E, portanto, queria só dar nota, clarificar esta situação, porque, efetivamente, o diploma que o Governo traz aqui é o diploma que está consensualizado com os com sindicatos, é o diploma que mereceu concordância em ambos os pareceres dos sindicatos e é o diploma que o Governo Regional, efetivamente, acredita que faz a diferença para o Serviço Regional de Saúde.

Para terminar e como não posso mesmo deixar passar, esta discussão, hoje, naturalmente, era sobre um diploma de reorganização dos serviços. Como seria expectável, o Partido Socialista traz, naturalmente, a questão da dívida. Sr. Deputado José Miguel Toste, eu vou ter de lhe relembrar, e todas as vezes que for necessário

I Sessão Legislativa

Horta, quinta-feira, 12 de dezembro de 2024

falar de dívida, eu falo nesta Assembleia: a Saudaçor é que pediu os empréstimos à banca para transferir para os hospitais. Os 915 milhões de euros que nós herdámos de dívida é uma dívida que os Açorianos vão pagar durante muitos anos.

Muito obrigada.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Secretária Regional.

Penso que podemos passar à votação.

(Pausa)

Vamos então votar a Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 18/XIII, que aprova o regime de dedicação plena ao Serviço Regional de Saúde da Região Autónoma dos Açores.

Vamos votar, naturalmente, na generalidade, em primeiro lugar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado que vota contra faça o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretária: A Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 18/XIII foi aprovada, com os votos a favor do PSD (23), do PS (23), do CH (5), do CDS-PP (2), do PPM (1), da IL (1) e do PAN (1), e com o voto de abstenção do BE (1).

Presidente: Vamos passar ao debate e votação na especialidade.

Vamos votar, em primeiro lugar, a proposta de alteração apresentada pelo CHEGA ao n.º 2 do artigo 1.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

I Sessão Legislativa

Horta, quinta-feira, 12 de dezembro de 2024

Secretária: A proposta de alteração ao artigo 1.º, n.º 2, foi rejeitada, com os votos contra do PSD (23), do PS (23), do CDS-PP (2), do PPM (1), do BE (1) e do PAN (1), e com votos a favor do CH (5) e da IL (1).

Presidente: Está à votação o artigo 1.º do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado que vota contra faça o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretária: O artigo 1.º foi aprovado, com os votos a favor do PSD (23), do PS (23), do CH (5), do CDS-PP (2), do PPM (1), da IL (1) e do PAN (1), e com o voto de abstenção do BE (1).

Presidente: Estão à votação as propostas de alteração apresentadas pelo Grupo Parlamentar do PS ao artigo 2.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado que vota contra faça o favor de se sentar.

Secretária: As propostas de alteração ao artigo 2.º foram aprovadas, com os votos a favor do PSD (23), do PS (23), do CH (5), do CDS-PP (2), do PPM (1), da IL (1) e do PAN (1), e com o voto contra do BE (1).

Presidente: Vamos votar o artigo 2.º com as propostas de alteração que acabámos de introduzir.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado que vota contra faça o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretária: As propostas de alteração do artigo 2.º foram aprovadas, com os votos a favor do PSD (23), do PS (23), do CH (5), do CDS-PP (2), do PPM (1), da IL (1) e do PAN (1), e com o voto de abstenção do BE (1).

Presidente: Vamos votar o artigo 3.º do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo 3.º foi aprovado por unanimidade.

I Sessão Legislativa

Horta, quinta-feira, 12 de dezembro de 2024

Presidente: Está à votação a proposta de alteração apresentada pelo Grupo Parlamentar do PS ao n.º 1 do artigo 4.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de alteração ao n.º 1 do artigo 4.º foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Está à votação a proposta de eliminação apresentada pelo Grupo Parlamentar do CH ao n.º 2 do artigo 4.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração ao artigo 4.º, n.º 2, foi rejeitada, com os votos contra do PSD (23), do PS (23), do CDS-PP (2), do PPM (1), do BE (1) e do PAN (1), e com votos a favor do CH (5) e da IL (1).

Presidente: Vamos votar o artigo 4.º do diploma com a proposta de alteração que introduzimos.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo 4.º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Está à votação a proposta de um artigo 4.º-A apresentada pelo Grupo Parlamentar do CHEGA.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de aditamento do artigo 4.º-A foi rejeitada, com os votos contra do PSD (23), do PS (23), do CDS-PP (2), do PPM (1), do BE (1) e do PAN (1), e com votos a favor do CH (5) e da IL (1).

Presidente: Coloco à votação também a proposta de aditamento do artigo 4.º-B apresentada pelo Grupo Parlamentar do CHEGA.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de aditamento do artigo 4.º-B foi rejeitada, com os votos contra do PSD (23), do PS (23), do CDS-PP (2), do PPM (1), do BE (1) e do PAN (1), e com votos a favor do CH (5) e da IL (1).

Presidente: Passamos ao artigo 5.º. Há uma proposta de alteração com aditamento das alíneas a), b) e c), do Bloco de Esquerda, que eu coloco à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração ao artigo 5.º, n.º 1, foi rejeitada, com os votos contra do PSD (23), do PS (23), do CH (5), do CDS-PP (2), do PPM (1) e da IL (1), e com os votos a favor do BE (1) e do PAN (1).

Presidente: Está à votação o artigo 5.º do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado que vota contra faça o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretária: O artigo 5.º foi aprovado, com os votos a favor do PSD (23), do PS (23), do CH (5), do CDS-PP (2), do PPM (1), da IL (1) e do PAN (1), e com o voto de abstenção do BE (1).

Presidente: Está à votação a proposta de eliminação apresentada pelo Bloco de Esquerda ao artigo 6.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de eliminação ao artigo 6.º foi rejeitada, com os votos contra do PSD (23), do PS (23), do CH (5), do CDS-PP (2), do PPM (1) e da IL (1), e com os votos a favor do BE (1) e do PAN (1).

Presidente: Está à votação o artigo 6.º do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado que vota contra faça o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretária: O artigo 6.º foi aprovado, com os votos a favor do PSD (23), do PS (23), do CH (5), do CDS-PP (2), do PPM (1), da IL (1) e do PAN (1), e com o voto de abstenção do BE (1).

Presidente: Está à votação a proposta de alteração apresentada pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista ao n.º 1 do artigo 7.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de alteração ao n.º 1 do artigo 7.º foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Está à votação o artigo 7.º com esta proposta de alteração que acabámos de introduzir.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo 7.º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Estão à votação as propostas de alteração apresentadas pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista ao artigo 8.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: As propostas de alteração ao artigo 8.º foram aprovadas por unanimidade.

Presidente: Está à votação o artigo 8.º com as propostas de alteração que acabámos de aprovar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo 8.º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Está à votação a proposta de alteração apresentada pelo Bloco de Esquerda ao n.º 2 do artigo 9.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração ao n.º 2 do artigo 9.º foi rejeitada, com os votos contra do PSD (23), do PS (23), do CH (5), do CDS-PP (2), do PPM (1) e da IL (1), e com os votos a favor do BE (1) e do PAN (1).

Presidente: Podia ter posto à votação todas as propostas do Bloco de Esquerda ao artigo 9.º. Penso que não haverá oposição se puser as outras. As restantes propostas do Bloco de Esquerda ao artigo 9.º estão à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.
As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: As propostas de alteração ao artigo 9.º foram rejeitadas, com os votos contra do PSD (23), do PS (23), do CH (5), do CDS-PP (2), do PPM (1) e da IL (1), e com os votos a favor do BE (1) e do PAN (1).

Presidente: Está à votação a proposta de alteração apresentada pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista ao n.º 4 do artigo 9.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de alteração ao n.º 4 do artigo 9.º foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Votamos agora o artigo 9.º com esta proposta de alteração que acabámos de introduzir.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.
O Sr. Deputado que vota contra faça o favor de se sentar.

Secretária: O artigo 9.º foi aprovado, com os votos a favor do PSD (23), do PS (23), do CH (5), do CDS-PP (2), do PPM (1), da IL (1) e do PAN (1), e com o voto contra do BE (1).

Presidente: Está à votação a proposta de alteração apresentada pela Representação Parlamentar do Bloco de Esquerda ao artigo 10.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.
As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração ao artigo 10.º foi rejeitada, com os votos contra do PSD (23), do PS (23), do CH (5), do CDS-PP (2), do PPM (1) e da IL (1), com o voto a favor do BE (1), e com o voto de abstenção do PAN (1).

Presidente: Votamos agora o artigo 10.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado que vota contra faça o favor de se sentar.

Secretária: O artigo 10.º foi aprovado, com os votos a favor do PSD (23), do PS (23), do CH (5), do CDS-PP (2), do PPM (1), da IL (1) e do PAN (1), e com o voto contra do BE (1).

Presidente: Está à votação o artigo 11.º do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado que vota contra faça o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretária: O artigo 11.º foi aprovado, com os votos a favor do PSD (23), do PS (23), do CH (5), do CDS-PP (2), do PPM (1), da IL (1) e do PAN (1), e com o voto de abstenção do BE (1).

Presidente: Está à votação a proposta de alteração apresentada pelo Bloco de Esquerda ao n.º 1 do artigo 12.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração ao n.º 1 do artigo 12.º foi rejeitada, com os votos contra do PSD (23), do PS (23), do CH (5), do CDS-PP (2), do PPM (1) e da IL (1), com o voto a favor do BE (1), e com o voto de abstenção do PAN (1).

Presidente: Está à votação o artigo 12.º do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado que vota contra faça o favor de se sentar.

Secretária: O artigo 12.º foi aprovado, com os votos a favor do PSD (23), do PS (23), do CH (5), do CDS-PP (2), do PPM (1), da IL (1) e do PAN (1), e com o voto contra do BE (1).

I Sessão Legislativa

Horta, quinta-feira, 12 de dezembro de 2024

Presidente: Estão à votação as propostas de alteração apresentadas pela Representação Parlamentar do Bloco de Esquerda ao artigo 13.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: As propostas de alteração ao artigo 13.º foram rejeitadas, com os votos contra do PSD (23), do PS (23), do CH (5), do CDS-PP (2), do PPM (1), da IL (1) e do PAN (1), e com o voto a favor do BE (1).

Presidente: Está à votação o artigo 13.º do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado que vota contra faça o favor de se sentar.

Secretária: O artigo 13.º foi aprovado, com os votos a favor do PSD (23), do PS (23), do CH (5), do CDS-PP (2), do PPM (1), da IL (1) e do PAN (1), e com o voto contra do BE (1).

Presidente: Está à votação o artigo 14.º do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo 14.º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Está à votação a proposta de eliminação do artigo 15.º, proposta da Representação Parlamentar do Bloco de Esquerda.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de eliminação do artigo 15.º foi rejeitada, com os votos contra do PSD (23), do PS (23), do CH (5), do CDS-PP (2), do PPM (1), da IL (1) e do PAN (1), e com o voto a favor do BE (1).

Presidente: Está à votação o artigo 15.º do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: O artigo 15.º foi aprovado, com os votos a favor do PSD (23), do PS (23), do CH (5), do CDS-PP (2), do PPM (1) e da IL (1), e com as abstenções do BE (1) e do PAN (1).

Presidente: Estão à votação a proposta de alteração ao n.º 1 do artigo 16.º e a proposta de eliminação do n.º 2 do artigo 16.º, apresentadas pelo Bloco de Esquerda.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretária: As propostas de alteração ao n.º 1 e ao n.º 2 do artigo 16.º foram rejeitadas, com os votos contra do PSD (23), do PS (23), do CH (5), do CDS-PP (2), do PPM (1) e da IL (1), com o voto a favor do BE (1), e com o voto de abstenção do PAN (1).

Presidente: Está à votação a proposta de alteração apresentada pelo Bloco de Esquerda ao n.º 3 do artigo 16.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração ao n.º 3 do artigo 16.º foi rejeitada, com os votos contra do PSD (23), do PS (23), do CH (5), do CDS-PP (2), do PPM (1) e da IL (1), com os votos a favor do BE (1) e do PAN (1).

Presidente: Vamos votar o artigo 16.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado que vota contra faça o favor de se sentar.

Secretária: O artigo 16.º foi aprovado, com os votos a favor do PSD (23), do PS (23), do CH (5), do CDS-PP (2), do PPM (1), da IL (1) e do PAN (1), e com o voto contra do BE (1).

Presidente: Estão à votação as propostas de alteração apresentadas pelo Bloco de Esquerda ao artigo 17.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

I Sessão Legislativa

Horta, quinta-feira, 12 de dezembro de 2024

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretária: As propostas de alteração ao artigo 17.º foram rejeitadas, com os votos contra do PSD (23), do PS (23), do CH (5), do CDS-PP (2), do PPM (1) e da IL (1), com o voto a favor do BE (1), e com o voto de abstenção do PAN (1).

Presidente: Está à votação o artigo 17.º do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado que vota contra faça o favor de se sentar.

Secretária: O artigo 17.º foi aprovado, com os votos a favor do PSD (23), do PS (23), do CH (5), do CDS-PP (2), do PPM (1), da IL (1) e do PAN (1), e com o voto contra do BE (1).

Presidente: Coloco à votação a proposta de alteração apresentada pelo Bloco de Esquerda ao artigo 18.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração ao artigo 18.º foi rejeitada, com os votos contra do PSD (23), do PS (23), do CH (5), do CDS-PP (2), do PPM (1) e da IL (1), com o voto a favor do BE (1), e com o voto de abstenção do PAN (1).

Presidente: Está à votação o artigo 18.º do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado que vota contra faça o favor de se sentar.

Secretária: O artigo 18.º foi aprovado, com os votos a favor do PSD (23), do PS (23), do CH (5), do CDS-PP (2), do PPM (1), da IL (1) e do PAN (1), e com o voto contra do BE (1).

Presidente: Coloco à votação a proposta de eliminação do artigo 19.º apresentada pelo Bloco de Esquerda.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

I Sessão Legislativa

Horta, quinta-feira, 12 de dezembro de 2024

Secretária: A proposta de eliminação do artigo 19.º foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Está assim prejudicada a proposta apresentada pelo PSD, pelo CDS-PP e pelo PPM de eliminação do mesmo artigo.

Tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas para dizer que me vou abster no artigo 20.º. Também para os colegas perceberem, é apenas porque eu acho que deveria haver um regime sancionatório. Com aquilo que nós temos, pode haver incumprimento. E chegamos a um vazio, não temos absolutamente nada. E sem um regime sancionatório, obviamente que os trabalhadores poderão fazer aquilo que pretenderem. Por isso, vou-me abster, porque não posso concordar com a redação que nós temos neste momento.

Obrigado.

Presidente: Vamos votar o artigo 20.º do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: O artigo 20.º foi aprovado, com os votos a favor do PSD (23), do PS (23), do CDS-PP (2), do PPM (1), do BE (1) e da IL (1), e com os votos de abstenção do CH (5) e do PAN (1).

Presidente: Coloco à votação o artigo 21.º do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo 21.º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Votação final global.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado que vota contra faça o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretária: Em votação final global, foi aprovada, com os votos a favor do PSD (23), do PS (23), do CH (5), do CDS-PP (2), do PPM (1), da IL (1) e do PAN (1), e com o voto de abstenção do BE (1).

Presidente: Avançamos para o ponto 8 da nossa agenda: **Petição n.º 63/XII – “Assistente Operacional, Assistente Técnico e Técnico Superior da Administração Pública Regional dos Açores”**. É uma petição apresentada por Jorge Carlos Bettencourt da Terra na qualidade de primeiro subscritor.

Os tempos já estão estipulados nos painéis: 8 minutos para cada Grupo e Representação Parlamentar.

O relatório desta petição foi elaborado pela Comissão de Política Geral.

Tem a palavra a Sra. Relatora Isabel Teixeira.

(*) **Deputada Isabel Teixeira (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Relatório sobre a Petição n.º 63/XII – “Assistente Operacional, Assistente Técnico e Técnico Superior da Administração Pública Regional dos Açores”.

A 17 de novembro de 2023, deu entrada na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a presente petição, subscrita por 3833 cidadãos, dos quais 2363 com correta identificação, cujo primeiro signatário é o Sr. Jorge Carlos Bettencourt da Terra.

Por despacho do Presidente da Assembleia Legislativa Regional da Região Autónoma dos Açores, a mesma foi remetida à Comissão Especializada Permanente de Política Geral, para relato e emissão de parecer.

Verificada a conformidade do exercício do direito de petição com os requisitos legais e regimentais, a Comissão de Política Geral procedeu à apreciação da sua admissibilidade nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 190.º do Regimento, e deliberou admiti-la, por unanimidade, em reunião ocorrida a 17 de abril de 2024, tendo tal decisão sido comunicada formalmente ao primeiro subscritor.

I Sessão Legislativa

Horta, quinta-feira, 12 de dezembro de 2024

Na reunião da Comissão, ocorrida a 17 de abril de 2024, esta deliberou ouvir presencialmente o primeiro subscritor da petição, o cidadão Jorge Carlos Bettencourt da Terra, a UGT/Açores, a CGTP-IN/Açores e o membro do Governo em razão da matéria.

Os peticionários vêm, através deste instrumento de participação cívica, referir que o Orçamento da Região Autónoma dos Açores para 2024 em discussão na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores contém duas importantes normas que fazem finalmente justiça aos trabalhadores da Administração Pública Regional, a saber:

A que se refere à atualização em 5 % da Remuneração Complementar e ao seu alargamento e aplicação aos trabalhadores que vencem até 2 mil euros, beneficiando, assim, os trabalhadores com vencimentos médios das carreiras de Assistente Operacional, Assistente Técnico e Técnico Superior;

A medida que determina a progressão automática na carreira aos trabalhadores que, a partir de 1 de janeiro de 2024, tenham ou somem seis pontos nas suas classificações de serviço, permitindo-se-lhes uma mais rápida subida na carreira e de atingirem, assim, as respetivas posições remuneratórias mais elevadas.

Se a estes preceitos associarmos o fim das quotas aprovado na nossa Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, os mais de 20 mil trabalhadores públicos da Região podem finalmente almejar ao desenvolvimento regular e mais célere nas respetivas carreiras.

Neste contexto, pela sua importância e alcance económico e social para os trabalhadores em funções públicas abaixo-assinados, pede-se aos partidos políticos com assento parlamentar que façam a justiça devida aprovando os preceitos em apreço.

As audições ao primeiro subscritor da petição e à UGT/Açores ocorreram a 26 de julho de 2024, ao Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública a 27 de setembro de 2024, e à CGTP-IN/Açores a 2 de outubro de 2024.

I Sessão Legislativa

Horta, quinta-feira, 12 de dezembro de 2024

Considerando as pretensões dos peticionários e na sequência das diligências realizadas no âmbito da apreciação da Petição n.º 63/XII, a Comissão de Política Geral aprovou, por unanimidade, as seguintes conclusões:

A petição foi devidamente subscrita por 2363 subscritores corretamente identificados e, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 192.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reúne as condições legais para ser apreciada em reunião plenária da Assembleia;

Os peticionários destacam duas normas importantes no Orçamento da Região Autónoma dos Açores para 2024:

A atualização em 5 % da Remuneração Complementar e seu alargamento aos trabalhadores que vencem até 2 mil euros, beneficiando os trabalhadores das carreiras de Assistente Operacional, Assistente Técnico e Técnico Superior;

A progressão automática na carreira para trabalhadores que, a partir de 1 de janeiro de 2024, tenham ou somem seis pontos nas suas classificações de serviço, permitindo uma subida mais rápida na carreira.

A Comissão deliberou ouvir presencialmente o primeiro subscritor da petição, Jorge Carlos Bettencourt da Terra, a UGT/Açores, a CGTP-IN/Açores e o membro do Governo em razão da matéria.

Durante as audições, foram discutidos os impactos orçamentais e a importância das normas propostas para os trabalhadores da Administração Pública Regional.

A petição surgiu para garantir que essas normas fossem aprovadas, independentemente do cenário futuro.

Os Deputados presentes na Comissão expressaram apoio às reivindicações dos peticionários e destacaram a importância das medidas para a valorização das carreiras dos trabalhadores da Administração Pública Regional.

Nas audições verificou-se que estas reivindicações ficaram sanadas com a aprovação do Plano e Orçamento Regional para 2024.

Do presente relatório deve ser dado conhecimento ao primeiro subscritor, bem como ao membro do Governo Regional com competência na matéria.

De modo genérico, os Deputados que integram a presente Comissão revelaram-se esclarecidos quanto à pretensão plasmada na presente petição.

O presente relatório foi aprovado por unanimidade a 5 de dezembro de 2024.

RELATÓRIO E PARECER

PETIÇÃO N.º 63/XII

Assistente Operacional, Assistente Técnico e Técnico Superior da Administração Pública Regional dos Açores

INTRODUÇÃO

A 17 de novembro de 2023, deu entrada na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a presente petição, à qual foi atribuído o n.º 63/XII, intitulada «Assistente Operacional, Assistente Técnico e Técnico Superior da Administração Pública Regional dos Açores», subscrita por 3833 cidadãos, dos quais 2363 com correta identificação, cujo primeiro signatário é o senhor Jorge Carlos Bettencourt da Terra.

Por despacho do Presidente da Assembleia Legislativa Regional da Região Autónoma dos Açores, a mesma foi remetida à Comissão Especializada Permanente de Política Geral, para relato e emissão de parecer, por se tratar de matéria da competência desta. Finda a XII Legislatura e considerando que a tramitação processual da petição em análise não se encontrava concluída, a mesma transitou para a XIII Legislatura, conforme dispõe o artigo 25.º da Lei n.º 43/90, de 10 de agosto, na sua atual redação.

CAPÍTULO I

ENQUADRAMENTO JURÍDICO

O direito de petição enquadra-se no âmbito do artigo 52.º da Constituição da República Portuguesa e exerce-se nos termos do disposto no artigo 9.º do anexo da Lei n.º 2/2009, de 12 de janeiro, que aprovou a terceira revisão do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, nos artigos 189.º a 193.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores e na Lei n.º 43/90, de 10 de agosto, na sua redação atual.

A apreciação da petição e a elaboração do respetivo relatório cabe à Comissão Especializada Permanente competente em razão da matéria, nos termos do disposto nos artigos 190.º e 191.º do Regimento, bem como do n.º 4 do artigo 73.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores.

Considerando que a matéria da presente Petição incide sobre administração pública regional, constata-se que a competência para emitir parecer é da Comissão de Política Geral, nos termos do artigo 3.º da Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 1/2024/A, de 8 de abril.

CAPÍTULO II

ADMISSIBILIDADE

Verificada a conformidade do exercício do direito de petição com os requisitos legais fixados na Lei n.º 43/90, de 10 de agosto, na sua redação atual, e com o artigo 189.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, a Comissão de Política Geral procedeu à apreciação da sua admissibilidade nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 190.º do Regimento, e deliberou admiti-la, por unanimidade, em reunião ocorrida a 17 de abril de 2024, tendo tal decisão sido comunicada formalmente ao primeiro subscritor.

De referir que apesar da petição apresentar 3833 subscritores, nos termos do n.º 3 do artigo 6.º da Lei n.º 43/90, de 10 de agosto, na sua redação atual, apenas 2363 possuem correta identificação.

CAPÍTULO III

OBJETO DA PETIÇÃO

Os peticionários vêm, através deste instrumento de participação cívica, referir que «O Orçamento da RAA para 2024 em discussão na ALRAA contém duas importantes normas que fazem finalmente justiça aos trabalhadores da Administração Pública Regional, a saber:

1. A que se refere à atualização em 5 % da Remuneração Complementar e ao seu alargamento e aplicação aos trabalhadores que vencem até 2 000 euros, beneficiando, assim, os trabalhadores com vencimentos médios das carreiras de Assistente Operacional, Assistente Técnico e Técnico Superior;
2. A medida que determina a progressão automática na carreira aos trabalhadores que, a partir de 1 de janeiro de 2024, tenham ou somem 6 pontos nas suas classificações de serviço, permitindo-se-lhes uma mais rápida subida na carreira e de atingirem, assim, as respetivas posições remuneratórias mais elevadas.

Se a estes preceitos associarmos o fim das quotas aprovado na nossa ALRAA, os mais de 20 000 trabalhadores públicos da região podem finalmente almejar ao desenvolvimento regular e mais célere nas respetivas carreiras.

Neste contexto, pela sua importância e alcance económico e social para os trabalhadores em funções públicas abaixo-assinados, pede-se aos partidos políticos com assento parlamentar que façam a JUSTIÇA devida aprovando os preceitos em apreço.»

CAPÍTULO IV

DILIGÊNCIAS EFETUADAS

Na reunião da Comissão, ocorrida a 17 de abril de 2024, esta deliberou ouvir presencialmente o primeiro subscritor da petição, o cidadão Jorge Carlos Bettencourt da Terra, a UGT/Açores, a CGTP-IN/Açores e o membro do Governo em razão da matéria.

Da Audição do 1.º subscritor, cidadão Jorge Carlos Bettencourt da Terra, ocorrida a 26 de julho de 2024:

Parlamento online - Audição do Sr. Jorge Carlos Bettencourt Terra, na qualidade de 1.º subscritor - Petição n.º 63/XII – “Assistente Operacional, Assistente Técnico e Técnico Superior da Administração Pública Regional dos Açores” (alra.pt).

O presidente da comissão deu a palavra ao primeiro peticionário, Jorge Carlos Bettencourt Terra, que começou por explicar que os objetivos da petição tiveram, essencialmente, como principal fundamento duas normas importantes que tinha a ver com a progressão automática dos trabalhadores da administração pública regional aos seis pontos, bem como uma alteração estrutural da remuneração complementar, que ficassem registados e salvaguardados, a importância que os trabalhadores achavam dessas normas terem sido aprovadas, fosse, qual fosse no futuro o cenário que viesse a acontecer, sendo o orçamento aprovado ou não, que ficasse demonstrado o movimento cívico de cidadãos, de trabalhadores da administração pública regional, para que essas normas, uma vez que elas eram de vital importância, principalmente na progressão das carreiras, que fosse qual fosse o desenrolar dos acontecimentos da região, que tivessem em conta a importância que elas tinham, e foi nesse sentido, que os vários trabalhadores questionaram entre si, contactaram vários colegas, apesar de sabermos todos que as instituições representativas de trabalhadores dos vários sindicatos já defendiam estas alterações, e foi objetivamente essa a principal razão.

Mais disse, que surgiu a ideia de fazer então a petição e tentar saber a opinião das diversas forças políticas, o que é certo é que nenhuma se opunha a importância que estas normas tinham, e de virem a ser aprovadas naquele orçamento ou em outro orçamento, como vieram realmente a ser aprovadas, e estão contempladas quer no artigo 17.º, quer no artigo 61.º, da lei do orçamento de 2024, e que está agora em vigor.

Após esta explanação o presidente da comissão, abriu o período de esclarecimentos ou de questões aos deputados, inscreveu-se a deputada Sabrina Furtado (PSD), o deputado António Lima (BE), o deputado João Vasco Costa (PS) e o deputado Pedro Pinto (CDS-PP).

A deputada Sabrina Furtado, no uso da palavra, começou dizendo que este assunto estava sanado, e que tinha pedido a palavra para agradecer ao peticionário por ter desenvolvido esta forma, que na altura fazia todo o sentido e fará sempre, mas que neste momento efetivamente o orçamento para 2024 não só foi aprovado como já está em vigor, e que na altura em que fez a petição este era um instrumento bastante importante que mostrava a vontade de cidadãos em que ele fosse aprovado, e que chega-nos aqui esta petição com 3.833 subscritores, e pronto neste momento apenas referir que é salutar a atitude que tiveram e que ainda bem que ele já está aprovado e que está em vigor.

O peticionário acrescentou que está ultrapassada, digamos assim, pois realmente estas normas que eram importantes para os trabalhadores da administração pública regional, e não só, em relação à remuneração complementar, sua reestruturação e o alargamento até aos 1.700 euros em 2024, dos trabalhadores abrangidos pela remuneração complementar, que antes era na casa dos 1.300 euros, veio resolver um problema que estava a acontecer com o aumento do salário mínimo nacional e a sua aplicação, que havia um afunilamento nas percentagens das pessoas que recebiam a remuneração complementar e que esse alargamento vai permitir aos trabalhadores que começaram a receber percentagens mais pequenas voltarem a recuperar as

percentagens da remuneração complementar que têm direito, e nesse caso não é só os trabalhadores da administração pública regional, mas sim também os da administração local da Região Autónoma dos Açores, o que abrange a maioria dos trabalhadores com ordenados mais baixos, por isso, é realmente uma norma importante que está salvaguardada no orçamento, portanto é uma situação que está resolvida, e que nos apraz registar.

O deputado António Lima, começou por agradecer a presença do peticionário e do exercício desse direito cívico, que é o direito da petição, tendo em conta que é sempre uma forma dos cidadãos se fazerem ouvir de viva-voz na primeira pessoa, e, percebemos assim também as suas preocupações.

Referiu também, que esta matéria tinha implicações orçamentais, embora seja remuneração complementar, sejam outras matérias ligadas à progressão nas carreiras pudessem ser aprovadas, e já foram aprovadas em outras ocasiões em diplomas autónomos que não no orçamento, aliás o diploma da remuneração complementar é um diploma que tem vários mecanismos, que não apenas a remuneração complementar.

Disse, também, que essas alterações que foram já promovidas no orçamento para 2024, algumas delas também já foram propostas, até pelo Bloco de Esquerda.

Colocou duas questões, uma relativamente à aplicação prática do que foi aprovado no orçamento 2024, e outra que se refere em concreto a atualização de 5% na remuneração complementar.

Acrescentou que na petição em primeiro lugar defendem que a remuneração complementar e citando: deve ter um alargamento e aplicação aos trabalhadores até que vencem os 2.000 euros, e que aqui o que foi aprovado no orçamento é até ao nível 22 da tabela remuneratória única, e que segundo os dados que têm trata-se de 1.701,78 cêntimos, perguntou, se consideram suficiente esse alargamento, ou se, como a petição defende, ele deve ser alargado até aos vencimentos de 2.000 euros, e em

I Sessão Legislativa

Horta, quinta-feira, 12 de dezembro de 2024

segundo, questionou se o aumento de 5% da remuneração complementar com efeitos retroativos a um de janeiro se já foi liquidado aos trabalhadores que têm direito.

Em resposta ao deputado, o peticionário disse que sobre o alargamento em termos da posição remuneratória que serão contempladas pela remuneração complementar, e que a razão específica tinha sido aquela que tinha respondido anteriormente, que tem a ver essencialmente com o afunilamento e esmagamento que estava a acontecer com a remuneração complementar.

Mais disse, que a forma encontrada e que foi proposta em termos do governo, que foi chegar aos 1.700 euros, no entanto acham que o ideal seria os 2.000 euros, mas que esse alargamento já vem ao encontro do que era objetivamente importante, que era fazer voltar a esticar os escalões e as percentagens para que os trabalhadores que começaram a receber as percentagens da remuneração complementar, que recebiam antes em função das posições remuneratórias da tabela única, terem sido abrangidas e incluídas pelo ordenado mínimo nacional e o regional, o facto de já ter chegado a uma posição remuneratória que abrange 1.700 euros, já nos agrada, porque veio ao encontro daquilo que pretendíamos, e, pensa que futuramente essa será a solução, terem que voltar a equacionar o crescimento do alargamento em função daquilo que se prevê, que é continuar as primeiras posições da tabela remuneratória, tabela única serem incluídas pelo aumento do salário mínimo nacional, que também é muito justo que assim o seja, portanto, sobre essa questão não temos dúvidas que essa solução satisfaz.

Pensa que o que está aí em conta é não voltar a ser esmagada a remuneração complementar, senão ela perde o real efeito, que é o poder de compra que estão a ter, e que o facto de ser à percentagem, logo que seja acima da inflação acha que é justo que assim seja, sendo abaixo da inflação é que não, é que na prática a remuneração complementar não tinha o efeito que se esperava e que a solução foi ao encontro daquilo que pretendiam, essencialmente.

I Sessão Legislativa

Horta, quinta-feira, 12 de dezembro de 2024

Em réplica, o deputado António Lima, disse que percebia que o que foi aprovado tinha ido ao encontro do que pretendiam e se continuam a defender o alargamento até aos 2.000 euros, depreendendo das palavras do peticionário que seria melhor um alargamento anual, tendo em conta o aumento do salário mínimo que é também anual, pedindo que confirmasse ou fizesse uma precisão às conclusões das suas declarações. Em segundo lugar, perguntou se o aumento de 5% com retroativos a janeiro já foi pago aos trabalhadores.

O peticionário em resposta ao deputado disse que sobre o pagamento a informação que tem é que deveria ser pago juntamente com o ordenado do mês de agosto.

Relativamente ao alargamento os escalões pensa que essa é uma solução, que politicamente poderá ser encontrada sempre que se perceber que a remuneração complementar volta a ser engolida pelo salário mínimo nacional, e, que pensa que essa ideia de ser anual ou bianual ou quando se chegar aos 2.000 euros, ao passar dos 1.800 ou 1.900 euros, acha que é uma solução que politicamente deverá ser tida em conta pelas forças políticas, se entenderem que realmente está a acontecer o mesmo afunilamento à remuneração complementar, que acham que devia ir até aos 2.000 euros, mas que a solução encontrada foi ao encontro daquilo que se esperava e que esperam que seja ajustada gradualmente.

O deputado João Vasco Costa, disse que, em nome do Partido Socialista, saúda a iniciativa de cidadania que se materializa com as petições, igual à que foi apresentada pelo convidado e pelos restantes peticionários, deixando uma nota de que veem e percebem a democracia também exercida por via da iniciativa popular, como foi este o caso.

O deputado Pedro Pinto, no uso da palavra, começou por cumprimentar o convidado e agradecer por ter vindo apresentar os argumentos que estão por base desta petição, que foi elaborada em novembro de 2023, e deu entrada nos serviços da Assembleia em 17 de novembro de 2023, uns dias antes das votação final do orçamento para 2004, e que o orçamento tinha sido chumbado pela oposição em peso, o que levou para uma

I Sessão Legislativa

Horta, quinta-feira, 12 de dezembro de 2024

situação de impasse durante 6 meses aqui na região, para a queda do governo e para eleições antecipadas, e portanto, que estas são as primeiras palavras que se impõe.

Felicitou os peticionários pela luta justa que fazem pelos seus direitos, tendo os mesmos feito de um modo que estava ao seu alcance através da petição, que lamentam que a maior parte dos deputados e grupos parlamentares da assembleia em novembro não tenham sido sensíveis a essas pretensões e a esses argumentos, no entanto a coligação e os partidos da coligação estavam e continuam a estar, empenhados na valorização das carreiras, todas elas da função pública, dentro daquilo, que são as limitações que existem e os constrangimentos orçamentais, mas que acha que é inegável que desde 2020 paulatinamente os partidos da coligação PSD/CDS-PP/PPM têm demonstrado claramente que há uma vontade em valorizar e revalorizar as carreiras da função pública que estiveram estagnadas durante muito tempo.

Disse, também, que merece realce o facto de desde 2020, portanto, desde que a coligação venceu as eleições e o governo assumiu funções que a remuneração complementar já foi aumentada em 30%, que isto representa um aumento significativo, que pode em valor monetário ser um valor relativamente baixo, mas que 30% é um valor significativo, e, que se impõe deixar estas apreciações, visto já se ter ouvido várias manifestações de apreço, solidariedade e compreensão para com o que era e são justos anseios e reclamações dos funcionários públicos, mas o facto é que desde janeiro de 2024, que o orçamento podia estar em vigor e estas medidas aplicadas já desde janeiro, mas que agora o grande facto é que a maioria dos deputados no Parlamento dos Açores em novembro de 2023 chumbaram o orçamento, impediram que o orçamento fosse aprovado e que atiraram com a região para um impasse e para um marcar passo durante 6 meses, mas, felizmente, nas urnas os Açorianos voltaram a reconfirmar a sua vontade de serem governados pela coligação. entretanto já apresentaram novo orçamento, e, que desta vez foi aprovado e está em vigor há

poucos dias, obviamente, que tudo isto está atrasado em virtude desse chumbo em 2023.

Mais disse que cá estão para cumprir a sua palavra, cumprir com os seus compromissos, ressaltando que a petição manifesta a vontade de que a remuneração complementar seja alargada até a base dos 2.000 euros, e que de momento não foi possível chegar lá, mas que seguramente com a boa governação da coligação, será possível no futuro chegar a essa vontade dos trabalhadores, deixando esta manifestação política que acha que é importante.

O presidente abriu um segundo período de esclarecimentos ou de questões aos deputados, inscreveu-se a deputada Andreia Cardoso (PS) e o deputado Pedro Pinto (CDS-PP).

A deputada Andreia Cardoso começou por agradecer ao primeiro peticionário a sua presença, a disponibilidade e naturalmente a iniciativa, referiu que ia colocar uma questão e dar uma informação. Relativamente à informação disse que quando estes dois artigos foram colocados à votação o grupo parlamentar do partido socialista votou favoravelmente, mas que se coloca agora aqui uma questão em termos de aplicabilidade das normas e que gostava de saber a opinião do peticionário e que tem a ver com o seguinte, há trabalhadores da função pública que ainda no decurso da aplicação das normas anteriormente vigentes, disponham por exemplo de 12 pontos e necessitavam de 10 pontos para transitar e sobraram 2 pontos, a questão que coloca é se esses pontos sobrantes, se o mesmo entende que deveriam ou não ser agora considerados no âmbito desta contabilização dos 6 pontos para progressão na carreira. Em resposta o peticionário disse que segundo a informação que dispunha e que tem a ver com o SIADAP e o SIADAPRA, os pontos remanescentes agora contam para a progressão seguinte, e que os trabalhadores que progrediram com 10 pontos e tinham 12 pontos, esses 2 pontos entram na contagem da próxima progressão. Disse, ainda, que houve um período em que se perdia os pontos remanescentes, agora não sabe precisar em que ano, os pontos remanescentes ficam a contar para a próxima

progressão que será quando fizerem os 6 pontos a nível regional, a nível nacional sabe que o SIADAP a partir de 1 de janeiro de 2025 passa para 8 pontos, o caso dos Açores é uma situação específica com aplicação automática com 6 pontos.

O deputado Pedro Pinto, no uso da palavra nesta segunda ronda, disse que uma vez que o peticionário manifestou algum desconhecimento sobre desde quando é que estes pontos remanescentes não se perdem, que é exatamente desde que aprovamos esta questão dos 6 pontos, ou seja, a medida da redução para 6 pontos, apenas para se progredir na carreira, também tem associada a medida de que havendo pontos remanescentes, que eles não são perdidos e ficam portanto pendentes para uma nova avaliação, e que esse é um esclarecimento que se impõem, e que há uma diferença significativa entre os Açores e o Continente, em que nós aqui reduzimos para 6 pontos, os necessários para haver progressão, e, que no Continente o governo de maioria absoluta do Partido Socialista reduziu para apenas 8 pontos, que há aqui uma clara intenção dos partidos da coligação em valorizar as carreiras dos funcionários públicos, que esta diferença pontual é também ela uma marca significativa dessa nossa vontade política, do nosso exercício da ação política.

O presidente abriu um terceiro período de esclarecimentos ou de questões aos deputados, inscreveu-se a deputada Andreia Cardoso (PS) e a deputada Sabrina Furtado (PSD).

Nesta terceira ronda começou por intervir a deputada, Andreia Cardoso, referindo que a sua questão era mesmo essa, ou seja, a norma reflete para a frente os pontos sobrantes, imaginem na contagem de tempo de serviço agora, os sobrantes na próxima contagem serão tidos em devida conta, por exemplo, da última quem progrediu antes e tinha pontos sobrantes esses pontos não contam agora, que era exatamente essa a questão que colocou, se contavam ou não contavam, que tinha percebido pela interpretação do deputado Pedro Pinto que não, mas que gostava de saber a opinião do peticionário, se o mesmo entende que esses pontos sobrantes deviam ou não deviam contar.

I Sessão Legislativa

Horta, quinta-feira, 12 de dezembro de 2024

Em resposta o peticionário disse que na sua opinião achava que deveriam contar, mas que a realidade é que a situação nos Açores tem uma diferenciação positiva em relação ao resto do território nacional, que a aplicação do SIADAP a nível nacional e na Região Autónoma da Madeira, e que nesse aspeto existem pormenores das regras de regulamentação as quais não conhece ainda todas de cor, mas que é da opinião que deveriam contar, mas, que não é por aí objetivamente o que entendiam, a importância da redução do número de pontos, porque o que é certo é que durante muitos anos a maioria dos trabalhadores precisavam de 10 anos, porque tinham um ponto por ano para progredir na carreira e muitos deles realmente nem podiam ambicionar chegar a meio da sua carreira profissional se as regras não tivessem mudado, não havendo dúvida que era ambição dos trabalhadores da administração pública regional reduzir para os 6 pontos.

Voltou a referir que ainda não conhece toda a regulamentação, mas que na sua opinião e respondendo diretamente, deveriam sobrar, seja qual for agora a regulamentação final e que o deputado Pedro Pinto já tinha esclarecido.

Terminando, voltou a frisar que podia não ser a sua opinião, mas que a decisão que vier terá de ser aceite.

A deputada Sabrina Furtado, começou por dizer que ouvindo as duas rondas e o peticionário a questão que tem para colocar é sobre a remuneração complementar, que não ficou muito claro, pelo menos para ela, mas que também era bom recordar que além do impacto orçamental que tem hoje, o aumento de 5% da remuneração complementar até aos 1.701,20 euros, que a remuneração complementar desde 2020 já foi aumentada em quase 30% pelo Governo Regional dos Açores, numa progressão que em todos os orçamentos tem sido feita a par e passo, e, que também importa referir que houve, também, e está a ser feito neste momento a alteração aos intervalos das percentagens entre escalões para que também ninguém seja prejudicado por ter sido aumentado, parecendo-lhe óbvio que as alterações nos intervalos das percentagens têm também elas que garantir uma distribuição uniforme dentro do

próprio escalão e que têm que ser adaptados também ao próprio aumento consecutivo da remuneração complementar. Referiu, depois, que importa também dizer que não valerá muito a pena o Partido Socialista dizer que votou a favor destes dois pontos, que estava a escusar-se de entrar neste debate, quem é que chumbou, quem é que não chumbou, que o orçamento efetivamente está em vigor e é isto que importa para a administração pública regional neste momento com estas duas medidas específicas desta petição.

Disse, novamente, que não importará muito dizer quem votou a favor destes dois pontos especificamente, se depois no global se votou contra o próprio orçamento regional e, de facto, no que diz respeito à discussão que está a haver sobre os pontos remanescentes, como disse, e muito bem, o deputado Pedro Pinto, o Governo Regional dos Açores deu um passo maior e reduziu para os 6 pontos, enquanto que na República são 8 os pontos necessários para a progressão, mas acha que, também, é preciso ter consciência de que esta é uma medida que efetivamente com a entrada em vigor do orçamento regional, passa a ser efetivada daqui para a frente e, agora, que ela foi construída, claro que infelizmente até esta data haverá sempre alguém que ficará com um ponto a sobrar que não contará para a sua progressão, apesar de, e, também que não lhe cabe a si dizer numa comissão, e como deputada do grupo parlamentar do PSD, dizer frontalmente, que este é um assunto que fica fechado que estará estanque, e que até pode ser que o Governo Regional dos Açores tenha em atenção o que se passou recentemente.

Acrescentou, também, que as pessoas que neste momento ainda não ficam abrangidas e que façam até um regime transitório, mas que está aqui completamente a falar de cor e sem ter consultado absolutamente mais ninguém sobre esta matéria.

A pergunta que fez e como tinha dito o deputado António Lima, se até aos 2.000 euros não seria bom aumentar a remuneração complementar, pelo menos até aos 2.000 euros, que tinha percebido que da parte do peticionário seria, e, em que ato temporal achava, que isto seria razoável, não crendo que se possa fazer num ano, mas em 4 ou

5 anos, ou seja, se a progressão de 5%, em 5% está a ser razoável ou se acha que podiam ser reunidos esforços para aumentar essa percentagem.

O peticionário referiu que acham que o mais importante é que o aumento da remuneração complementar seja sempre acima do valor da inflação e que a partir daí, obviamente, que uma remuneração complementar, contempla trabalhadores com vencimentos mais baixos e que uma percentagem superior tem algum incremento no poder de compra desses trabalhadores. De qualquer forma sendo assim o valor da inflação acham que é justo e que é a forma correta, e que um crescimento e um alargamento, na sua opinião, deverá ser objetivamente em função do salário mínimo e dos escalões da tabela única que foram sendo engolidos.

Referiu também, que o risco que existe é de, novamente, haver o afunilamento nas posições onde são contemplados pela remuneração complementar, sendo 1, 2 ou 3 anos em função do crescimento, que acha que aí tecnicamente deverá ser o próprio governo e a união dos outros partidos. Mais disse que o mais importante é que a remuneração complementar não volte a sofrer um esmagamento como estava a sofrer até esta solução que foi agora encontrada e que entra em vigor a partir deste ano.

Da Audição da UGT/Açores, ocorrida a 26 de julho de 2024:

Parlamento online - Audição da representante da UGT/Açores, Dra. Ana Cristina Sampaio de Simas - Petição n.º 63/XII – “Assistente Operacional, Assistente Técnico e Técnico Superior da Administração Pública Regional dos Açores” (alra.pt)

O membro do Secretariado Regional da UGT/SINTAP/Açores, Ana Cristina Simas, começou por dizer que relativamente a esta matéria, ela já se encontra resolvida, pelo orçamento da região, e, que relativamente à parte dos 5% da remuneração complementar, já estão plasmadas as pretensões, os escalões estão devidamente identificados, refletidos na tabela remuneratória do sistema retributivo e que as pretensões do sindicato foram todas ouvidas.

I Sessão Legislativa

Horta, quinta-feira, 12 de dezembro de 2024

Disse também, que, não obstante, o montante ainda não ter atingido a nossa pretensão, ficou também, em sede de negociação coletiva, o compromisso de que em 2025 iriam voltar a renegociar esta matéria.

Referiu que o que está plasmado no orçamento relativamente a esta pretensão dos trabalhadores, relativamente à avaliação de desempenho sem quotas, que também já deram um passo nesse sentido.

Mais disse que em termos de orçamento e também dos 6 pontos, sendo o nacional 8 pontos, mas que na altura da primeira negociação, e que depois foi uma repetição para o segundo orçamento para 2024, a redução dos 10 pontos iniciais e dos 8 pontos para os 6 pontos, está contemplado no orçamento com efeito a 1/01/2024.

Terminando, referiu, também, que as pretensões dessa petição já estão plasmadas no próprio orçamento, e que nada mais tem a dizer sobre isso, porque já está resolvido.

Da Audição do Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública, ocorrida a 27 de setembro de 2024:

Parlamento online - Audição do Sr. Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública - Petição n.º 63/XII – “Assistente Operacional, Assistente Técnico e Técnico Superior da Administração Pública Regional dos Açores” (alra.pt). O presidente da comissão passou a palavra ao Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública, Duarte Freitas, para que o mesmo se pronunciasse sobre a petição em análise, tendo o mesmo começado por referir que a petição é de 2023, que está um pouco descontextualizada, e, que surgiu no período do processo orçamental de 2024.

Referiu que não se sabia se os documentos orçamentais para 2024 seriam aprovados, e, que aquilo que consta nesta petição é a preocupação com a valorização das carreiras e a atualização da remuneração.

Disse também, que o orçamento para 2024 foi reprovado em novembro passado, sendo aprovado a meio deste ano, e, que este ano vamos ter dois processos

orçamentais o de 2024 e o de 2025, que temos um orçamento que vai vigorar cerca de um semestre apenas.

Mas que, de qualquer modo, o que podia dizer em relação a esta petição, em concreto aquilo que ela aludia, em relação à valorização das carreiras já está a acontecer e com efeito a partir de janeiro de 2024. Deu nota, que já despachou centenas de processos, e, que agora pensa que os serviços estarão fazendo todo o procedimento para que os funcionários públicos possam ter as devidas remunerações já em função da carreira. Relativamente à remuneração complementar com efeitos também a janeiro, o aumento do 5% já está a produzir efeitos e o alargamento da base também já está em efetividade de funções, e, que de facto já estão a aproximar-se de um novo período negocial, através do procedimento orçamental para 2025. Em breve vão ter reuniões com os sindicatos, como é habitual, fazendo pelo menos duas rondas para a definição do que serão as propostas orçamentais.

Concluiu que em relação à base e ao aumento da remuneração complementar é o que pode dizer.

Após esta explanação o presidente da comissão, abriu o período de esclarecimentos ou de questões aos deputados, tendo-se inscrito o Deputado João Vasco Costa (PS).

O deputado João Vasco Costa, no uso da palavra, questionou o secretário regional no seguimento das explicações transmitidas, e que tem a ver com os itens que referiu, que a preocupação com as carreiras e a sua regularização já está a acontecer desde janeiro de 2024, bem como o aumento dos 5% sobre o alargamento da base de quem está em efetividade de funções. Para além de formalmente isso já estar a acontecer, se efetivamente os pagamentos retroativos até 2024 também operam essas três situações.

O secretário regional, em resposta, disse que em relação à valorização das carreiras, como já tinha referido, só puderam despachar a partir da entrada em vigor do

orçamento, durante o mês de agosto e do mês de setembro, e, que os procedimentos formais dos vários serviços só puderam ser desencadeados a partir do orçamento.

Mais disse que se o mesmo tivesse sido aprovado em novembro do ano passado, poderia ter acontecido desde o início de janeiro, mas, como foi reprovado e só foi aprovado depois, entrando em vigor em julho, só a partir dessa data é que começaram a despachar os processos.

Referiu que, do lado finanças, não tinha presente o valor específico, mas que foram já algumas centenas despachados e devolvidos aos serviços para que pudessem fazer a revalorização das carreiras nos aumentos remuneratórios, e, que em relação aos 5% da remuneração complementar, isso também já estará a ser processado e com efeitos retroativos a 01/01/2024.

Da Audição do Representante da CGTP-IN/Açores, ocorrida a 2 de outubro de 2024:

Parlamento online - Audição do Sr. João Decq Mota, Representante da CGTP-IN/Açores - Petição n.º 63/XII – “Assistente Operacional, Assistente Técnico e Técnico Superior da Administração Pública Regional dos Açores” (alra.pt).

O representante da CGTP-IN/Açores, João Decq Mota, iniciou a sua intervenção congratulando todos os subscritores desta petição e agradeceu, mais uma vez, o convite que foi feito para serem ouvidos nesta comissão, quando a temática invoca a melhoria das condições de vida dos trabalhadores açorianos.

Disse que, “relativamente a esta petição podemos considerá-la extemporânea devido ao orçamento regional apresentado e aprovado, mas nunca é demais alertar que os orçamentos precisam de ser executados e respeitados.

Assim, aproveitamos o momento para realçar que, apesar de existir avanços, estes não são suficientes. Consideramos que a remuneração complementar ainda está longe de recuperar a dignidade salarial dos trabalhadores da administração pública regional dos

Açores e apesar da redução de pontos o SIADAPRA continua a ser um sistema avaliativo inadequado para estes trabalhadores.”

Após esta explanação o presidente da comissão, abriu o período de esclarecimentos ou de questões aos deputados, inscreveu-se a deputada Sabrina Furtado (PSD).

A deputada Sabrina Furtado, no uso da palavra, começou por dizer que concordava com o dirigente sindical na primeira parte, em que o mesmo dizia que esta petição hoje já é extemporânea, porque o orçamento para 2024 já está em vigor.

Referiu que, ia colocar uma questão em relação à remuneração complementar, que este ano houve um aumento de 5%, um valor acima da inflação prevista, passando para 84,47 euros, em vez dos 80,45 euros, e, que foi também aumentado o teto máximo remuneratório e alterados os intervalos de percentagem, garantindo uma distribuição mais uniforme para cada escalão, e com um impacto de cerca de dois milhões de euros, o valor do aumento da remuneração complementar para este ano desde 2020, um aumento de 30%. Perguntou o que seria para o dirigente sindical um aumento razoável e que o novo teto da remuneração complementar tem sido aumentado todos os anos, mas dada a reivindicação do sindicato qual é o teto que o sindicato então acha que deve ser a remuneração complementar.

Em resposta à deputada, o dirigente sindical disse que a posição da CGTP é conhecida sobre este assunto, e, que subscrevem naturalmente a posição do Sindicato dos Trabalhadores em Funções Públicas e Sociais do Sul e Regiões Autónomas nos cadernos reivindicativos, e, que também entregaram ao governo e ao presidente da assembleia e com certeza os deputados tiveram acesso ao mesmo.

Acrescentou, que a CGTP defendeu que a remuneração complementar nesse ano tivesse um aumento de 5%, tendo passado para 84,47 euros e que defendem que a remuneração complementar devia ser de 100 euros, e a partir daí era construída a tabela, que apresentaram também ao Secretário das Finanças.

Sublinhou que não estão em desacordo com o alargamento que teve, mas acharam que era insuficiente e que devia ir um pouco mais além, acrescentando que havia o compromisso do Secretário das Finanças de que no orçamento que se vai discutir em breve para 2025, que iria haver um ajustamento no seu alargamento. Continuam a achar, apesar de não ser consensual, que, face aos estudos que existem, os 100 euros seriam o ideal para fazer face ao custo de vida nos Açores e que, para compensar os trabalhadores da administração pública regional, continuam a defender que o índice 100 vai constar no caderno reivindicativo da CGTP para 2025 no valor de 100 euros. A deputada Sabrina Furtado, no uso da replica, disse que para o sindicato o valor ideal da remuneração complementar é de 100 euros. Perguntando durante quanto tempo é que acha que esses 100 euros seriam razoáveis, ou se eventualmente em 2025 fossem 100 euros, se em 2026 estaria a pedir 120 euros, ou se há um espaço temporal de 2, 3, 4 ou 5 anos em que esses 100 euros seriam confortáveis para o sindicato.

Em resposta à deputada o dirigente sindical disse que não são futurologistas, embora, infelizmente, tem-se registado um aumento do custo de vida, sendo esse fator que justifica ou não o aumento da remuneração.

Referiu, também, que já em tempos teve oportunidade de dizer numa audição com o Presidente do Governo da altura, que se não se justificasse a remuneração complementar, com os objetivos que ela foi criada, que não a reivindicariam.

Concluiu, dizendo que a remuneração complementar tem uma função, se essa função deixar de existir, obviamente, que não pode dizer que vão continuar a defender os 100 euros para daqui a 1, 2, 3 ou 4 anos, e, que se calhar passados esses anos não justifica os 100 euros, mas sim 90 euros, embora não acredite, mas que o mesmo tem a ver com o diferencial do custo de vida entre o Continente e a Região Autónoma dos Açores.

CAPÍTULO V

CONCLUSÕES E PARECER

Considerando as pretensões dos peticionários e na sequência das diligências realizadas no âmbito da apreciação da Petição n.º 63/XII, a Comissão de Política Geral aprovou, por unanimidade, as seguintes conclusões:

1. A petição foi devidamente subscrita por 2363 corretamente identificados e, nos termos da alínea a) do n.º 1) do artigo 192.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reúne as condições legais para ser apreciada em reunião plenária da Assembleia;
2. Os peticionários destacam duas normas importantes no Orçamento da Região Autónoma dos Açores (RAA) para 2024:
3. A atualização em 5% da Remuneração Complementar e seu alargamento aos trabalhadores que vencem até 2000 euros, beneficiando os trabalhadores das carreiras de Assistente Operacional, Assistente Técnico e Técnico Superior;
4. A progressão automática na carreira para trabalhadores que, a partir de 1 de janeiro de 2024, tenham ou somem 6 pontos nas suas classificações de serviço, permitindo uma subida mais rápida na carreira.
5. A Comissão deliberou ouvir presencialmente o primeiro subscritor da petição, Jorge Carlos Bettencourt da Terra, a UGT/Açores, a CGTP-IN/Açores e o membro do Governo em razão da matéria.
6. Durante as audições, foram discutidos os impactos orçamentais e a importância das normas propostas para os trabalhadores da administração pública regional.
7. A petição surgiu para garantir que essas normas fossem aprovadas, independentemente do cenário futuro.
8. Os deputados presentes na comissão expressaram apoio às reivindicações dos peticionários e destacaram a importância das medidas para a valorização das carreiras dos trabalhadores da administração pública regional.
9. Nas audições verificou-se que estas reivindicações ficaram sanadas com a aprovação do Plano e Orçamento Regional para 2024.

I Sessão Legislativa

Horta, quinta-feira, 12 de dezembro de 2024

10. Do presente relatório deve ser dado conhecimento ao primeiro subscritor, bem como ao membro do Governo Regional com competência na matéria.

Velas, 5 de dezembro de 2024.

A Relatora, *Isabel Teixeira*

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

O Presidente, *José Ávila*

Relatório entregue na Mesa

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Está apresentado o relatório.

Sra. Deputada Olivéria Santos, faça favor.

(*) **Deputada Olivéria Santos (CH):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

Em primeiro lugar, o CHEGA saúda o autor desta petição, o Sr. Jorge Bettencourt Terra, bem como os 2363 subscritores que, exercendo um direito cívico, trouxeram um assunto que os preocupava a esta Assembleia, dando assim conhecimento aos Deputados dos seus anseios.

Sobre o tema da petição, neste momento, apraz-me saber, e os respetivos peticionados, que esta é uma situação que está ultrapassada. Mais importante do que estar ultrapassada, está resolvida, uma vez que o que os peticionários pretendiam foi contemplado com a aprovação do Orçamento para 2024, que já está em vigor.

Ainda assim, é sempre bom que temas como estes não sejam esquecidos, uma vez que interferem diretamente com a vida das pessoas, com a vida dos cidadãos e com as suas condições de trabalho, que têm de ser sempre dignas e justas.

Obrigada.

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Jorge Paiva.

Deputado Jorge Paiva (CDS-PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A petição aqui apresentada aborda a valorização das carreiras na Administração Pública Regional e a atualização da remuneração complementar, assuntos que estão, desde a primeira hora, no topo da agenda política do Governo da Coligação.

Quero, em primeiro lugar, saudar o peticionário Jorge Carlos Bettencourt da Terra e todos os mais de 2300 cidadãos que subscreveram a petição. Esta mobilização é um sinal claro do envolvimento cívico e da preocupação com a dignidade dos trabalhadores da Administração Pública.

Em abono da verdade, é importante sublinhar que os objetivos e propósitos da petição, como aqui já foi referido, já foram satisfeitos e concretizados dada a diligência do Governo Regional, mesmo face ao impasse político que a nossa Região enfrentou durante largos meses, devido ao chumbo orçamental.

Deputado Flávio Soares (PSD): Muito bem!

O Orador: O compromisso do Governo da Coligação com a valorização das carreiras na Administração Pública é inegável e reconhecido pela sociedade civil.

As medidas que implementámos, como a garantia de progressão na carreira para os funcionários públicos sempre que alcancem seis pontos de avaliação, o aumento da remuneração complementar em cerca de 30 % desde 2020, a valorização das carreiras na saúde ou a devolução do tempo de serviço aos professores demonstram o empenho do PSD, do CDS-PP e do PPM em dignificar os trabalhadores que desempenham funções públicas.

E a petição que aqui discutimos é, sem dúvida, um bom mote para relembrarmos o bom trabalho já realizado. Além daquilo que já referi, acrescento que, a partir de janeiro de 2025, a remuneração complementar aumentará mais 3 % e o escalão de abrangência alcançará os 2 mil euros, uma reivindicação justa que é agora satisfeita pelo nosso Governo.

O CDS-PP reafirma, uma vez mais, que estará sempre ao lado da dignificação do trabalho e do salário, sem comprometer a responsabilidade financeira e o rigor orçamental. É com base nesses princípios que o Governo, com planeamento estratégico, está a preparar o futuro da Administração Pública, como é exemplo a criação de grupos de trabalho para estudar a implementação do projeto-piloto da semana de trabalho de quatro dias, a flexibilização laboral através do teletrabalho e a preparação do rejuvenescimento da força laboral, tendo em conta que, até 2030, 30 % dos trabalhadores alcançarão ou ultrapassarão os 66 anos de idade.

O CDS-PP mostra-se satisfeito com os muitos e bons resultados aqui descritos e espera que, em progresso, se continue a implementar políticas que reconheçam a relevância de um funcionalismo público produtivo que ofereça ao cidadão serviços de qualidade.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Morgado, faça favor, tem a palavra.

(*) Deputado Paulo Margato (PPM): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, gostaria de manifestar o meu agradecimento aos peticionários pelo seu sentimento de cidadania e participação cívica ao submeterem esta petição.

Todavia, o PPM entende que a Petição n.º 63, de 2023, está descontextualizada em parte, porque surgiu durante o processo orçamental de 2024 que teve lugar em meados de 2023. Em concreto, trata-se de uma petição datada do início de novembro, num período em que ainda havia incertezas sobre a aprovação dos documentos orçamentais para 2024.

I Sessão Legislativa

Horta, quinta-feira, 12 de dezembro de 2024

Relativamente à valorização das carreiras, é importante sublinhar que os despachos necessários só puderam ser emitidos após entrada em vigor do Orçamento.

Assim, este processo teve início durante os meses de agosto e setembro, uma vez que os procedimentos formais dos diversos serviços públicos dependiam da vigência do Orçamento.

Se o Orçamento tivesse sido aprovado em novembro do ano passado, essa valorização poderia ter sido implementada a partir de janeiro de 2024. Contudo, como sabemos, o Orçamento foi chumbado e apenas aprovado posteriormente, entrando em vigor em julho. Apenas a partir dessa data é que foi possível dar início ao processamento dos despachos.

Deste modo, podemos afirmar que, até agora, já deram seguimento centenas de processos que estão a possibilitar a valorização das carreiras e os consequentes aumentos remuneratórios.

Quanto à remuneração complementar de 5 %, este aumento também está em fase de processamento, com efeitos retroativos a 1 de janeiro de 2024.

É importante destacar que a preocupação manifestada nesta petição sobre a valorização das carreiras e a atualização da remuneração está a ser atendida.

Nós, no PPM, reafirmamos o nosso compromisso com os trabalhadores e com a sociedade. E iremos assegurar que esta governação seja orientada pela justiça social, pela sustentabilidade e pela valorização das carreiras públicas.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Sabrina Furtado, faça favor.

(*) **Deputada Sabrina Furtado (PSD):** Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Confesso que estava à espera do Partido Socialista ou do Bloco de Esquerda, mas, obviamente, só se inscrevem se quiserem. Aposto que a seguir vão inscrever-se, não tenho dúvidas disso, porque eles também estavam à minha espera. E como o tempo corre depressa, vamos despachar uma vida.

Deputado Paulo Gomes (PSD): Muito bem!

A Oradora: Já está escrito. Veja lá como eu adivinho as coisas.

Sr. Presidente, a minha primeira palavra vai, naturalmente, para o primeiro peticionário, o Sr. Jorge Terra, que encabeça uma lista de 3833 pessoas que se dirigiram, em forma de petição, naturalmente, como podem, à Assembleia Legislativa Regional dos Açores a pedir que o Orçamento para 2024 fosse aprovado.

A primeira reflexão que acho que devemos fazer todos dentro desta Casa, na primeira oportunidade, é sobre o tempo de tramitação destes processos dentro desta Casa. E se não haverá alguma forma de agilizarmos e de lhes darmos alguma urgência, conforme o calendário daquilo a que as propostas se destinam.

Nós estamos a discutir esta petição um ano depois de ela ter entrado e, no último ano, não só o Orçamento para 2024 ter sido aprovado, o objeto da petição, mas também, mais recentemente, o Orçamento para 2025.

Com o que eu estou a dizer, não estou a culpar absolutamente ninguém. Acho que é uma reflexão que devemos fazer todos juntos, porque quem nos vê lá fora vê efetivamente as suas expetativas defraudadas por discutirmos uma matéria um ano depois do objeto a que ela se destinava.

E por falar num ano, esta petição também traz algumas coisas que é bom recordar.

Estamos aqui há quase uma semana a discutir vários diplomas, várias iniciativas legislativas para a Região Autónoma dos Açores, a trocar vários argumentos com os diferentes partidos, com os diferentes grupos parlamentares, com as diferentes representações parlamentares e, muitas vezes, esquecem-se propositadamente,

I Sessão Legislativa

Horta, quinta-feira, 12 de dezembro de 2024

acredito, que o Orçamento de 2024 está em vigor na Região Autónoma dos Açores apenas há quase 6 meses. E que o ano de 2024 não foi um ano comum nos Açores. O chumbo do Orçamento para 2024 estagnou durante 6 meses os Açores e a vida de todos os Açorianos.

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem!

A Oradora: É bom não esquecer isto, porque não basta dizer que não se quer falar no passado e depois não olhar para anteontem. É preciso recordar que em todas estas matérias laborais, destes peticionários especificamente, mas, naturalmente, o Orçamento é um documento bastante mais abrangente de todas as áreas que nós conhecemos, é bom recordar que foram 6 meses de estagnação completa na vida dos Açorianos. Ou seja, a remuneração complementar já podia estar aumentada há mais de 6 meses. As progressões nas carreiras já podiam estar a ser feitas há mais de 6 meses. As integrações já podiam estar a ser feitas há bem mais de 6 meses. E depois assistimos, com cinismo político, a reivindicações para pedir que se faça, de outras bancadas, aquilo exatamente que deixaram que não acontecesse durante 6 meses aos Açorianos.

Deputado Paulo Gomes (PSD): Muito bem!

A Oradora: É bom recordar sempre estas matérias.

Os meus colegas já disseram sobre o aumento da remuneração complementar em 5 %, mas também é bom recordar que, desde 2020, a remuneração complementar já aumentou 30 %. E, portanto, com o Orçamento de 2025 bateu nos 33 %.

O facto é que, hoje, nos Açores, para a progressão de carreira, deixaram de ser necessários dez pontos, passaram a ser seis pontos. E o tempo máximo de progressão na carreira diminuiu em 40 %, dando também mais qualidade de vida a todos estes trabalhadores.

A mobilidade intercarreiras e mesmo a mobilidade intercategorias, que também estava patente no Orçamento de 2024.

I Sessão Legislativa

Horta, quinta-feira, 12 de dezembro de 2024

E também uma medida que para nós é bastante importante, que é o fim das restrições à frequência de formação profissional para trabalhadores, para que as pessoas invistam em si próprias, para que procurem formação, para que se especializem e para que possam efetivamente fazer e dar depois à sociedade aquilo que de melhor sabem fazer, com todas as ferramentas próprias e que, muitas vezes, no passado, lhes eram simplesmente negadas.

Portanto, Sr. Presidente, no Orçamento de 2024 também foi chumbado, naquela altura, o Plano de Rejuvenescimento da Administração Pública, porque todos sabemos que, em 2030, cerca de 30 % dos trabalhadores da Administração Pública Regional já terão atingido a idade de reforma. E é bom, hoje, planear o que é que vai acontecer, como é que vai ser esse rejuvenescimento e como é que se vai procurar quadros para serem substituídos da melhor forma e, sobretudo, de uma forma pacífica e não em cima do joelho e à pressa.

E, depois, naturalmente, o projeto-piloto para a semana de 4 dias de trabalho, que também constava no Orçamento de 2024.

Por isso, Sr. Presidente, e a todos os peticionários, naturalmente, prestamos os nossos mais respeitosos cumprimentos e agradecemos a petição que nos fizeram chegar, dizendo que também nós lamentamos imenso que, a nível laboral, tenham perdido 6 meses de vida à custa do chumbo do Orçamento de 2024.

Muito obrigada.

Deputado Paulo Gomes (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Eu comungo consigo a preocupação de agendarmos o quanto antes essas petições. E para que fique registado nos diários das sessões, porque eu também ouço os apartes,

I Sessão Legislativa

Horta, quinta-feira, 12 de dezembro de 2024

que a petição está relatada há muito tempo e o Presidente é que não a pôs na proposta de agenda, eu devo dizer que a data de relatório desta petição é 5 de dezembro passado. E, portanto, à primeira oportunidade, o Presidente colocou-a na proposta. Não estou com isso a criticá-la minimamente. Eu comungo da sua preocupação. Faça favor, Sra. Deputada, para uma interpelação.

(*) **Deputada Sabrina Furtado (PSD)**: Peço-lhe uma interpelação, Sr. Presidente, porque, já agora, para sermos todos rigorosos, eu vou voltar a repetir. Eu não culpei ninguém, eu fiz uma sugestão e quero dar um contributo para agilizar estes processos. Ela entrou no dia 23/11/2023 nesta Casa. A data-limite de parecer era 17/06/2024. Houve quatro pedidos de prorrogação de prazo, nos dias 19/06/2024, 19/07/2024, 2/09/2024 e, finalmente, 27/09/2024.

E, portanto, acho que todos juntos, de facto, devemos refletir essas matérias. E talvez, não sei se será essa a solução, conforme o objeto da petição, para não defraudar as expetativas a ninguém, categorizar de alguma forma conforme as discussões que vamos tendo no Parlamento, para que os cidadãos que fazem petições, de facto, sintam que elas têm mesmo utilidade.

Obrigada.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Eu comungo dessa preocupação.

Sr. Deputado João Vasco Costa, tem a palavra.

(*) **Deputado João Vasco Costa (PS)**: Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Cumpre-nos, em primeiro lugar, saudar esta iniciativa dos peticionários, que, fazendo uso do exercício de um direito de cidadania, foi fundamental para o enriquecimento e robustecimento da nossa democracia. Esse é um aspeto que importa realçar. E, portanto, o Partido Socialista quer desta forma saudar essa iniciativa.

Depois, dizer que o Partido Socialista, à semelhança dos Deputados que fazem parte da Comissão de Política Geral, destaca a importância da valorização das carreiras dos

trabalhadores da Administração Pública Regional. Para o Partido Socialista, aliás, isso é uma situação que nos orgulha pelo nosso histórico nessa matéria. Contarão connosco sempre para a valorização, para o enriquecimento e para a dignificação da carreira dos trabalhadores da Administração Pública Regional. E, portanto, esse tema é de alguma forma tranquilo.

Eu não ia entrar por aqui, mas a Sra. Deputada Sabrina Furtado obriga-me a fazê-lo. Era o que mais faltava que fosse a senhora ou qualquer Deputado desta Casa, seja da sua bancada ou da minha bancada ou de outra bancada qualquer, condicionar o tempo de intervenção de outros Deputados! Era o que mais faltava! O Partido Socialista inscreve-se quando quiser inscrever-se. E a senhora não tem de ter dons de adivinhação nem tão pouco fazer comentários sobre o tempo e pedido de intervenção de qualquer Deputado.

Mais, devo dizer-lhe que é de uma deselegância atroz vir sistematicamente pôr em causa.

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (*Mónica Seidi*): É como a sua!

O Orador: Os senhores fizeram isso há bocadinho na CAS. Os senhores fazem isso agora na CPG. Eu vou estar atento para perceber se as vossas chamadas de atenção, que eu percebi que não era crítica nenhuma, foi uma chamada de atenção para termos mais cuidado com a celeridade dos processos e de apresentação das petições. Muito bem, eu vou estar atento para ver se a sua preocupação se mantém quando vierem assuntos da CAPADS ou da Comissão de Economia.

E, portanto, era isso que me aprazia dizer, Sr. Presidente. Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Sabrina Furtado, para uma interpelação, tem a palavra.

(*) **Deputada Sabrina Furtado** (*PSD*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Presidente, eu tenho de lhe dizer que acho lamentável. Eu dirigi-me da forma mais respeitosa a todas as bancadas depois da discussão que tivemos no diploma anterior,

não quis imprimir tom absolutamente nenhum ao debate que fiz ou ao contributo que deixei aqui sobre esta petição. E, portanto, vir aqui tentar retomar o tom que se utilizou no ponto anterior com tricas e baldrocas sobre um assunto tão sério, que é quando os cidadãos a nós se dirigem e aos quais devemos sobretudo respeitar, só me lembra os idos tempos das maiorias absolutas, quando se tentava evitar que alguns Presidentes de Comissão tomassem posse das Comissões.

Presidente: Sra. Deputada, isso não é uma interpelação.

A Oradora: E, portanto, eu não admito isso, Sr. Presidente, porque eu não me dirigia a ninguém com tom desrespeitoso nenhum.

Obrigada.

Deputado Paulo Gomes (PSD): Muito bem!

Presidente: Eu só posso entender esses desentendimentos como fruto da hora. Estamos muito cansados já.

Sr. Deputado João Vasco Costa, para uma interpelação, faça favor.

(*) **Deputado João Vasco Costa (PS):** Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A minha pergunta à Mesa diretamente era se, porventura, a Mesa tem registo, na intervenção do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata, não ter sido questionado o momento de intervenção do Partido Socialista e, inclusivamente, se não me falha a memória, ter sido posto em causa o momento de intervenção do Bloco de Esquerda. Essa era a pergunta que eu lhe queria fazer, exatamente esta interpelação. Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Essa sim é uma interpelação. Eu não me recordo. Mas está tudo à distância de um clique, é só puxar o vídeo um bocadinho para trás.

Sr. Deputado António Lima, para uma interpelação.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Sr. Presidente, uma vez que já é a segunda vez que da bancada do PSD há preocupações com os prazos de tramitação das iniciativas em

I Sessão Legislativa

Horta, quinta-feira, 12 de dezembro de 2024

Comissão, eu gostaria de saber duas coisas: em primeiro lugar, qual é o prazo que o Sr. Presidente atribui por regra? E se há alguma Comissão que não solicita prorrogações de prazo. Eu estou em três comissões. E da minha experiência, que vale o que vale, eu tenho visto várias prorrogações.

O Bloco de Esquerda tem uma iniciativa que entrou em setembro, já teve duas ou três prorrogações. E eu gostaria de perceber se há alguma Comissão que não utiliza esse mecanismo. Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Efetivamente, normalmente, atribuímos 30 dias. E há pedidos de prorrogação. Quando eles são fundamentados e são fruto de uma deliberação unânime da Comissão, eu não ponho em causa essa questão e atribuo o prazo que é pedido pela Comissão. Se há alguma questão em desacordo, eu tento perceber o que é que se passou e o que é que está em causa. Mas não tem havido. Os pedidos de prorrogação que me têm chegado têm sido por unanimidade.

Pergunto se há mais inscrições para esta petição.

(Pausa)

Não havendo, ela está considerada apreciada.

Deputado José Pacheco (CH): Uma interpelação, Sr. Presidente.

Presidente: Sr. Deputado José Pacheco.

(*) **Deputado José Pacheco (CH):** Muito obrigado, Sr. Presidente. Para solicitar um intervalo regimental de meia hora.

Presidente: É regimental. Encerramos os nossos trabalhos por hoje. Até amanhã. Boa noite a todos.

Os trabalhos terminaram às 19h30.

(*) Texto não revisto pelo Orador.

Deputados que entraram durante a sessão:

Partido Socialista (PS)

Sandra Micaela Costa Dias

Os Redatores: *Sónia Furtado e André Silva*